



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

**LEOPOLDO NOGUEIRA JUNIOR**

**A LUTA DOS INDÍGENAS DA TERRA  
INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL E A  
CONTRIBUIÇÃO DAS IMAGENS NO  
ENSINO DE HISTÓRIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA**

**Março/2023**

**LEOPOLDO NOGUEIRA JUNIOR**

**A LUTA DOS INDÍGENAS DA TERRA INDÍGENA  
RAPOSA SERRA DO SOL E A CONTRIBUIÇÃO DAS  
IMAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA – Universidade Federal de Roraima – como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Luiza Fernandes

Boa Vista – RR  
2023

**LEOPOLDO NOGUEIRA JÚNIOR**

**A LUTA DOS INDÍGENAS DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL E A  
CONTRIBUIÇÃO DAS IMAGENS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA/Universidade Federal de Roraima – para a obtenção do título de mestre em Ensino de História. Defendida em 16 de março de 2023 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Fernandes

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Beatriz dos Santos Landa

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Carla Monteiro de Souza

Boa Vista  
2023

**“Tudo vale a pena se a alma não é pequena”**

**Fernando Pessoa**

**A todos que lutam por dias melhores e  
por uma sociedade justa e igualitária.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer a todos que direta ou indiretamente participaram. Mas lembrar da Universidade Federal de Roraima (UFRR), local de excelência de pesquisas e debates, e por ser um local de estudo público.

Agradecer a CAPES por garantir as minhas diversas vezes, indo aos locais de pesquisas e leituras e, por auxiliar em minhas idas e vindas à comunidade indígena (Malacacheta, Canauanim e Tabalascada), assim como a recepção e atenção de seus professores e professoras.

Agradecer enormemente a paciência e a sabedoria da minha orientadora, professora Maria Luiza. Bem como, as professora Carla Monteiro e professora Beatriz Landa, que compõe a Banca Examinadora e, aos demais professores que tiveram a coragem de iniciar um curso tão importante para a sociedade roraimense, o PROFHISTÓRIA.

Lembrar dos servidores, principalmente da Biblioteca Pública do Estado de Roraima, pelo atendimento e pela atenção. Ao Conselho Indígena de Roraima, por permitir acessar aos seus arquivos, onde se encontrava os documentos e imagens que auxiliaram na pesquisa. O mesmo ao Laboratório de Documentação do Departamento de História da UFRR , o Centro de Documento Indígena (CDI) e, ao arquivo da Igreja Católica.

Enfim, agradecer aos meus filhos que vez em quando auxiliaram com seus conhecimentos na área da internet, e um agradecimento especial a minha esposa e companheira, Jeanny Silva Nogueira.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como tema: A luta dos Indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a Contribuição das Imagens no Ensino de História, visa colaborar com métodos desenvolvidos por pesquisadores voltados para o estudo das imagens. As imagens são portadoras de informações e, muitas das vezes essas informações não se encontram em textos escritos. Em relação a utilização de imagens em ensino de História se apresenta de forma insipiente, principalmente, no quesito de utilizar as metodologias adequadas. Apresentamos um Caderno Temático de Atividades com imagens de indígenas e outros personagens que se envolveram na disputa pela TI RSS. As atividades que constam no Caderno Temático são dirigidas aos estudantes do nono ano do ensino fundamental II, objetivando em contribuir com a elevação da consciência histórica, bem como, combater os preconceitos, os estereótipos e a discriminação em relação aos indígenas. podendo fazer adaptações para outros anos, conforme o interesse do professor. O corte do período histórico (2003-2013) se deu por ser um período muito importante no contexto histórico do Estado de Roraima, pois ocorreu confrontamentos entre os indígenas da TI RSS, de forma extremamente desiguais, enquanto os jagunços dos arrozeiros portavam armas de fogo e bombas, os indígenas estavam totalmente desarmados. Lembrando que Roraima é um dos entes da federação que conta com um percentual elevado de indígenas em sua população. Recorremos ao escritor Erwin Panofsky, pioneiro em desenvolver o método da descrição e interpretação de imagens, bem como, Maria Eliza Linhares Borges, Boris Kossoy, Martine Joly, entre outros autores que contribuíram com estudo sobre imagem.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Imagem. Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Classe dominante. Luta pela terra.

## **ABSTRACT**

The present work has as its theme: The struggle of the Indigenous Peoples of the Raposa Serra do Sol Indigenous Land and the Contribution of Images in the Teaching of History, aims to collaborate with methods developed by researchers aimed at the study of images. Images carry information, and often this information is not found in written texts. In relation to the use of images in history teaching, it is insipid, especially when it is necessary to use the appropriate methodologies. We present a Thematic Book of Activities with images of indigenous peoples and other characters who were involved in the dispute for THE RSS IT. The activities contained in the Thematic Notebook are directed to students in the ninth year of elementary school II, aiming to contribute to the elevation of historical awareness, as well as to combat prejudices, stereotypes and discrimination in relation to indigenous peoples. and may make adaptations for other years, according to the interest of the teacher. The cut-off of the historical period (2003-2013) occurred because it was a very important period in the historical context of the State of Roraima, because there were clashes among the indigenous peoples of the RSS IT, in an extremely unequal way, while the rice men's gun men carried firearms and bombs, the indigenous were totally unarmed. Remembering that Roraima is one of the entities of the federation that has a high percentage of indigenous people sums in its population. We used the writer Erwin Panofsky, a pioneer in developing the method of image description and interpretation, as well as Maria Eliza Linhares Borges, Boris Kossoy, Martine Joly, among other authors who contributed with study on image.

Key words: History teaching. Image. Raposa Serra do Sol Indigenous Land. Ruling class. Fight for the land.

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

ACIR – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDÚSTRIA DE RORAIMA  
ABI – AÇÃO BRASILEIRA INTEGRALISTA  
ALERR – ASSEMBLÉIA DO ESTADO DE RORAIMA  
ALC – ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO  
BNCC BASE NACIONAL COMUM CURRÍCULAR  
CIR – CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA  
CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL  
CIMI – CONSELHO INDIGINISTA MISSIONÁRIO  
CNA – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA  
DPE – DIMENSÃO PROPOSITIVA EDUUCACIONAL  
DF – DISTRITO FEDERAL  
EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA  
FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
FNS – FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA  
FAERR – FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE RORAIMA  
FECORR – FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE RORAIMA  
FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
IBGE – INSTITUTO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICA DO BRASIL  
ICMS – IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS  
IHGB – INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO BRASIL  
INCRA- INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA  
LDB – LEIS DE DIRESTRIZES E BASES  
MPF – MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL  
MEC – MINISTERIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
MIB – MOVIMENTO INTEGRALISTA BRASILEIRO  
ONG's – ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS  
OSPB – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL  
PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES  
PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO  
PTD – PARTIDO TRABALHISTA DEMOCRÁTICO  
PSDB – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PP – PARTIDO PROGRESSISTA

PIS – PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

PF – POLÍCIA FEDERAL

PRF – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PEC – PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

PCN's – PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAL

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SODIUR – SOCIEDADE DOS ÍNDIOS UNIDOS DE RORAIMA

TI RSS – TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

UFRR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Localização da TI RSS.....	21
Figura 2 – Povos indígenas do rio Branco.....	29
Figura 3 – As quatro regiões da TI RSS.....	35
Figura 4 – Jornal Anna Yakaré.....	38
Figura 5 – Jornal Porantim.....	39
Figura 6 – Jornal Vira Volta.....	39
Figura 7 – Jornal Folha de Boa Vista.....	40
Figura 8 – Jornal Roraima Hoje.....	42
Figura 9 – Jornal Brasil Norte.....	43
Figura 10 – Alegria, alegria, alegria.....	70
Figura 11 – Homologação é contínua.....	72
Figura 12 – Chaves convida Quartiero.....	82
Figura 13 – Dionito, coordenador do CIR.....	83
Figura 14 – Prazo “sem” fim.....	96
Figura 15 – Indígenas versus indígenas.....	97
Figura 16 – INCRA e seu punhal.....	97
Figura 17 – Indígenas “robotizados”.....	98
Figura 18 – Igreja Católica no “comando”.....	99
Figura 19 – FUNAI manipulando.....	99
Figura 20 – Indígenas versus garimpeiros.....	100

## **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL.....	20
1.1 LOCALIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA REGIÃO DA TI RSS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	20
1.2 TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL (2003 – 2013).....	37
CAPÍTULO 2 A IMAGEM: VISUAL – MENTAL.....	68
2.1 IMAGEM: PORTADORA DE INFORMAÇÕES.....	69
2.2 IMAGEM: ASPECTOS IDEOLÓGICOS, ENTRE OUTROS.....	87
CAPÍTULO 3 A CONTRIBUIÇÃO DAS IMAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	102
3.2 A CONTRIBUIÇÃO DAS IMAGENS: FOTOGRAFIA E CHARGE.....	111
3.3 AS BARREIRAS CONTRA A LEI 11.645/2008.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129
APÊNDICE: CADERNO TEMÁTICO DE ATIVIDADES.....	133

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por título a Luta dos Indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TI RSS) e a Contribuição das Imagens no Ensino de História, abrangendo o período de 2003 a 2013. A delimitação temporal foi estabelecida tendo em vista que em 2003 aconteceu o assassinato do indígena Aldo Mota, um marco no processo de lutas para a homologação da TIRSS; e o ano de 2013 foi quando se julgou os embargos feitos pelo Estado de Roraima e algumas comunidades indígenas que se opuseram à demarcação em área contínua da referida Terra Indígena. A luta dos indígenas faz parte do processo histórico da região, onde, nessa TI específica, vivem 5 (cinco) etnias: Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó e Patamona.

A TI RSS está localizada no nordeste do Estado de Roraima, fazendo fronteira com a República Cooperativa da Guiana, ao leste, e com a República Bolivariana da Venezuela, ao norte. A TI RSS corresponde, em sua totalidade, a pouco mais de 1,7 milhão de hectares e o seu perímetro a pouco menos de 1.000 Km, na jurisdição dos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã. (Complexo Macuxi - Wapichana – PPTAL, 2008).

O período é marcado por tensões, violência no lavrado, atentados às comunidades indígenas, atos terroristas, incêndio da Missão Surumu, uso de bombas e armas de fogo. Conflitos travados entre os indígenas e os rizicultores (arrozeiros).

O objetivo central da presente pesquisa visa analisar as imagens relacionadas aos indígenas veiculadas por dois segmentos da imprensa: pelo jornal Anna Yakaré (CIR), jornal Porantim e o Vira Volta/Nós existimos, que apoiavam a luta dos indígenas; e as veiculadas pelos jornais do Estado de Roraima, Folha de Boa Vista, Roraima Hoje e o Brasil Norte, que demonstram uma posição anti-indígena.

O objetivo é compreender como as imagens veiculadas servem aos seus intuios ideológicos, entender criticamente a luta dos indígenas da TI RSS, se contrapondo às oligarquias em Roraima, em particular, os rizicultores, e como as análises das imagens podem contribuir para elevar o senso crítico e o nível de consciência histórica, assim como na desconstrução ou desnaturalização dos estereótipos, preconceitos e discriminação em relação aos indígenas, a partir do ensino de História do nono ano do ensino fundamental II.

Em números proporcionais, Roraima é o estado do país com a maior população indígena. Ao todo, segundo o Censo 2010 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 49.637 pessoas se declararam indígenas no estado, que possui 450.479 habitantes, de acordo com o mesmo censo.

Em Roraima, o maior percentual de indígenas está no município de Uiramutã. Na região ocupada por parte da terra indígena Raposa Serra do Sol, 88,1% da população é indígena. O município de Normandia (56,9%) ocupa a segunda posição no ranking, seguido por Pacaraima (55,4%) e Amajarí (53,8).

A terra indígena com maior população indígena é a Yanomami, localizada no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil indígenas, correspondendo a 5% do total de indígenas do país. Em segundo está a Raposa Serra do Sol, com 17 mil indígenas.

Ao todo, existem no território roraimense 32 terras indígenas. São elas: Ananás, Anaro, Aningal, Anta, Araçá, Barata, Livramento, Bom Jesus, Boqueirão, Cajueiro, Canauanim, Jabuti, Jacamim, Malacacheta, Mangueira, Manoa/Pium, Moskow, Muriru, Ouro, Pium, Ponta da Serra, Raimundão, Raposa Serra do Sol, Santa Inez, São Marcos, Serra da Moça, Sucuba, Tabalascada, Trombetas/Mapuera, Truaru, Waimiri-Atroari, Waiwái e Yanomami.

A luta dos povos indígenas pela demarcação em área contínua da TI RSS foi protagonizada pelos povos indígenas que habitavam a região. Faz-se necessário ressaltar a violência cometida e o tratamento dado aos indígenas pelos detentores do poder econômico e político em Roraima, a dita “elite local” ou classe dominante.

A presença indígena em Roraima é visível, ou seja, é marcante e suas características, são presentes para além da demografia. Mesmo tendo esse aspecto, nota-se um discurso predominantemente contrário aos indígenas, um discurso marcadamente anti-indígena. Ou como escreveu Devair Antônio Fiorotti, em apresentação do livro *Índios em Luta Pela Vida*, de José Vilela de Moraes (2018, p. 10): “proporcionalmente o estado mais indígena do Brasil e, salvo engano, um dos estados que demonstra maior ódio aos povos indígenas”.

Nesse sentido, as análises das imagens do período são de suma relevância, em um Estado da Federação que apresenta um alto índice de pessoas indígenas e descendentes de várias etnias, como os que habitam a TI RSS: Macuxi, Patamona, Taurepang, Wapichana e Ingárikó, entre outros povos que habitam Roraima.

Considerando que vivemos em um período marcado pela veiculação de imagens, cada vez mais presentes em nosso cotidiano, principalmente através das redes sociais, como exemplo, WhatsApp, Instagram, twitter e facebook, há que se preocupar com o que transparece como algo natural ou normal. No entanto, devemos nos preocupar, em especial, com a sua utilização em sala de aula. Não podemos encarar a imagem como simples ilustração, mas sim, como recurso pedagógico e recurso didático apoiado em metodologias.

Utilizar as imagens relacionadas aos indígenas como recurso pedagógico não deixa de ser um desafio, mas serve para somar com outros esforços que estão sendo feitos no campo da pesquisa (nacional e local), no sentido de ampliar com metodologias o uso de imagens em aula da disciplina de História.

A inquietação nos levou a indagar o que significa e/ou representa as imagens da entidade representativa dos indígenas veiculadas através do jornal Anna Yakaré (Nossa Notícia) do CIR, assim como o Jornal Porantim e o Vira Volta/Nós Existimos, que apoiaram a luta dos povos indígenas, se contrapondo ao jornal impresso Folha de Boa Vista, o jornal Roraima Hoje e o Brasil Norte, que veicularam imagens dos indígenas da TI RSS (2003 a 2013) e como essas imagens podem contribuir nas aulas de História do nono ano, do ensino fundamental II, para a discussão desse importante momento da história roraimense, marcado por grandes tensões.

Os objetivos específicos analisam o aspecto ideológico das imagens veiculadas pelo jornal Folha de Boa Vista, Roraima Hoje e o Brasil Norte e as do jornal Anna Yakaré, do CIR, e o Porantim e o Vira Volta, que apoiaram a luta dos povos indígenas; analisa a luta dos indígenas da TI RSS em confronto, principalmente, com os arrozeiros (2003 a 2013) e, por fim, analisa as barreiras que impedem a aplicação da Lei Federal 11.645/2008.

Partimos da hipótese de que a entidade de maior destaque de defesa dos indígenas em Roraima, o CIR, via o jornal Anna Yakaré, e mais o jornal Porantim e o Vira Volta, que apoiaram a luta dos indígenas na época, veicularam imagens que denunciaram e mostraram a luta em defesa das reivindicações e dos direitos constitucionais que muitas das vezes são negligenciados ou descumpridos, de maneira sistemática, por parte das autoridades nacionais e locais; já as imagens veiculadas pelo jornal Folha de Boa Vista, Roraima Hoje e o Brasil Norte, visavam denegrir, desclassificar, desmoralizar ou mesmo contribuir para a divisão na luta dos indígenas, tratando-os como uma espécie de obstáculo para alavancar o desenvolvimento do estado de Roraima.

A partir da hipótese, a análise das imagens se deu com o método (descrição e interpretação) desenvolvido por Panofsky, reforçando com Boris Kossoy e Peter Burke, que ampliam e nos alertam para questões importantes como identificar o autor da imagem, o propósito, o contexto, escritas, ideologia ou pequenos detalhes que façam parte da imagem, visando, dessa forma, contribuir com o ensino da disciplina de História do nono ano.

Para Kossoy (2012, p. 95), “a análise iconográfica tem o intuito de detalhar sistematicamente e inventariar o conteúdo da imagem em seus elementos icônicos formativos;

o aspecto literal e descritivo prevalece, o assunto registrado é perfeitamente situado no espaço e no tempo, além de corretamente identificado”.

Assim partimos para a análise e estruturamos a dissertação da seguinte forma. O primeiro capítulo comprehende a luta dos indígenas da TI RSS (2003 a 2013) em sua materialidade efetiva, que culminou na homologação, mas também gerou uma Petição 3388, com objetivo de anular a Homologação da TI RSS. Um período muito tenso onde ocorreram vários atentados por parte dos arrozeiros, como os ataques às comunidades, assim como à antiga missão São José, alvo de um incêndio criminoso na região do Surumu. O mesmo ocorrendo em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, onde houve o atentado à residência de um professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Em relação a luta dos indígenas da TI RSS vamos utilizar estudos de autores como Jaci Guilherme Vieira (2007), que desenvolve pesquisa sobre a importância da Igreja Católica em Roraima a partir da década de 1970, principalmente quando ocorreu a mudança da postura dos missionários que trabalhavam com os indígenas da Raposa Serra do Sol, e passam a apoiar a organização política dos indígenas.

Vejamos quando Vieira (2007, p. 10) se refere as primeiras notícias feitas pelos prepostos da coroa portuguesa em relação ao rio Branco: “as notícias são extremamente vagas em relação a descoberta. Francisco Xavier Ribeiro Sampaio e, posteriormente, Joaquim Nabuco, afirmam, sem ao menos apontar provas concretas, que foi com a viagem de Pedro Teixeira que o rio Branco foi descoberto”.

Para o memorialista Freitas (1996, p. 89), “a conquista definitiva do rio Branco, apesar de Pedro Teixeira ter conhecido a foz do rio e até ter lhe batizado com o nome de Branco em 1639, só em 1775 [...] foi aqui construído o Forte de São Joaquim, marco consolidado da presença portuguesa nesta região”.

Também os estudos feitos por Nádia Farage (1986), em sua obra Muralhas do Sertão, que trata da ocupação do espaço geográfico onde viviam várias etnias, contribuíram para entendermos em parte o processo histórico da região. Assim como os estudos de Paulo Santilli (1994; 2001) referentes aos Macuxi em fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no que diz respeito à formação das fronteiras nacionais, com a participação dos indígenas. Evidentemente, que os indígenas estavam presentes nestas fases de construção das fronteiras nacionais.

Por um longo tempo, os indígenas foram tratados como simples personagens históricos, se é que se pode afirmar, mesmo porque em parte da História nacional, os indígenas quase foram apagados em sua totalidade no que diz respeito a sua presença física no atual território

brasileiro. Só reaparecendo tempos depois, principalmente, em fins da ditadura militar no Brasil (1964 a 1985).

Destaque especial às autoras como Manuela Carneiro da Cunha e Maria Regina Celestino de Almeida, com obras como Índios no Brasil (2012) e Os Índios na História do Brasil (2010), respectivamente, consideradas pioneiras em estudos sobre os indígenas, que os trata como os protagonistas de sua própria história, desde os primeiros confrontos ao longo do atual litoral brasileiro. Estudos que continuam se expandindo com novos pesquisadores.

Para Oliveira e Almeida (2016, p. 07), tratando da existência dos indígenas como atores de sua própria história e participantes ativos da história nacional, o estudo sobre eles tem se expandido em diversas áreas de pesquisas, tanto no campo histórico quanto no antropológico. Vejamos as colocações dos dois pesquisadores das ciências humanas e sociais:

A presença e atuação dos índios na história do Brasil na condição de protagonistas vêm sendo cada vez mais evidenciadas por inúmeras pesquisas interdisciplinares. A partir dessa perspectiva, que associa fortemente a história e a antropologia, as novas investigações focam o olhar sobre povos e indivíduos indígenas localizados em contextos históricos precisos, revelando o quanto suas escolhas e atuações, em diferentes tempos e espaços, influenciaram e influenciam os rumos dos processos em que estão inseridos. (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2016, p. 07).

Além dessas obras que tratam de estudos de cunho nacional e local, temos autores que colaboraram com seus estudos no campo do discurso político, como é o caso da Maria do Socorro Pereira Leal (2012), com a obra Raposa Serra do Sol no discurso político roraimense, publicada pela Editora UFRR, e a dissertação de Paulo Sérgio Rodrigues da Silva (2014), que trata da violência contra os indígenas de Roraima, tendo como base de sua pesquisa o principal jornal do estado de Roraima, Folha de Boa Vista.

Utilizamos também, estudos do antropólogo João Pacheco de Oliveira, Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito, publicado na obra: A Temática Indígena na Escola – Novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus, organizada por Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni (1995). Temos que destacar que na confecção dessa obra, consta a presença de um Comitê de Educação Escolar Indígena, com 16 membros, composto por pesquisadores e indígenas, inclusive com indígena de Roraima.

Com relação a homologação da TI RSS, esta faz parte de um processo histórico da luta dos povos indígenas em Roraima, que culminou com a Portaria nº 534 do Ministério da Justiça, sendo homologada pela Presidência da República em 15 de abril de 2005. Em

contrapartida, houve a Petição de número 3388, que tratou de uma Ação Popular promovida pelos senadores Augusto Affonso Botelho Neto (PDT/RR) e Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti (PTB/RR), com o objetivo de impugnar a demarcação administrativa da TI RSS.

Os fatos apontados acima, que correspondem aos conflitos históricos travados pelos indígenas da TI RSS, também não deixam de ser a luta contra o avanço do modo de produção capitalista se contrapondo ao modo de vida das diversas etnias que habitam a região que tem a terra como um bem coletivo.

Em termos concreto, o modo de vida dos povos indígenas da TI RSS se tornou incompatível com o sistema capitalista, que objetivamente busca concentrar a terra nas mãos de poucos proprietários, os latifundiários do agronegócio.

Levamos em consideração que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante roraimense, que são veiculadas pelos meios de comunicação e que encontram eco no seio da sociedade local. Portanto, há uma enorme relevância em trabalhar tal período relacionado às etnias da TI RSS.

Silva (2014, p. 105), se referindo à mídia impressa local e a um dos memorialistas da história regional, dispara:

Sempre há suspeitas a respeito da falta de imparcialidade da imprensa local, principalmente quanto à veiculação de notícias sobre a questão indígena, passando uma imagem de que os índios “são violentos e atrapalham o desenvolvimento da Região”, como destacado na historiografia oficial. Freitas é um dos autores locais que defende ou vende essa ideia da expansão das terras indígenas pelas demarcações como um impedimento ao desenvolvimento econômico do Estado: “[...] o Estado de Roraima dispõe, na verdade, de pouco mais de 20% de sua área total. São apenas nestas terras que o Governo Estadual pode planejar e trabalhar livremente sem depender do aval da União. Isto é um obstáculo que impede a ação governamental estadual plena” (2001, p.135), sem apontar dados que comprovem a sua tese. (SILVA, 2014, p. 105).

O segundo capítulo analisa o aspecto ideológico das imagens veiculadas, principalmente, pelo jornal Folha de Boa Vista, entre outros jornais, e as do CIR, bem como o Porantim e o Vira Volta, que apoiaram a luta dos indígenas, buscando compreender as diferenças ideológicas entre as imagens veiculadas.

Mas não só a questão ideológica, a imagem pode carregar outras informações de uma determinada época, as vestimentas, expressões faciais, tecnologias e modificações que ocorreram, congelada pelas lentes da câmera fotográfica. Lembrando que a imagem, em especial a fotografia, capturou aquela fração de segundos, portanto, não corresponde ao todo do fato que possa ter ocorrido na época do registro fotográfico.

O nosso trabalho visa utilizar as imagens relacionadas aos indígenas da TI RSS através

de análise das mesmas buscando a possibilidade de despertar a sensibilidade, contribuir para melhorar o desenvolvimento do senso crítico e combater os preconceitos, os estereótipos e a discriminação em relação aos indígenas, contribuindo, dessa forma, para desnaturalizar tais práticas.

Para atingirmos os nossos objetivos, temos como base a descrição e interpretação a partir do método de Panofsky e, somando-se com Peter Burke e Boris Kossoy, serão os norteadores do trabalho.

Para Boris Kossoy (2012), autor de *Fotografia & História*, toda imagem tem uma história. E, para se fazer uma reflexão sobre uma fotografia do passado, tem que situá-la em pelo menos três estágios que marcam sua existência. Vejamos:

Em primeiro lugar houve uma *intenção* para que ela existisse; esta pode ter partido do próprio fotógrafo que se viu motivado a registrar determinado tema do real ou de um terceiro que o incumbiu para a tarefa. Em decorrência desta intenção teve lugar o segundo estágio: o ato do registro que deu origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por esta fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a decidiram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram. Neste caso seu conteúdo se manteve, nele o tempo parou. (KOSSOY, 2012. p. 45).

No terceiro capítulo analiso como o uso das imagens indígenas em aula de História podem contribuir para melhorar o senso crítico dos estudantes, assim como a consciência histórica do alunado do nono ano do ensino fundamental II. Analiso, ainda, as barreiras que impedem a aplicação da Lei Federal 11.645/2008 e quais possibilidades podem contribuir para melhorar a sua aplicação.

A utilização de imagens no ensino de História cria possibilidades de desenvolver atividades capazes de somar na qualidade em aulas de História, contribuindo com o interesse em desenvolver o gosto pela leitura de textos escritos a partir das imagens, por exemplo.

Portanto, considerando o que foi colocado acima, podemos afirmar provisoriamente, que poderá obter resultados positivos com o trabalho de análise de imagens relacionadas à luta dos indígenas (TI RSS), bem como, contribuir com o ensino de História na perspectiva de auxiliar os estudantes em seu desenvolvimento intelectual, consciência histórica, colaborando com o desenvolvimento do senso crítico e, ao mesmo tempo, contribuir no combate aos preconceitos, aos estereótipos e a discriminação contra os indígenas.

O ensino de História no nono ano ganhará em qualidade com aplicações de atividades explorando o potencial das imagens, em nosso caso, vamos realizar análise de imagens indígenas que fazem parte do período proposto (2003 a 2013). Desta forma, vamos organizar

e sistematizar, ou seja, superar o tratamento que as imagens em geral recebem, a de simples ilustração ou uma mera acompanhante de textos escritos.

Para Circe Bittencourt (2011, p.360), “independentemente da origem da imagem, o problema central que se apresenta para os professores é o tratamento metodológico que o acervo iconográfico exige, para que não se limite a ser usado apenas como ilustração para um tema ou como recurso para seduzir um aluno acostumado com a profusão de imagens e sons do mundo audiovisual”.

Assim, em conjunto com os estudantes do nono ano, pretende-se descrever, pesquisar o contexto da época, identificar o autor e seus propósitos, verificar e registrar as feições das pessoas presentes na fotografia, por exemplo. E ainda, podemos descrever os traços ideológicos que as imagens porventura possam carregar, afinal, elas são portadoras de informações. A imagem é um “mundo” a ser explorado e potencializado no ensino de História do nono ano.

Burke (2017. p. 26) adverte, “há perigos evidentes nesse procedimento. Para utilizar a evidência de imagens de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fonte, estar consciente das suas fragilidades”. E complementa, tendo em vista que, “A ‘crítica da fonte’ de documentos escritos há muito tempo tornou-se parte essencial da qualificação dos historiadores”.

Peter Burke (2017), em sua obra Testemunha Ocular, afirma que imagens são testemunhas mudas, e não é fácil de interpretar em palavras o seu testemunho. Para ele, as imagens foram feitas para expressar uma mensagem própria, mas os profissionais em História não levam em consideração e preferem ler nas “entrelinhas”, entender alguma coisa em que os artistas não conheciam estar passando.

A Dimensão Propositiva Educacional (DPE) é apresentada em forma de Caderno Temático de Atividades, onde consta a aplicação de métodos desenvolvidos por Panofsky, como a descrição e interpretação. Também traz as contribuições de Kossoy e Borges, entre outros autores.

## 1 A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

A pesquisa tem como corte histórico, a partir de 2003, ano do assassinato do indígena Aldo Mota, que envolve a violência exacerbada contra os indígenas que lutaram pelo reconhecimento de seu território e da homologação, que se estendeu até o desfecho final da batalha jurídica da TI RSS, em 2013.

Neste primeiro momento trata da localização geográfica da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TI RSS), procurando entender como se iniciou os primeiros contatos dos povos indígenas da região com os europeus (holandeses, espanhóis e portugueses). Sendo os espanhóis pelo rio Orinoco/Uraricoera, os Holandeses pelo rio Essequibo/Rupununi e os portugueses pelo rio Negro/Branco, convergindo na atual região TI RSS. Visa compreender os avanços dos contatos e conflitos ao longo dos tempos que alcançaram a região.

Nos valemos de algumas considerações mais gerais, por entendermos que o processo histórico da região tinha, de alguma forma, relações com outras regiões do norte, principalmente por onde os conquistadores europeus trafegaram para alcançar o atual Estado de Roraima. Vamos nos estender de forma breve, até fins do século XX.

### 1.1 LOCALIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA REGIÃO DA TI RSS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

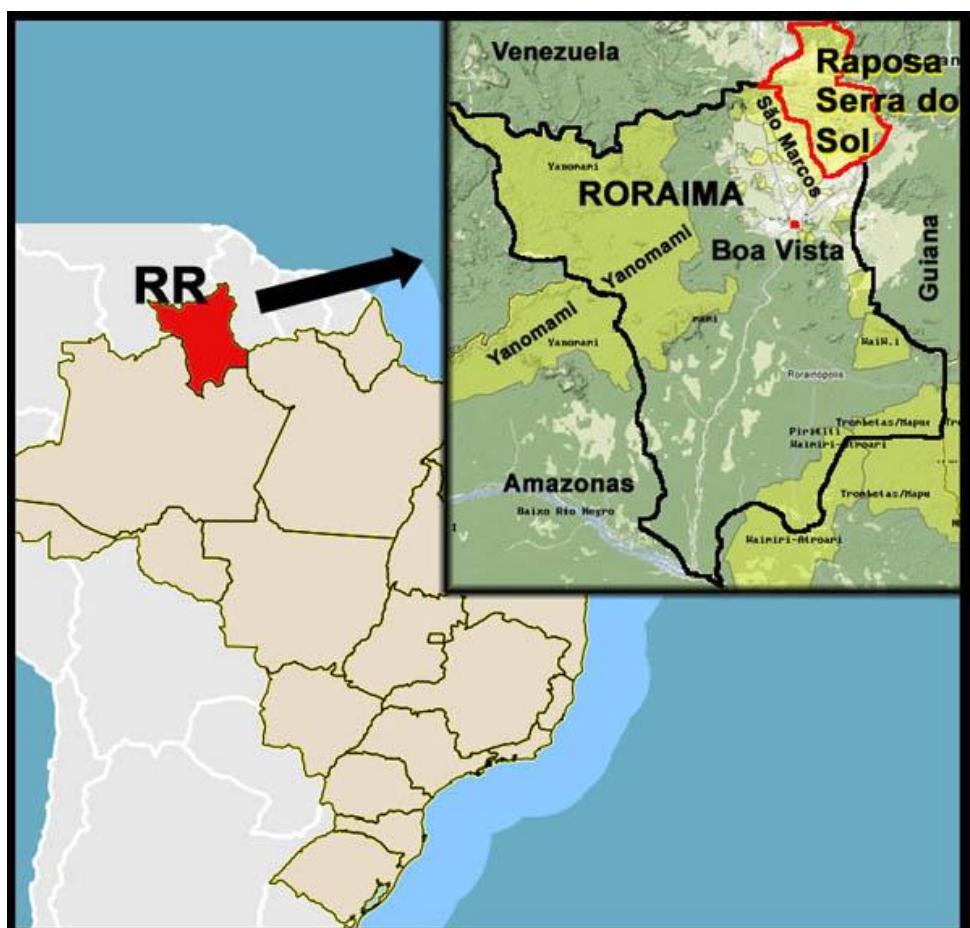
A maior parte do Estado de Roraima, assim como sua capital, Boa Vista, encontra-se no hemisfério Norte, Norte da América do Sul. Em Roraima encontra-se o Monte Roraima, com mais de 02 (dois) bilhões de anos, quando sequer os continentes haviam se separado e adquirido a forma que possuem atualmente.

O Monte Roraima é um dos pontos culminantes do Brasil, com 2.734 m de altitude, marco da tríplice fronteira entre o Brasil, República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativa da Guiana (Cooperative Republic of Guyana). No entanto, também é considerado a morada do deus Makunaima.

Em Roraima há outro marco, marco do extremo Norte do Brasil, o Monte Caburaí (1.465m de altitude), no município de Uiramutã, se contrapondo com o extremo sul do Brasil, o Arroio Chuí, no Rio Grande do Sul (embora, ainda nos dias de hoje, veicula-se erroneamente

do “Oiapoque ao Chuí”). Uiramutã é um dos três municípios onde se encontra a TI RSS, no nordeste do Estado de Roraima.

Figura 01: Localização da TI RSS, no nordeste do Estado de Roraima



Fonte: <http://congressoemfoco.uol.com.br/tag/raposa-serra-do-sol>

Vamos discorrer sobre essa região, onde habitava uma diversidade de povos indígenas, antes do contato com os conquistadores europeus. Sendo o espaço geográfico, ou seja, a terra, um espaço comum, sem a presença de classes sociais e do Estado Moderno. Conforme Milton Santos (2008), pode-se falar em territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território.

Considerando que temos a preocupação de termos a noção de como ocorreu os primeiros contatos dos povos indígenas na região sem, contudo, realizar uma abordagem aprofundada, buscamos suporte em estudos de Nádia Farage (1986) e Paulo Santilli (1994). Somando-se a pesquisa realizada por Reginaldo Gomes de Oliveira (2003) e, também, os memorialistas Aimberê Freitas (1996), Dorval de Magalhães (1997) e Olavo Vianna Braga (2002), prestigiando aqueles que se preocuparam em registrar fatos históricos relacionados ao atual

Estado de Roraima, mesmo não concordando com a sua concepção de história, e mais o etnólogo Theodor Koch-Grünberg (2006), entre outros autores que fazem referência sobre a região que circunda a atual TI RSS. Região onde atuaram “os três protagonistas – portugueses, holandeses e índios [...] as duas práticas colonizatórias que atingem diferencialmente os povos indígenas no rio Branco”, de acordo com Farage (1986, p.6).

O entendimento de que os indígenas são protagonistas de sua própria história tem avançado, colocando-os como atores ativos em torno de seus interesses individuais ou coletivos. Embora estivessem sempre atuantes em diversos momentos histórico do Brasil, por vezes o argumento apresentado era de que os indígenas teriam servido para determinadas atividades e para outras não; apareciam na história apenas no momento de conflitos, quando pegavam em armas; que lutaram bravamente juntos aos seus aliados, bem como em defesa de seus territórios; que foram derrotados e passaram a fazer parte da ordem imposta. E desta forma, eram relegados à condição de escravos e serviçais, assim, aos olhos da sociedade, deixavam de ser indígenas e desapareciam de nossa história (ALMEIDA, 2010, p.13).

Para Almeida (2010, p.16), “a percepção de que os índios em contato com sociedade envolvente caminhavam inevitavelmente para a assimilação predominou até quase os nossos dias, mesmo entre os mais dedicados defensores das causas e dos direitos indígenas”. Com o transcorrer dos tempos, essa forma de perceber que os indígenas estariam assimilando o mundo dos não indígenas não se concretizou em sua totalidade. No entanto, de certa maneira, a sociedade envolvente levou os indígenas a se organizarem e a lidar principalmente com a parte relacionada a política e a legislação dos não-indígenas. O que ocorreu a partir do século XX após séculos de conflitos, batalhas e guerras, sobretudo à medida que os indígenas acumularam experiências e passaram a se organizar em entidades indígenas, contando com o apoio, principalmente, da Igreja Católica.

Uma das pioneiras da concepção dos indígenas enquanto protagonistas de sua história, a antropóloga Maria Manuela Ligeti Carneiro da Cunha em seu livro, *Índios no Brasil (História, Direitos e Cidadania)*, apresenta a seguinte colocação:

A percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira. É significativo que dois eventos fundamentais – a gênese do homem branco e a iniciativa do contato – sejam frequentemente apreendidos nas sociedades indígenas como o produto de sua ação ou vontade. (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p.24).

Estamos de acordo, conforme Almeida (2010, p.38), que “a conquista e a colonização passaram a ser também histórias dos índios que nelas participaram intensamente, atribuindo a elas significados próprios”. Dando sequência ao raciocínio, Almeida (2010) complementa:

Esses significados ligavam-se às suas tradições, porém modificavam-se, junto com elas, pelas experiências do contato. A abertura ao outro, a fluidez e instabilidade das relações, as guerras intertribais e muitos outros aspectos de suas culturas tomavam novas dimensões nas situações de contato. (ALMEIDA, 2010, p.38).

O argumento acima aplica-se, conforme vamos discorrendo, ao longo do processo histórico da atual região TI RSS. De fato, o contato dos indígenas de uma determinada etnia com uma outra, seja de forma pacífica ou não, leva a provocar mudanças entre as etnias envolvidas. O mesmo podemos considerar do contato dos indígenas com os europeus.

Holandeses aportaram ao norte da América do Sul, na atual República Cooperativa da Guiana, cultivaram canaviais com a mão de obra escrava negra e indígena. Este último proveniente de comércio com os caribes. Imprimiram a utilização de mercadorias manufaturadas como moeda de troca com os caribes, que escravizavam outros indígenas da região. Mas além da busca de mercadorias tropicais e minérios preciosos e a prática de *plantation* na zona litorânea, o trabalho escravo de indígenas era comum entre os europeus de diferentes nacionalidades que exploravam a região.

Os espanhóis e portugueses buscavam organizar o aldeamento dos indígenas às margens dos principais rios da localidade, não consideraram o modo de vida dos habitantes da região, ou mesmo tentaram compreender por que os indígenas estavam em um determinado local e não em locais que os europeus queriam instalar seus aldeamentos.

Europeus buscavam metais preciosos (ouro e prata) e, assim, se originou o mito do Eldorado. Sendo que, “a origem do Eldorado remonta a 1531-1532, quando o conquistador Diego de Ordaz foi informado sobre a existência do País de Meta, que seria rico em ouro e pedras preciosas” (ARAÚJO, 2013, p. 25-38).

Dez anos depois, segundo Ferrarini (2013, p.45) Francisco Orellana desceu o rio Amazonas, em 1542, estava à procura do El Dorado e do País da Canela. Cerca de um século depois, Pedro Teixeira, em agosto de 1639, na Província chamada Culiman, vizinha dos Omáguas, afirma haver ouro, e muito, pois índios traziam placas de ouro penduradas nas orelhas e narizes e, perguntado aos índios de onde tiravam aquele ouro, respondiam que era de umas serras vizinhas onde havia em abundância, que se cavasse a teria com os picões que tinham, tirariam o que quisessem. (FERRARINI, 2013, P.49).

Praticando todos os tipos de atrocidades e uma exploração brutal dos indígenas, os europeus imprimiram um histórico de violência contra esses povos. Embora os portugueses tenham desdenhado de tal mito do Eldorado, não podemos concordar plenamente com essa percepção. Os portugueses, assim como os demais europeus presentes na região tinham esperança de encontrar, principalmente, ouro e prata.

Portugal sofreu um golpe com a morte do rei D. Henrique, em 1580 e, por não ter herdeiro, Portugal passou às mãos do rei da Espanha, Filipe II. O domínio espanhol durou mais de meio século, somente em 1640 Portugal se libertou da Espanha. Mas este período (União Ibérica) trouxe vantagens ao domínio português, como as guerras travadas contra os ingleses, holandeses e franceses no litoral das terras dos papagaios (Terra Brasilis) e, principalmente, ou a mais significativa, a expansão territorial da América Portuguesa levada a cabo pelos bandeirantes, desconsiderando o Tratado de Tordesilhas, de 1494.

Para Oliveira (2003), podemos assim também considerar:

ao final do século XVI e começo do XVII, com o aumento da posse de terras no Novo Mundo e dos bens do poder real, tanto da Espanha como de Portugal, gerou intensas disputas pelo poder crescente e valioso mercado de exportação, em face de sua extensão do mar mediterrâneo para o mar aberto do Atlântico (dominado ao Norte pelos espanhóis e ao Sul pelos portugueses). Desse modo, os Estados-Nações em formação no velho mundo europeu, voltaram-se para a exploração mercantilista na região amazônica. (OLIVEIRA, 2003, p.41).

Portugal, um estado moderno pequeno, o primeiro a ser criado (século XII) em função das condições internas na parte ocidental da Península Ibérica, comandava um vasto império fora da Europa, graças à aliança entre a nobreza, na figura do rei e a nascente burguesia mercantil portuguesa, apoiando o poder centralizado e o desenvolvimento das técnicas de navegação.

Em relação a América portuguesa, os portugueses encontraram terras em norte e sul, propícias à agricultura e foi nestas terras que cultivaram a monocultura (*plantation*), utilizando a mão de obra africana escravizada na plantação de cana de açúcar, um produto muito lucrativo para os portugueses. Mas o seu desenvolvimento ocorreu mesmo foi no Norte, atual Nordeste brasileiro.

No entanto, em uma outra parte de seu domínio, do início do século XVII, na Amazônia, a mão de obra utilizada majoritariamente foi a mão de obra escravizada indígena, utilizada no extrativismo, ou seja, na exploração dos recursos da floresta, principalmente, a partir da implantação do forte do Presépio de Belém (1616), que deu origem da cidade de Belém. Esta passou a ser a porta de conquista da região amazônica. Ferrarini (2013, p.25) afirma que, “foi,

sobretudo, depois da fundação do Forte do Presépio (Belém) que se acentuou o martírio para os povos da Amazônia”.

A mão de obra indígena foi utilizada, principalmente, pelos religiosos da Companhia de Jesus. Os jesuítas tinham o monopólio, pois o estado concedeu esse poder. Mas os atritos com os colonos civis eram inevitáveis, pois estes não tinham capital para comprar a mão de obra escravizada negra. Em relação aos indígenas livres, eram aqueles que se encontravam a serviço dos jesuítas mas, mesmo assim, os aldeamentos eram alvos por parte dos colonos civis que buscavam escravizar os indígenas da região.

Para Farage (1986, p.26) a mão de obra escravizada negra “para a região foi, com efeito, quase inexistente no século XVII: em 1682 foi formada uma companhia monopolista com o capital metropolitano para a introdução no Maranhão e Grão-Pará de 500 escravos ao ano”. No entanto, em fins do terceiro ano, foi anulada a licença por não atender com nenhum escravo a região, inclusive, levou os colonos a se revoltarem (Revolta de Beckman).

Ao longo do século XVII, a violência por parte dos europeus contra os indígenas era denunciada pelo padre Vieira, que tinha grande influência junto ao governo português. A ação de Vieira levou ao surgimento da lei que fez a regulamentação das possibilidades de escravizar os indígenas pelas tropas de resgate. Vejamos o que foi escrito por Farage:

Sob a influência do padre Vieira, a lei de 1655 regulamenta a ocorrência destas expedições, como vimos, designando missionários para acompanhá-las e declarando que os cabos de tais tropas deveriam ser escolhidos pelo governador e mais autoridades civis e eclesiásticas da colônia. Aos missionários cabia julgar a legitimidade dos cativeiros, certificando-os por escrito, nos assim chamados “registros” (1986, p.33).

Seguindo essa trilha, para Farage (1986, p.33), “O passo decisivo na instituição das ‘tropas de resgate’ veio a ser dado mais tarde, com a lei de 28/04/1688, onde o próprio Estado tornava-se empresário do ‘resgate’, que a partir de então seria feito pela Fazenda Real”. Desta forma, as tropas de resgate deveriam ser enviadas para o sertão do Pará e outra para o Maranhão.

O mais importante a destacar, neste momento, são as práticas por parte do setor privado em relação ao apresamento dos indígenas, em detrimento do Estado: “a escravização clandestina na Amazônia como um todo foi de muito maior porte que a escravização efetuada pelas tropas de resgate oficiais e tropas de guerra somadas” (FARAGE, 1986, p.34).

Em termos jurídicos o estado português criava leis ambíguas, ou seja, ora mostrava preocupação em relação aos indígenas em virtude das denúncias feitas pelos religiosos, ora cedia em parte devido as pressões dos civis que buscavam escravizar os indígenas.

Quanto a prática dos religiosos em relação ao “exame da legitimidade dos cativeiros era, via de regra, uma falácia, não só pela conivência dos missionários, como também pelos falsos testemunhos de membros da tropa e, principalmente, pelas ameaças feitas aos índios apresados para que respondessem às perguntas dos missionários corretamente”, conforme Farage (1986, p.35). Entre as ordens religiosas havia práticas contrárias as que defendiam a liberdade dos indígenas.

Os portugueses encontraram produtos europeus circulando em mãos de indígenas, principalmente, armas de fogo. Os Manao liderados por Ajuricaba, navegavam pelo rio Branco para realizar comércio próximo ao litoral norte da América do Sul, onde encontravam-se os holandeses. Podemos entender que, durante um bom tempo, o Branco foi um corredor fluvial, utilizado pelos Manao para atingir suas transações comerciais que envolviam indígenas escravizados.

As mercadorias provenientes do mundo fabril atraíam os Manao. Os indígenas em geral, buscavam essas mercadorias, principalmente ferramentas de ferro e armas de fogo. Eram ferramentas mais fortes e perenes, comparando-os com seus habituais instrumentos. Além disso, havia outras mercadorias de interesse dos indígenas, consideradas quinquiarias pelos europeus.

Os Manao realizavam comércio com os holandeses e, de certa forma, impediham o controle e o avanço dos portugueses na região do rio Negro, depositário do Branco, passando a ser tratados como inimigos da coroa portuguesa. Os Manao protagonizaram o drama em função da guerra empreendida pelos portugueses até a prisão de seu líder, Ajuricaba. E, em um ato dramático quando era levado preso à Belém para julgamento, entrou em atrito com os portugueses e se jogou nas águas do Amazonas, mesmo estando acorrentado.

Nesta trilha por água ocorreu todos os tipos de crueldade, violência e sangue presentes na região disputada por portugueses, holandeses e espanhóis. A partir da primeira metade do século XVIII a região não seria a mesma de dantes.

Adentrando no rio Branco em busca de escravizar os indígenas da região, os portugueses se apropriaram de tudo que poderia gerar lucros em seu mercado. A exploração dos produtos ocorreu no baixo rio Branco e alto rio Branco. Na parte baixa, o cacau foi o mais expressivo, encontrava-se nas margens do rio. Assim como a pescaria e a viração de tartarugas, que suprimiam o comércio da região da capitania do rio Negro durante o século XVIII. Já na parte

alta do rio Branco, explorava-se do lavrado a madeira, resina, baunilha, salsaparrilha. Estes produtos eram encaminhados para exportação a partir do Grão-Pará.

A bacia do rio Branco, especificamente, na parte alto rio Branco, é onde se encontra a TI RSS nos dias atuais, espaço geográfico do nosso estudo, território de vários povos, principalmente os das famílias linguísticas Karib e Aruak. Sendo que, a partir do século XVIII, as ações dos europeus na região se acirram pela disputa do controle do território dos indígenas, impondo seus domínios.

Santilli (1994, p.11) relata que “a ocupação colonial portuguesa da bacia do rio Branco no século XVIII não resultou em colonização civil da região” e, conclui que a “ocupação civil da área se inicia a partir das últimas décadas do século XIX, com a expansão da pecuária na área do baixo rio Uraricoera e médio rio Branco”.

Lembrando que as medidas tomadas pelos portugueses para barrar os avanços dos holandeses e espanhóis eram meramente militares, nenhuma de fato levou em consideração a ocupação civil da região. Era uma espécie de medida defensiva para proteger os portugueses e suas atividades militares-comerciais, nos rios Negro e Solimões-Amazonas, pois a ameaça do avanço era iminente, eram medidas de caráter paliativas.

Seu território foi palco de atritos, de intercâmbio, de batalhas entre os nativos que, com o passar do tempo, entraram em conflito com os europeus, seja pela parte dos holandeses, seja pelos portugueses e espanhóis e, posteriormente, os ingleses.

Para Farage (1986) o que estava ocorrendo no rio Branco, principalmente, no alto rio Branco, era que:

Portugueses e holandeses, ao longo do século XVIII, já haviam preludiado o embate que o litígio de fronteiras, um século mais tarde, viria a reviver: vindos do rio Negro, os portugueses, na década de setenta do século XVIII, estabeleceram no rio Branco uma fortaleza e aldeamento indígenas, com o claro objetivo de conter o que consideravam uma ameaça a seu domínio do vale amazônico, o tráfico de escravos índios que, polarizado pelos holandeses radicados na costa da Guiana, envovia os povos indígenas naquela região. (FARAGE, 1986, p.5).

Conforme Oliveira (2003, p.97), “nesse contexto, o número reduzido de brancos não impedia as deserções dos índios que fugiam das aldeias missionárias e povoados, deslocando-se para o interior da selva/lavrado ou para os núcleos de colonização holandesa”.

De fato, a guarnição contando com poucos militares ou mesmo civis no espaço setentrional do avanço português, onde se encontra o alto rio Branco, favorecia as revoltas por parte dos indígenas. Embora não tenha sido um motivo único para tais revoltas, mas sim, envolvendo vários fatores.

A demografia portuguesa se apresentava como um sério problema permanente em seu processo de conquistas, não tinha como garantir envio de civis à todas as localidades de domínio português. Região fronteiriça, como o extremo norte do Brasil atual, carecia da presença civil. O governo português, incentivava o casamento com as indígenas da região, ou seja, a prática da miscigenação.

No ano de 1790 uma liderança (principal, como eram identificados os líderes), de nome Parajuijamari, matou um soldado que o conduzia do aldeamento vizinho ao forte São Joaquim para o aldeamento São Martinho. Retornando para aldeamento residente, junto ao forte, ali matou também o soldado administrador dessa unidade militar. “Esse gesto do índio Makuxi desencadeou um efeito multiplicador e os índios aldeados se organizaram e emboscaram mais dois soldados, depois disso todos os índios fugiram para a região de serra”, conforme Oliveira (2003, p.98).

Esses acontecimentos desencadearam um movimento bélico contra os envolvidos nas ações que levaram a morte de soldados do forte São Joaquim. Lobo D’Almada, então governador da capitania do rio Negro, deu ordem enérgica de capturar os fugitivos e forçá-los a retornar aos aldeamentos.

Fecharam o cerco em território makuxi e mataram Parajuijamari, por ter “resistido” em armas contra as tropas portuguesas. Uma vez mais, em decorrência dos fatos, desencadearam inúmeras revoltas indígenas durante a última década do século XVIII.

O rio Branco se tornou, então, palco de guerras contra os indígenas da região, contribuindo para dizimar inúmeros indígenas. Foi nesse período que ocorreu, o que parte da historiografia denominou posteriormente, a “Revolta da Praia do Sangue”, mas se sabe muito pouco sobre ela, que contribuiu com o desaparecimento das povoações do rio Branco, em virtude das lutas dos indígenas contra os soldados do forte São Joaquim, restando somente o povoado da Nossa Senhora do Carmo.

Os europeus, em termos de armamentos, estavam em vantagem, pois os mesmos carregavam consigo espadas, lanças, armas de fogo e canhão. Enquanto, os indígenas utilizavam, principalmente, arcos e flechas. Materialmente, os europeus tinham a vantagem sobre os indígenas, pois os mesmos já tinham desenvolvido técnicas de confeccionar armas bélicas de ferro bem mais avançadas e letais.

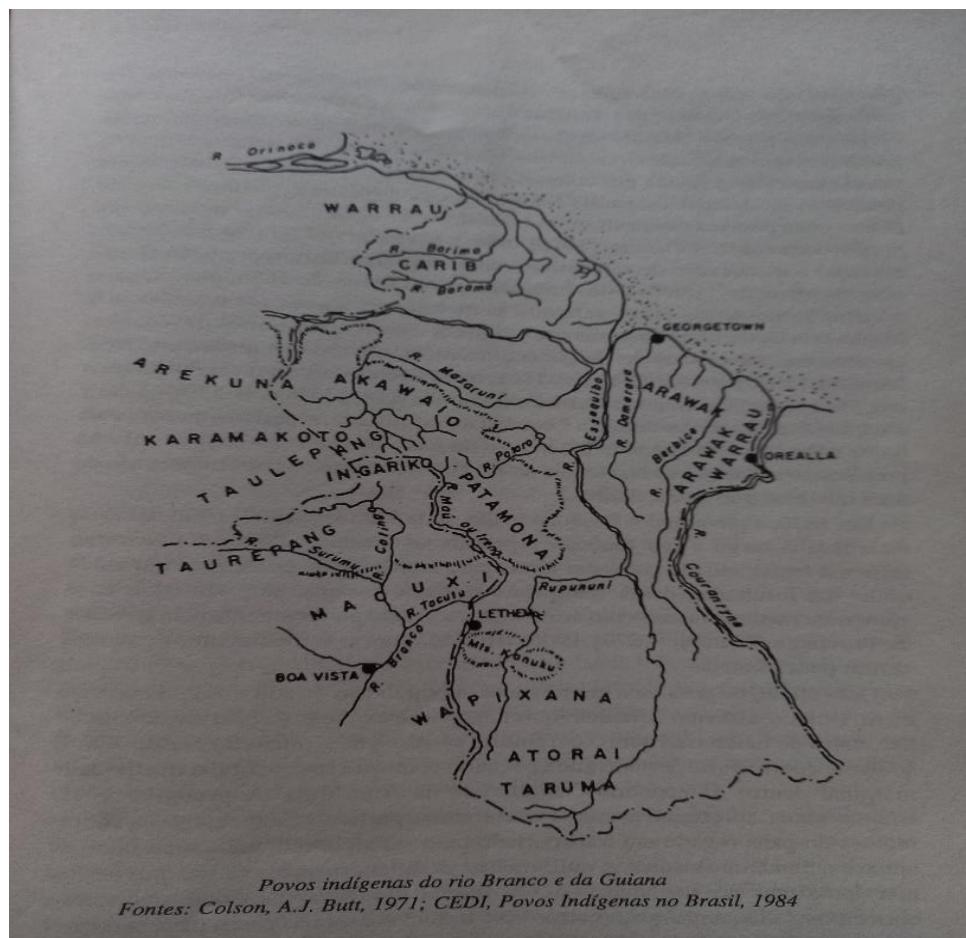
Diante do relativo fracasso da política de aldeamento dos indígenas em torno do forte São Joaquim, se buscou outra alternativa e a perspectiva da ocupação das terras por gado, praticamente, garantiu o domínio com a criação das fazendas do rei. Uma vez mais com a

intervenção liderada por Lobo D’Almada, um súdito que tinha consciência de seus atos em prol dos interesses de sua majestade do reino de Portugal.

O modo de vida indígena entrou em processo de desestruturação com o avanço dos diversos povos europeus, que buscavam produtos e mercadorias capazes de gerar lucros aos reinos e comerciantes (burgueses) da Europa. À medida que os povos europeus faziam intervenções, modificava o modo de vida dos povos indígenas, por outro lado, os indígenas adquiriram ferramentas nunca vistas antes, como os machados de ferro e as armas de fogo. Mas, no geral, o avanço predominante dos interesses imediatos dos povos europeus foi marcado pela desenfreada violência cometida contra os indígenas.

As intervenções dos holandeses na região do rio Essequibo, rio Rupununi e atingindo o rio Tacutu e, por outro lado os espanhóis na região do Orinoco e rio Uraricoera, assim como, os portugueses no rio Negro-Branco, tornaram a região de constante pressão sobre os indígenas do alto rio Branco.

Figura 02: Povos indígenas do rio Branco e da Guiana



Fonte: Santilli, 1994, p.19.

Os avanços das três nacionalidades europeias na região em disputa, em particular dos portugueses, por estes dominar um vasto território e por não abrir mão em favor de outras nacionalidades, fez com que buscassem sempre garantir a sua presença, mesmo que através de empreendimentos militares.

Destacamos quatro fatores a considerar o porquê do avanço das tropas portuguesas na região do rio Branco: 1) a necessidade permanente de mão de obra escrava indígena para atender a demanda do Grão-Pará; 2) a exploração dos produtos da região; 3) as epidemias em Grão-Pará, que aceleraram a escravização dos indígenas da região do rio Branco; 4) a ameaça da presença de holandeses e espanhóis na região.

Quanto ao domínio português na região amazônica, foram vários fatores que dificultaram, conforme destaca Oliveira (2003). Vejamos:

vários fatores dificultaram a conquista e a ocupação da terra amazônica [...] a) a variedade linguística indígena dificultando o entendimento entre os interpretes; b) a imprecisão das informações cartográficas; c) as Cordilheiras dos Andes e o sistema Parimo-Guiano, formando uma espécie de muralha; d) o clima úmido e quente no vale, frio nas montanhas e o aumento do calor com a proximidade da imaginária linha do Equador; e) as diferentes bacias dos rios Orinoco, Essequibo e Branco com movimentação de suas águas controladas pelas duas estações: seca (período de verão entre outubro e abril) e chuva (período de inverno entre maio e setembro). (OLIVEIRA, 2003, p.41).

Sob o signo de Pombal a Amazônia teve uma atenção redobrada e passou por mudanças significativas que atingiu a bacia do rio Branco e, praticamente, garantiu o domínio português na região quando, em 1775, construíram o forte São Joaquim, exatamente onde se origina o rio Branco.

Com a criação do Brasil Império, isto é, um estado nacional independente, a região do rio Branco sofreu poucas intervenções por parte do estado nacional brasileiro. Embora a preocupação em manter o domínio da região com guarnição permanente continuava sendo um desafio ao estado nacional.

Assim, Santilli (1994, p.17), completa: “de todo modo, não houve, ao longo do século XIX, qualquer investimento nesse sentido comparável às iniciativas anteriores”.

Em pleno século XIX havia interesses estrangeiros na Amazônia. Conforme Jorge Caldeiras (1995), o interesse na Amazônia se expressava pelo entusiasmo expansionista do tenente de Marinha Mathew Fontaine Maury, hidrógrafo e astrônomo do Observatório Nacional de Washington que, ao realizar uma “excursão científica” (1849) pelo rio Amazonas, afirma o que se segue em relação a Amazônia:

este imenso tesouro é desconhecido pelo Brasil; o governo primitivo daquele país, com sua política japonesa, impede o acesso a tal riqueza; neste século de progresso do gênero humano, os bens da terra não devem existir sem serem aproveitados por quem o puder fazer; a abertura do Amazonas vai significar para os Estados Unidos o mesmo que a compra da Louisiana; a livre navegação do rio seria o maior benefício a que o povo dos Estados Unidos podia aspirar; não havia tempo a perder. (CALDEIRAS, 1995, p.237).

Não podemos deixar de considerar a grandeza territorial do Brasil, em especial, a Amazônia (em torno de 60% do território nacional). Esta grandeza se tornou um grande desafio ao estado nacional, diante de ameaças de países imperialistas em relação à Amazônia.

As ações diplomáticas brasileira perante o império britânico, em 1842, garantiu de certa forma, a “calmaria” na região do alto rio Branco e com isso, lentamente, a presença de civis aumentava na região fronteiriça. Somente “a partir de meados do século XIX, a ênfase da ação oficial recairia sobre um novo fator de povoamento, a pecuária”, conforme Santilli (1994, p.18).

Mesmo em pleno século XIX, já na metade do século, a dificuldade de fixar civis na área de fronteira ainda era enorme. No entanto, à medida que se tornava possível a fixação de não indígenas e a criação de fazendas de gado, proporcionava o aparecimento de oligarquias na região.

Somando-se as medidas que esbarravam na ausência de capital para aplicar na região do rio Branco, Santilli (1994, p.18) acrescenta:

A presença militar também se restringiria [...] Apesar de o Decreto Imperial nº 662 de 22/12/1849 determinar a instalação de colônias militares, e a Portaria de 26/05/1850 que regulamenta, fixar o alto rio Branco como local prioritário, não havia recursos nem contingente para concretizar essas medidas, segundo informavam seguidamente os presidentes da Província do Amazonas à Corte (SANTILLI, 1994, p.18).

O etnólogo Koch-Grünberg (2006) esteve presente no alto rio Branco nas primeiras décadas do século XX e registrou a presença de civis que se apossaram das terras do Estado Nacional. Dessa forma, originou-se os proprietários privados da terra no extremo norte do Brasil. Vamos ao seu registro:

Nas últimas décadas, estabeleceu-se nessas imensas propriedades do Estado um grande número de pessoas, criadores de gado que tomaram posse da terra ilegalmente e puseram sua marca no gado sem dono que encontraram por lá [...] O governo brasileiro poderia expropriar legalmente todos esses fazendeiros altivos quando bem entendesse, se tivesse poder para tanto nesses territórios longínquos e não temesse provocar uma revolução. (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p.41).

Evidentemente que o Estado brasileiro não poderia lançar mão de expropriar os fazendeiros existentes na região, mesmo porque era a presença deles a garantia da recém República do Brasil sobre a região quase isolada e tão distante do poder central e dos grandes centros urbanos.

Historicamente, a região não contou de fato com a presença necessária do Estado Nacional. As ações, extremamente precárias, foram de caráter militar para evitar a presença de outras nacionalidades europeias (Inglaterra e Holanda) que tinham características imperialistas. As medidas tinham caráter emergencial e paliativas. É um fato constante ao longo do processo histórico da região do rio Branco.

O governo nem sempre atendia aos reclames dos prepostos na região, seja na época colonial, Brasil império, ou mesmo nas primeiras décadas da República.

A introdução do gado no lavrado e a criação das fazendas do rei e, com o passar do tempo, a multiplicação das rezes na região, permitiram a presença de civis e ex-militares (administradores) do Forte São Joaquim, passando a condição de fazendeiros. E desta forma, sugiram as oligarquias, em função da frágil presença do Estado Nacional e da necessidade de garantir o domínio da região.

Santilli (1994, p.27) afirma que, “Boa Vista foi o único povoado do alto rio Branco por várias décadas. Em 1890, foi elevada à categoria de vila [...] a vila era formada por quarenta e nove casas e barracas, e contava com uma população de aproximadamente 500 habitantes”.

Em mais uma de suas anotações, Koch-Grünberg (2006) registra a presença de funcionários públicos, latifundiários, lavradores pobres do alto rio Branco, que se encontravam na pequena embarcação que se dirigia rumo à Boa Vista. Uma característica que marcaria por muito tempo tal situação: “ricos” e pobres em uma mesma embarcação. De fato, juntos, em um mesmo espaço, mas socialmente, distantes.

Para Santilli (1994, p.20), “A pecuária no rio Branco ainda apresentava uma característica particular em relação a outras regiões do país: o gado era transportado pelo rio até o mercado, uma faixa de aproximadamente seiscentos quilômetros de hileia o separava das povoações mais próximas no rio Negro”. Considerando que a capital do Amazonas foi instalada em plena floresta e que o gado era transportado por batelões, que saiam do lavrado roraimense. Sem sombra de dúvida, era um grande desafio para os moradores da região de lavrado em Roraima.

O rio Branco não favorecia a navegação de embarcações de grande porte, principalmente com suas barreiras naturais, como a cachoeira do Bem-Querer e, também,

durante a seca do rio no período do verão. Assim, a natureza resguardava o acesso à região do alto rio Branco.

A relação de trabalho entre patrão e trabalhador ocorria, praticamente, com a ausência de papel moeda. Vejamos o que afirma Oliveira (2003):

A pequena sociedade moradora do rio Branco, com seus poucos recursos financeiros, investiu na criação de gado e na agricultura com auxílio da força de trabalho de índios e não-índios, os quais recebiam o pagamento dos serviços prestados num sistema denominado de Quarta. Com a falta de moedas ou capital na região, essa prática de salário comum até o século XX. (OLIVEIRA, 2003, p. 108).

Aos poucos a relação capital versus trabalho, vai se manifestando na formação pré-capitalista da região do rio Branco. Mas levará um bom tempo para que haja, de fato, o trabalho assalariado, principalmente em relação aos indígenas.

Embora a presença de pessoas de outras regiões do país tenha aumentado na região, cada vez mais a participação dos indígenas na economia regional se alterava, seja enquanto vaqueiros, garimpeiros, auxiliares na construção de casas e serviços domésticos, ou ainda, comercializando farinha e outros produtos agrícolas aos criadores, garimpos e comerciantes e servidores públicos na cidade.

Para Santilli (1984, p.20) “os possíveis interessados, a população de colonos civis no vale do rio Branco, estavam voltados sobretudo para a extração de balata e de caucho nas matas do baixo rio Branco em fins do século XIX e início do século XX.”.

Desta forma, Santilli (1994, p.23) é categórico: “Não há indicações de que tenha ocorrido um movimento migratório de maiores proporções para essa região até a criação do Território Federal na década de 1940”.

Uma vez mais na história da região o que vai prevalecer em termos de investimentos no rio Branco, em virtude da sua localização fronteiriça e o distanciamento dos grandes aglomerados urbanos e, principalmente, do poder central, são as medidas tomadas pelo governo federal. Assim, em 1939 iniciava-se a Segunda Guerra Mundial, e uma vez mais a preocupação com a região do extremo norte do país exigia intervenções capazes de tentar garantir de fato o domínio da região, que sempre transpareceu frágil.

Diante do contexto da guerra, o governo ditatorial de Getúlio Vargas (Estado Novo) cria os territórios federais em regiões de fronteiras. Um deles foi o Território Federal do Rio Branco (1943), como parte da aplicação da Lei de Segurança Nacional (criada em 05 de abril de 1935). Ressaltando que, na época, o extremo norte do país fazia fronteira com países imperialistas, principalmente, França e Inglaterra.

Segundo Dorval de Magalhães (1997, p.61), em relação aos territórios federais criados por Vargas, dos cinco, somente dois (Ponta Porã e Iguaçu) não vigaram, dada à enorme pressão política proveniente dos estados politicamente fortes – Mato Grosso e Paraná – de onde eram desmembradas as áreas respectivas.

Roraima foi “refém” da situação histórica, pois os esforços para manter a região como parte do domínio do território nacional dependia das ações do governo central. Este nem sempre de fato tomava medidas capazes de materializar o aumento da presença de civis com a mínima assistência à população. A sociedade local se mantinha presa a criação do boi, com um comércio incipiente centrado na venda de gado ao Amazonas.

Foi durante o Estado Novo que se tomou a iniciativa capaz de iniciar a urbanização da antiga freguesia de Nossa Senhora do Carmo. Para tanto, o governo federal enviou o seu representante para o recém-criado Território Federal do Rio Branco (que, em 1962, passou a se chamar Território Federal de Roraima), o capitão Ene Garcez (primeiro governador). Este contratou o engenheiro Darci Aleixo Deregusson que, tendo como base as margens do rio Branco e as primeiras vias existentes, projetou em forma de leque a capital do Território do Rio Branco, Boa Vista, conforme citado em um suplemento do jornal impresso Folha de Boa Vista (09 de julho de 2012, Boa Vista – 122 anos do Nascimento à Atualidade, 2012, p.5). Desta forma estruturava-se a sede do poder local e os seus poderes constituídos.

Se ergueu assim, a origem da capital do atual estado de Roraima acima da linha do Equador e com uma estrutura para atender a população local (escolas, hospital, esgoto fluvial, telefonia, empresa de correio e transporte aéreo). Não havia estradas que fizesse esta ligação entre os núcleos urbanos mais próximo de Boa Vista. Obrigatoriamente, o mais próximo é a capital do estado do Amazonas, Manaus. O rio Branco com suas limitações naturais, permanecia como principal via para Manaus.

Foi durante a ditadura militar que ocorreu a abertura da via terrestre ligando Manaus-Boa Vista-Pacaraima (BR 174), e Boa Vista-Bonfim (BR 401). Estas estradas federais chegaram aos países vizinhos, a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativa da Guiana, respectivamente. Ainda assim, não foi suficiente para atrair uma quantidade considerada de pessoas civis, capaz de criar um mercado consumidor com autonomia para a região do atual Estado de Roraima.

No espaço projetado em Boa Vista no período anterior (década de 1940), ergueram prédios modernos (a exemplo, Aeroporto Internacional de Boa Vista, Estádio de futebol, ginásio de esporte, rodoviária internacional, Biblioteca em forma de uma aeronave) e ao longo das rodovias federais construíram pontes em concreto armado e a principal delas encontra-se

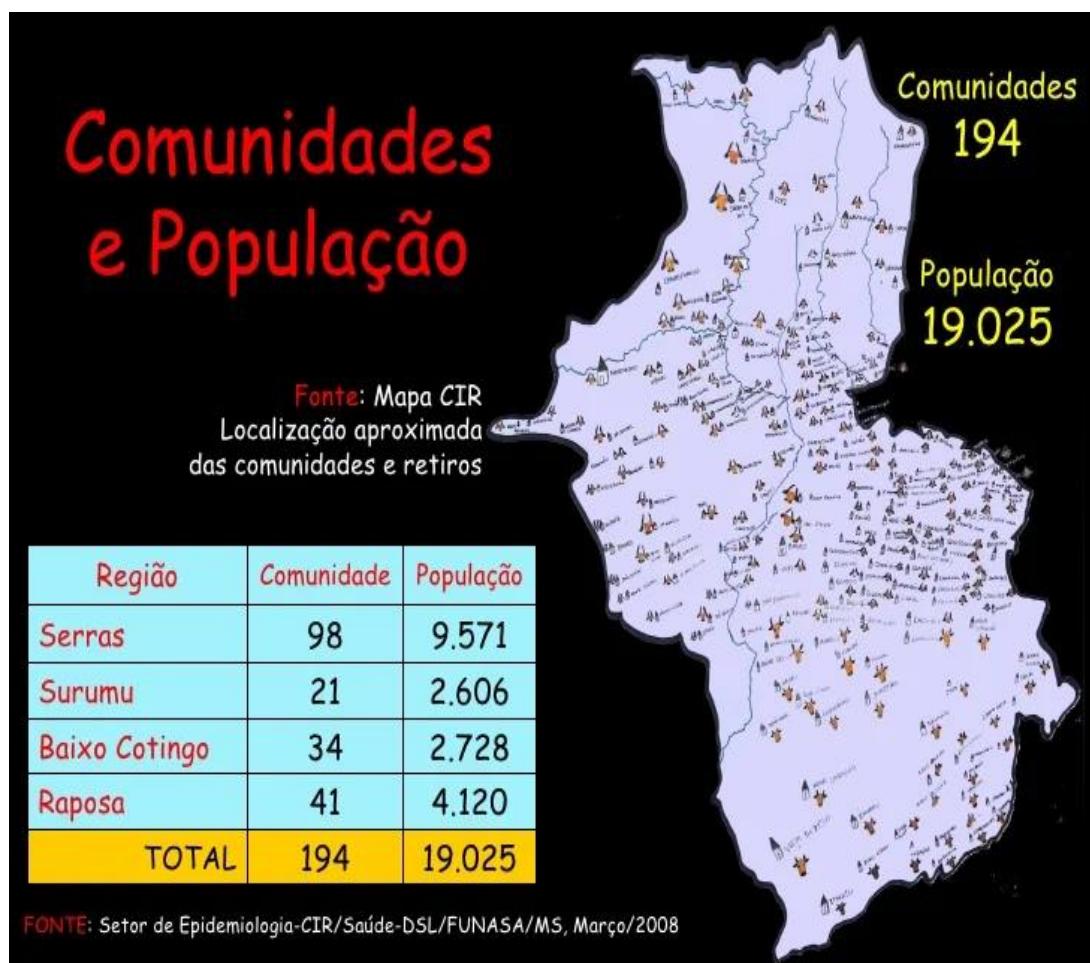
em Boa Vista, a ponte dos Macuxi, com 1.200 metros de comprimento sobre o rio Branco. Esta ponte faz parte da estratégia militar, isto é, da geopolítica no extremo norte do Brasil.

Com o capital investido em construções, abertura de estradas federais e pontes, principalmente na capital do território Federal de Roraima, gerou inúmeras frentes de trabalho com a participação da mão de obra indígena. Assim como uma diversidade de trabalhadores e operários da construção, entre outros ramos de serviços.

Nesse contexto, os povos indígenas da TI RSS iniciaram a sua organização política, que originou o Conselho Indígena de Roraima (CIR), em pleno período da ditadura militar. Uma ferramenta de luta política apoiada pela Diocese de Roraima, vigiados de perto pelos militares.

Desde sua fundação, o “CIR tem trabalhado com uma divisão interna da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol (TI RSS) em quatro regiões político-administrativas: Baixo Cotingo, Serras, Raposa e Surumu”. (PPTAL, 2008, p.133).

Figura 03: As quatro regiões da TI RSS



Fonte: <https://pt.slideshare.net/mmcbrasil/raposa-serra-do-solpresentation-7612>

Os povos indígenas resistiram e lutaram pela posse da sua terra. Sousa (2012, p. 23) afirma que “os grupos originários conseguiram sobreviver ao extermínio físico e cultural, demonstrando vitalidade no enfrentamento com as ideologias assistencialistas e religiosas tão marcantes em nossa civilização”.

Com o fim da ditadura militar, e com a aprovação da nova Constituição Federal do Brasil, consagraram-se direitos como parte da luta dos povos indígenas. Segundo Sousa (2012, p.23), “A Constituição Federal de 1988 reconheceu plenamente os direitos originários e a autodeterminação das comunidades indígenas dentro do território nacional, indicando que o projeto nacional brasileiro está sofrendo uma grande transformação”.

Na Constituição Federal, em seu Capítulo VIII (dos Índios), no artigo 231 está registrado: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Sem sombras de dúvidas, conquistas que estavam se materializando como resultado de um longo processo de lutas e resistência dos povos indígenas e iniciou um novo período para fazer valer e concretizar o que foi garantido na Constituição de 1988.

Se faz necessário fazermos uma reflexão do contexto em que envolveu a confecção da nova Constituição brasileira. O Brasil estava mergulhado em uma crise econômica, política e social, já que havia manifestações estourando em todos os setores da sociedade brasileira e, entre elas, o movimento indígena. Diversas categorias de trabalhadores entraram em greve. O país estava saindo de longo período de ditadura militar e é dentro desse contexto que o movimento indígena nacional se tornara visível com suas reivindicações, como o direito sobre as suas terras.

Com relação aos indígenas do atual Estado de Roraima não foi diferente, eles passaram a se organizar criando organizações como o CIR, entre outras entidades indígenas, tendo o apoio da Igreja Católica.

De certa forma a reação ao avanço do sistema capitalista, em particular o agronegócio em solo roraimense, onde estão os povos indígenas como os Patamona, Taurepang, Ingarikó, Wapichana e Macuxi, na TI RSS, se expressa na luta dessas etnias em defesa de seu território, que rendeu o aumento da violência contra os indígenas. Silva (2014, p. 93) destaca o aumento da violência sobre os povos indígenas à medida que o capitalismo vai tentando dominar parte do lavrado, tendo como carro chefe o agronegócio:

Foi a partir do acirramento da disputa pelo controle das terras indígenas em Roraima, somado ao fato de as relações capitalistas estarem mais definidas, no final da década de 1960, que passamos a verificar, com mais intensidade o aumento da violência contra os povos indígenas, em especial, a etnia Macuxi na terra indígena Raposa Serra do Sol. (SILVA, 2014, p. 93).

Na década de 1980, conforme Carneiro da Cunha (2012, p.21-22), os indígenas, passaram de empecilhos a “ser riscos à segurança nacional. Sua presença nas fronteiras era agora um potencial perigo”. Assim, desta forma, contrariando a ideologia de que os indígenas na faixa de fronteira seriam um potencial perigo no extremo norte do Brasil, a materialização da homologação da TI RSS mostrou que o suposto perigo por parte dos indígenas em área de fronteira não passava de um discurso ideológico de várias frações da sociedade nacional e local, na tentativa de impedir o direito dos povos indígenas da TI RSS.

Esperamos ter produzido, de maneira limitada, uma síntese, ou mesmo desenvolvido uma noção do processo histórico, não somente da região, que circunda a região da TI RSS, mas, como parte de um processo maior que envolve a história do Brasil. Daí algumas citações feitas de forma mais rápida, pois a região é parte do território nacional brasileiro e a TI RSS no Estado de Roraima que se encontra no extremo norte do país.

Nas próximas linhas trataremos especificamente do ano de 2003, quando o indígena Aldo Mota foi assassinado, estendendo-se até 2013, quando se encerrou a batalha jurídica sobre a TI RSS.

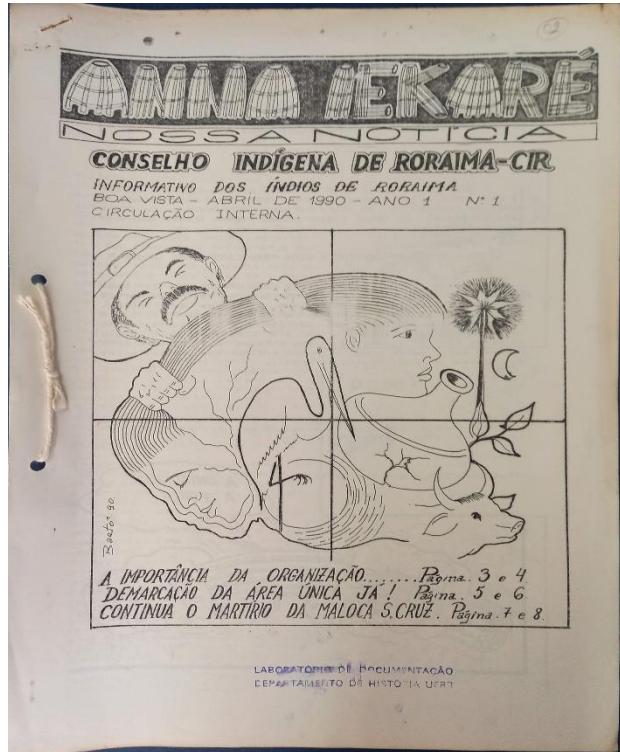
## 1.2 TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL (2003-2013)

Nos primeiros anos do século XXI os conflitos envolvendo os indígenas e os arrozeiros, principalmente, aumentaram o grau de tensão e pressão na região TI RSS. A pesquisa enfoca a partir de 2003, quando ocorreu o assassinato do indígena Aldo Mota, se estendendo até a decisão final da batalha jurídica, em 2013.

Neste percurso, vamos apresentar os jornais como o Anna Yakaré (jornal impresso produzido pelo CIR, passou por diversas mudanças e, seu formato, até mesmo a denominação, passando a Informativo do CIR); Vira Volta/Nós Existimos (jornal impresso de cunho popular, criado com o apoio da Igreja Católica e, também teve apoio de país europeu); Porantim (jornal impresso pelo CIMI, vinculado a CNBB, da Igreja Católica) estes apoiaram a luta dos povos indígenas da TI RSS. Já os jornais impressos que se posicionaram contra a área contínua da TI RSS como o Folha de Boa Vista (de propriedade de Getúlio Cruz,

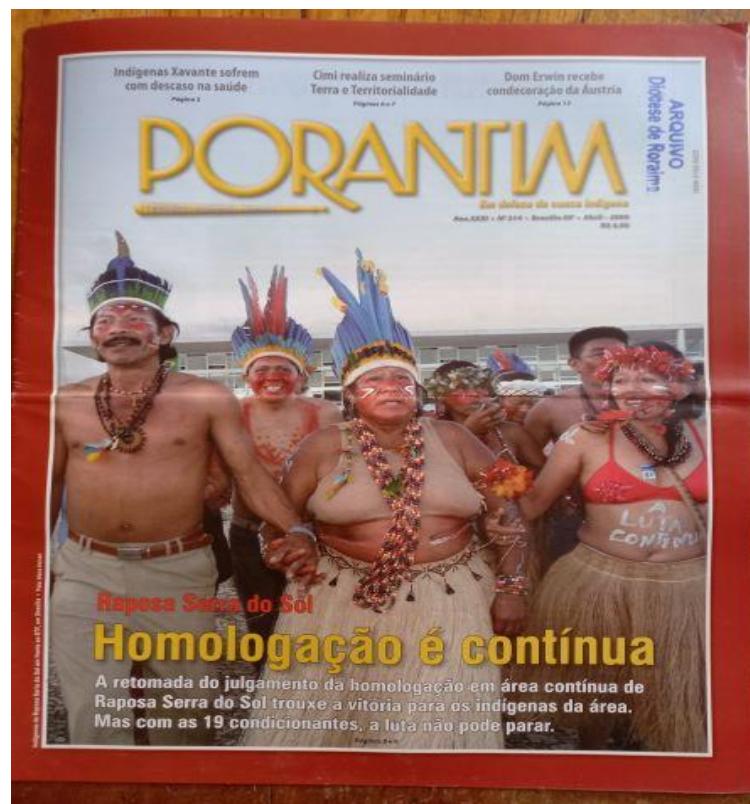
considerado filho de família tradicional de Roraima); Brasil Norte (criado em junho de 1997) e Roraima Hoje (fundado em 2006, por Flávio Rabello).

Figura 04 – Anna Yakaré (Nossa Notícia, em macuxi), de circulação interna.



Primeiro número do jornal Anna Yakaré (circulação interna), ano 1, abril de 1990. Arte: Bartô (artista plástico indígena).

Figura 05 – Homologação é contínua



Jornal Porantim, capa, ano XXXI, nº 314, abril de 2009. Foto: Maira Heinen.

Figura 06 – Comemorando a homologação



Jornal Vira Volta, ano 13, edição 85, maio de 2005. Foto: Maira Heinen.



O jornal indígena como o ANNA YAKARÉ, o VIRA VOLTA, de caráter popular, e o jornal indigenista PORANTIM, em termos locais não tem a mesma penetração que a mídia controlada pela classe dominante na sociedade roraimense. Uma luta extremamente desigual. São jornais direcionados para levar as informações a uma parcela da população do Estado de Roraima, no caso as diversas etnias em Roraima. Enfrentam uma série de dificuldades para atingir seu público, assim como para manterem em circulação, principalmente o Anna Yakaré e o Vira Volta.

Figura 07 – Ibama multa arrozeiros

Jornal Folha de Boa Vista, ano XXV, edição 5705, 29 de abril de 2009.

Os jornais da classe dominante roraimense são mais estruturados, com parque gráfico, embora muitos deles surgiiram e desapareceram de acordo com o contexto histórico de cada um. Geralmente, quando ocorre mudanças no governo, ou seja, quando uma oligarquia como da família Pinto e Moreira estava no controle do governo do Estado de Roraima, detinha o jornal impresso *O Diário*. Esse fato era uma constante na vida dos jornais impressos de Roraima. O de maior duração é o *Folha de Boa Vista*, também adquirido pelo ex-governador, nomeado por Brasília, Getúlio Cruz. O *Folha de Boa Vista* continua em atividade, em sua versão online.

Figura 08 – na floresta Yanomami luta



Jornal Roraima Hoje, ano I, nº 209, 04 de outubro de 2007.

O jornal Roraima Hoje, quando da sua existência, seguia a mesma posição política em relação aos povos indígenas. Sempre visando de forma pejorativa, colocando-os como responsáveis pela situação em que viviam. As ações de defesa dos indígenas, no geral, eram publicadas como se os indígenas fossem violentos e não indígenas.

Figura 09 – Não se entendem, interesses antagônicos.



Jornal Brasil Norte, ano VIII, nº 2243, 18 de agosto de 2004.

O jornal Brasil Norte era mais um entre os que existiam no período de grande tensão político-social no Estado de Roraima, colocando-se de maneira aberta a sua posição contrária a demarcação/homologação em área contínua da TI RSS. Suas matérias davam destaque aos indígenas que eram contra a terra contínua da TI RSS. Os indígenas vinculados ao CIR, em geral, sequer eram ouvidos. A única versão dos acontecimentos que prevalecia era a que interessava a classe dominante local.

As imagens selecionadas entre estes jornais que apoiaram e se opuseram à TI RSS em área contínua serviram de material didático, como parte da Dimensão Propositiva voltada para o alunado do nono ano do ensino fundamental II, que consta no final do trabalho, como parte da pesquisa.

Consideramos marcos históricos as datas da Homologação e o julgamento que decidiu em favor da TI RSS em área contínua para os povos que a habitam. Uma demonstração através de suas ações que são, de fato, verdadeiros protagonistas de suas próprias histórias.

Evidentemente, sem desconsiderar o apoio interno e externo que o movimento indígena local teve na luta pela homologação da TI RSS.

Considerando o período (2003-2013) como parte da luta de classes, na condição de povos oprimidos, que se processou na sociedade brasileira, em particular, em Roraima, podemos afirmar que o movimento indígena em Roraima, assim como em todo o território nacional, fazia parte desse processamento que envolveu uma miríade de categorias de trabalhadores que lutaram por suas reivindicações e cumprimento de seus direitos constitucionais.

No caso a luta dos indígenas tem como base a disputa em torno da terra, considerada um dos meios de produção do ponto de vista capitalista. Disputada tanto pelo lado dos povos indígenas quanto pelo lado da burguesia local.

Mariátegui, autor de “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana”, de 1928, afirma que o problema do indígena deve ser pensado como fundamentalmente um problema da terra e não uma questão étnica (referenciado na introdução do artigo A bússola mariateguiana e a questão indígena, de Carmen Susana Tornquist, sem data).

Tornquist (sem data) corrobora na seguinte passagem ao afirmar que, “o problema étnico não é o decisivo, mas sim, a questão do regime de propriedade da terra nos parece de grande atualidade”.

No entanto, há uma compreensão que vai além de um meio de produção. Vejamos:

É preciso compreender que há diferença entre o conceito de terra como meio de produção, lugar de trabalho agrícola ou solo onde se distribuem recursos animais e de coleta e o conceito de território tribal, de dimensões sociopolítico-cosmológicas mais ampla. Vários grupos indígenas dependem, na construção de sua identidade tribal distintiva, de uma relação mitológica com um território, sítio de criação do mundo, memória tribal, mapa do cosmos... (CARNEIRO; CARNEIRO, 2012, p. 82).

O fato concreto, podemos assim dizer, foi a conquista paulatinamente da terra indígena ao longo do processo histórico que processou no Brasil e que se manteve sempre na ordem do dia, até alcançar a TI RSS. Também não é só isso, o processo histórico da região tem demonstrado o intuito em transformar os indígenas em mão de obra barata, com o pretexto de torná-los cidadãos assalariados desvinculados da terra. E esta absolvida pelo avanço do agronegócio.

Vejamos Silva (2014), trabalhando neste mesmo sentido do raciocínio do avanço do sistema de produção capitalista:

Recentemente, em Roraima, vários empresários ligados ao setor agropecuário ocupavam a terra indígena Raposa Serra Sol. Aqui fazemos um destaque para os grandes e pequenos pecuaristas e principalmente os rizicultores. Estes últimos chegaram à região por volta de 1970, adquirindo posses de antigos fazendeiros. Localizavam-se numa área de mais de 100 mil hectares, com uma produção de 160 mil toneladas de arroz irrigado anualmente, mais de 30 mil cabeças de gado e mais de três mil hectares de plantação de soja. Estavam na melhor área da região, somente na área cultivada por Paulo César Quartiero era de mais de 4.500 hectares de arroz irrigado. [...] Para o ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o historiador Márcio Meira, um dos principais fatores para uma nova onda de ataques às terras indígenas é a expansão econômica, especialmente do agronegócio, em direção às regiões onde vivem os índios. (SILVA, 2014, p. 91-92).

No caso da TI RSS há décadas se processaram mudanças no comportamento cultural, econômico e político dos povos que habitam a região, um exemplo é a criação de gado por parte dos indígenas na região, que um dia marcou de maneira definitiva a presença dos não indígenas na mesma região.

Os povos indígenas resistiram para manter o seu modo de vida, a sua língua e os costumes culturais de seus antepassados e, ao mesmo tempo, acumularam experiências e conhecimentos que envolvem o modo de produção capitalista, implantaram projetos que buscam produzir produtos para as comunidades indígenas e o mercado local.

Em relação a desintrusão dos não indígenas, o governo federal utilizou, relativamente, sua força e os meios a seu alcance, visto que não envolveu as forças militares como o Exército Brasileiro e a Aeronáutica, para impor uma das principais conquistas históricas dos povos indígenas no Estado de Roraima, a Homologação, em área contínua, da TI RSS em abril de 2005, quando o Estado Nacional assinou o reconhecimento do direito à terra por parte dos povos indígenas na região nordeste de Roraima, para evitar o aprofundamento dos conflitos. Abriu uma crise em relação aos interesses da classe dominante local, principalmente no setor do agronegócio, tendo à frente a monocultura do arroz.

O Estado de Roraima, na figura representativa do governador Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, decretou luto de 07 (sete) dias em virtude da homologação da TI RSS. Utilizando o poder de Estado em favor da classe dominante de Roraima, não titubeou em convocar a população, dispondo transporte coletivo, para protestar contra a homologação.

O mesmo ocorrendo em relação aos municípios, em conjunto com o Estado, em relação às terras indígenas demarcadas, como citou o relator Carlos Ayres Britto (2008): “o fato histórico de que Estados e Municípios costumam ver as áreas indígenas como desvantajosa mutilação de seus territórios, subtração do seu patrimônio e sério obstáculo à expansão do setor primário, extrativista vegetal e minerário de sua economia”. (AYRES BRITTO, 2008).

Uma vez mais a demonstração de que classe dominante local detém o poder e o controle dos municípios e do Estado, coloca os seus interesses econômicos em primeiro plano, em detrimento dos direitos dos povos indígenas da região. Vejamos mais uma contribuição do relator Carlos Ayres Britto (2008):

Tanto quanto a práxis das alianças políticas de tais unidades federadas com agropecuaristas de porte, isolada ou conjugadamente com madeireiras e empresas de mineração, sempre que se põe em debate a causa do Indigenato. Pelo que, entregues a si mesmos, Estados e Municípios, tanto pela sua classe dirigente quanto pelos seus estratos econômicos, tendem a discriminar bem mais do que proteger as populações indígenas. Populações cada vez mais empurradas para zonas ermas ou regiões inóspitas do País, num processo de espremeduras topográfica somente rediscutido com a devida seriedade jurídica a partir, justamente, da Assembléia Constituinte de 1987/88. (AYRES BRITTO, 2008). Não paginado.

O transcorrer do processo histórico da região apresentou o fortalecimento da burguesia local, pois recentemente, se faz presente maquinários como semeadoras e colheitadeiras com tecnologias de ponta, em relação a outros períodos históricos, dominados por latifundiários e criadores de gado bovino. No entanto, de forma tímida, apesar de utilizar tecnologias e máquinas no lavrado de Roraima, a burguesia em seu conjunto, dependente dos investimentos do governo federal, se chocando politicamente, não consegue impor sua autonomia. Isto em parte está relacionado ao desenvolvimento das forças produtivas.

O contexto do momento analisado é a soma de conflitos ocorridos em períodos anteriores, ou seja, faz parte do processo histórico da região de Roraima. Há muito tempo que os povos indígenas enfrentam todos os tipos de opressão, violência, perseguição e assassinatos (entre eles, lideranças), envolvidos em debates em defesa de suas terras, ou simplesmente, por serem indígenas.

Em janeiro de 2003, o indígena Aldo da Silva Mota foi assassinado a queima roupa, executado friamente pelo assassino. O próprio Estado de Roraima, via Instituto de Medicina Legal, IML, expediu um documento afirmando que a causa da morte do indígena Aldo Mota havia sido morte natural.

O corpo de Aldo Mota foi mandado para Brasília, para se fazer o exame cadavérico. Foi comprovado que Aldo foi executado, com as mãos para cima. Em abril em jornal impresso Folha de Boa Vista (05,06/04/2003), anuncia: “Corpo de Índio Assassinado Chega a Boa Vista”. E os criminosos até então, gozando da impunidade.

O jornal Anna Yakaré (abril/maio de 2003, p.4) denuncia o ex-vereador de Uiramutã, “Chico Tripa” e seus dois empregados, pelo assassinato de Aldo da Silva Mota, de incitarem e liderar, na noite do dia 26 de maio, os moradores da vila Surumu a destruírem o retiro dos

indígenas da Comunidade do Barro e praticarem violência contra as comunidades indígenas da região.

Neste mesmo número o jornal Anna Yakaré (abril/maio de 2003, p.3) veicula informação sobre as comunidades da TI RSS reunidas nos dias 25 e 26 de maio de 2003, em Uiramutã, para comemorar a Assembleia dos Tuxauas (OU VAI OU RACHA!) que, em 27 de abril de 1977, marcou a origem da criação do CIR. Um dos marcos históricos mais importante, um passo de suma necessidade, uma ferramenta política de iniciativa dos próprios indígenas, para armar os povos indígenas da região. O slogan da Assembleia dos Tuxauas, Ou vai ou Racha!, demonstrou quanto os indígenas estavam radicalizados contra a protelação da homologação da TI RSS.

O modo de produção capitalista, com seus agentes vorazes por lucros, aos poucos foram instalando suas máquinas e tecnologias no lavrado em TI RSS, impondo o mundo das máquinas no campo, inclusive desempregando trabalhadores do campo. O Estado via seus governantes, geralmente de um determinado setor econômico, graças aos investimentos estatais, abrindo estradas e construindo pontes de concreto na região em períodos anteriores, como correu no período da ditadura militar em que o atual Estado de Roraima era Território Federal de Roraima, vinculado diretamente a capital do Brasil, Brasília.

Após o período da ditadura militar e do advento da Constituição Federal de 1988, que assegurou a criação de novos Estados brasileiros na região norte do Brasil, transformando os Territórios Federais em novos entes da federação, entre eles, o Estado de Roraima, mesmo assim, o tão sonhado “progresso” da região será prorrogado à períodos posteriores. Um projeto político que sempre interessou às classes dominantes nacional ou local.

Os conflitos travados na TI RSS provocaram debates acalorados e refletiram em todos os segmentos da sociedade roraimense, alcançando instituições de ensino superior, principalmente, no campo das ciências humanas, nas escolas de ensino da rede oficial do Estado de Roraima e meios de comunicação nacional e local, impresso ou não.

O jornal impresso Folha de Boa Vista (28/08/2003, p.5) estampou em sua manchete principal: “Índios vão resistir à ação de retirada” - A carta enviada às autoridades, indígenas de 57 comunidades dizem que vão resistir até a morte se for preciso. A matéria se refere a reintegração da fazenda Kaxirimã ao fazendeiro Manoel Rufino. Os indígenas há muito tempo enfrentaram todos os tipos de desmandos por parte dos governantes locais e nacionais. Mesmo com a Constituição Federal de 1988, que garantiu os seus direitos, mas não são materializados sem lutas permanentes. E, diante da negação na prática por parte dos governantes, os indígenas partiram para concretizar os seus direitos através de ações que fizessem valer os seus direitos.

Foi o caso citado acima, em que os indígenas radicalizaram diante da realidade dos povos que habitavam a TI RSS.

Em relação as ações dos indígenas, no que diz respeito a fazenda Kaxirimã, foi confeccionado um abaixo assinado onde consta em caput a seguinte frase: “Aqui vivemos, aqui morreremos”, confirmando assim, todo o caminho feito até o momento da consumação da homologação da TI RSS, inscrito no documento que afirma a união das comunidades em defesa da terra e da garantia de seus direitos, além de protestarem contra a decisão do juiz Helder Girão. Este, em fevereiro/2003, tinha determinado a reintegração ao fazendeiro Rufino. A estrutura jurídica, em linhas gerais, favorece a burguesia em detrimento dos direitos constitucionais dos indígenas, a exemplo do juiz, que através de seu expediente tentava adiar o acesso dos indígenas aos seus domínios na região da TI RSS. Uma postura crassa em defesa dos interesses da classe dominante de Roraima. Por ocupar um cargo de juiz federal, deveria apreciar e manifestar em conformidade com a lei federal, presente na Constituição de 1988, em seus artigos referentes aos direitos constitucionais dos povos indígenas, e não ações contra os indígenas da TI RSS. Prática conservadora diante a problemática indígena, tomando para si somente o lado do fazendeiro. Ou seja, uma posição parcial dos fatos.

Em setembro de 2003, lideranças do movimento indígena nacional decidem romper politicamente com o governo Lula (PT), frente a recusa da indicação de um funcionário indígena (Antônio Apurinã) da FUNAI para assumir a presidência do órgão federal. Contrariando as lideranças, assume o antropólogo Mércio Pereira Gomes.

A pressão por parte do movimento nacional dos indígenas demonstrava o objetivo de poder contar com a presença de um funcionário indígena indicado pelas organizações indígenas de todo o Brasil. Pois o primeiro ano do governo Lula, até aquele momento, não dera uma resposta satisfatória às demandas dos povos indígenas do país. Por outro lado, as classes dominantes de Roraima, preocupadas com o rumo que estava tomando a questão indígena, reforçavam as mobilizações em defesa de seus interesses de classe.

O jornal Brasil Norte (30/12/2003, p.04) estampou a manchete principal da página: “Devemos esquecer o governo e arregaçar as mangas”. Esta fala do vice-governador de Roraima, Salomão Cruz, demonstra o nível de consciência de indivíduos burgueses diante a problemática indígena no Estado de Roraima. E acrescenta: “agora só a mobilização social e novas vias judiciais podem reverter a demarcação em áreas contínuas em Roraima”.

De fato, a burguesia local estava agonizando diante da realidade dos acontecimentos em relação à TI RSS. A prática de protelar, via pressão parlamentar e jurídica, tinha se esgotado. Até então o Brasil fora governado por indivíduos da própria classe dominante brasileira.

Agora, estavam diante de um representante que tem suas origens nas classes populares e do movimento sindical nacional, tendo como referencial, o ABC paulista.

Abrira-se uma outra frente de batalhas, as batalhas jurídicas. Mais de 70% das ações jurídicas eram com vistas a anular o Decreto que garantia a Homologação em área contínua da TI RSS.

Em Folha 2, do jornal impresso Folha de Boa Vista (04-05/09/2004, p.1), tem-se a seguinte informação: “cerca de três mil índios estão se concentrando em posição de guerra numa área de mil hectares”. O presidente da FUNAI, Mércio Pereira, afirma:

a situação é preocupante porque já houve confronto na região e os índios estão inconformados com a justiça. Ele afirma que a Funai não apoia a desobediência a decisões jurídicas. Mas resolveu que o despacho do juiz Girão está repleto de equívocos e ilegalidades, contra os quais o órgão já recorreu na própria justiça. É temerário tirar índios das terras que, do ponto de vista formal, pertencem a eles. Pelos menos enquanto o Supremo não decide o mérito do processo sobre a homologação, enfatizou. (FOLHA 2, 04-05/09/2004, p.1).

Diante da radicalização dos indígenas da TI RSS, no Uiramutã, a desembargadora da 1<sup>a</sup> Região suspendeu a determinação de reintegração de posse ao fazendeiro Manoel Rufino. Este fato consta em jornal impresso Folha de Boa Vista (29/08/2003, p.3). O protagonismo indígena, diante os fatos ocorridos na TI RSS, demonstra o vigor e a determinação da organização dos indígenas em Roraima.

O movimento indígena, sob a liderança do CIR, colocara o juiz Girão em uma situação em que foi obrigado a remeter o assunto ao Ministério Público Federal (MPF). Um passo à frente, o que estava ocorrendo naquele momento era a real demonstração de força dos indígenas. Desde sempre, foram de fato os protagonistas de sua história, principalmente, nos dias atuais.

Nos dois últimos anos que antecederam o ano de 2005, ano da homologação, ocorreram manifestações contrárias à área contínua da Raposa Serra do Sol radicalizando, principalmente, em janeiro de 2004, conforme Silva (2012):

Em janeiro, uma série de ações radicais foi empreendida por membros da coalizão contrária à área contínua. Além de um grande protesto que tomou a praça do Centro Cívico (sede dos Três Poderes na capital), houve a invasão da sede da FUNAI em Boa Vista, a destruição de parte das instalações da missão católica no Surumu, o sequestro de padres e o fechamento de pontes que davam acesso à TIRSS. A tensão política no estado era evidente e a violência do conflito atingiu seu auge. O tuxaua Genival Costa da Silva, do Contão, responsabilizou-se pelo sequestro dos padres ocorrido na missão do Surumu. O rizicultor Paulo César Quartiero foi apontado como liderança principal desse movimento. Diversos artigos sobre o tema foram veiculados na mídia nacional e internacional [...] A principal bandeira de sua

campanha era a defesa da manutenção do perímetro urbano do município fora da TIRSS, bem como a defesa dos interesses dos produtores rurais da região. (SILVA, 2012, p. 119).

O ano de 2004 começou com extrema agitação em Roraima. Em 07 de janeiro do corrente ano, o jornal impresso Folha de Boa Vista estampa em uma das suas manchetes: “Raposa Serra do Sol - Manifestantes fecham sete rodovias”. Em outra manchete, em formato menor, diz: “As rodovias podem ficar interditadas até um posicionamento oficial do governo federal sobre a demarcação”. E, no dia seguinte, a manchete principal da primeira página era: “Raposa Serra do Sol – Lojas e postos de combustíveis fecham em apoio ao movimento”. A burguesia local, aparentemente unida em defesa de seus interesses em conjunto. Podemos perceber que a classe dominante local estava unificada em torno da luta para impedir a demarcação em terras contínuas da TI RSS, e a favor de demarcação em ilhas (demarcação em áreas menores, sem continuidade).

Neste momento da luta pela terra indígena destacamos a participação de indígenas contrários à demarcação em área contínua, demonstrando uma posição favorável aos interesses dos capitalistas do agronegócio. Um setor indígena aburguesado que defende claramente o agronegócio.

O ministro da justiça, Márcio Thomaz Bastos, em reunião em Brasília com o governador Flamarion e os demais parlamentares de Roraima, em 09/01/2004, confirmou a homologação da TI RSS em área contínua.

Uma decisão praticamente difícil de reverter, o próprio presidente Lula (PT) fez questão de comunicar ao governador Flamarion Portela (PT) que a área da TI RSS era uma decisão de governo. Agora só seria aguardar a data para assinar a Homologação da TI RSS. Os povos indígenas da TI RSS, enfim, alcançaram o objetivo central (homologação em área contínua) depois de um período de 30 anos de lutas que ceifaram dezenas de vidas indígenas. Inaugurando um novo período aos povos indígenas do nordeste de Roraima.

O jornal Brasil Norte (2004) publicou alguns argumentos da antropóloga Carmem Junqueira em relação à questão indígena no Brasil. vejamos:

A questão indígena mudou pouco no governo Lula. [...] a homologação de Raposa/Serra do Sol pode significar uma mudança na postura do governo federal. [...] a falta de estrutura da Funai é histórica. Em todos os governos, nunca houve uma prioridade acentuada para as questões indígenas. A Funai é um órgão limitado diante da realidade brasileira, e os problemas indígenas estão mexendo com interesses grandes. O mais grave é que o Congresso Nacional tem uma posição ‘antiindígena’, o que ameaça eventuais avanços na política indígena do país. (BRASIL NORTE, 23/01/2004).

Já havia se passado mais de seis mandatos legislativos, ou seja, mais de vinte e quatro anos desde a Constituição de 1988, e os povos indígenas demonstraram através de suas lutas que a homologação só seria possível diante do enfrentamento contra as classes dominantes e os setores indígenas contrários a homologação da TI RSS em terra contínua em Roraima.

A assinatura da Homologação estava prevista para o início do governo Lula, logo no primeiro mês de 2003, como ocorreu em relação a questão da Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Só não ocorreu devido à pressão do governo estadual e da classe dominante via os parlamentares (todos, sem exceção) do Estado de Roraima. O governador Flamarion Portela (PT), eleito nas eleições de 2002, era vice-governador de Neudo Campos (PP) e recém ingressado ao PT. Carregava o ônus do “escândalo da folha dos gafanhotos”, ou seja, dos funcionários fantasmas no governo da oligarquia Campos.

Os conflitos em torno das terras indígenas em Roraima demonstravam as reais contradições entre os diversos interesses de classes. A classe dominante em Roraima relutou historicamente contra a demarcação e, principalmente, em homologar terra continua, como se materializou na TI RSS. No entanto, os conflitos não só refletem a luta pela posse da terra entre indígenas e não indígenas, mas, também, entre os próprios indígenas. É o caso dos indígenas organizados em uma outra entidade indígena, a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima, SODIUR, que defende a demarcação/homologação em ilhas, a permanência de não indígenas, assim como, os próprios rizicultores.

O jornal impresso Brasil Norte (11/02/2004, p.9), em sua manchete expressa: “Raposa/Serra do Sol – Índios ateiam fogo em maloca do Contão” e “O clima na reserva é tenso e os indígenas temem uma guerra entre as comunidades, se a polícia federal não for para a região”. A SODIUR acusou o CIR pelo acontecimento no Contão. O jornal Brasil Norte não se preocupou em ouvir o CIR, nem mesmo disse que tenha tentado se comunicar com os representantes do CIR, mas deu voz ao representante da SODIUR, que comunga com os interesses dos arrozeiros, expressando a sua versão dos fatos. Ou seja, uma clara posição parcial dos acontecimentos, como ocorre em qualquer parte do Brasil quando o assunto é a questão indígena nos meios de comunicação dominados pela burguesia.

O movimento indígena, uma vez ou outra, é atacado pela classe dominante via a veiculação de artigos em jornais locais, acusando-o de representar interesses estrangeiros em território nacional. Principalmente através de Organizações Não Governamentais, ONGs, de matrizes de países ricos, como Estados Unidos e países europeus. Seria ingenuidade pensar que não há interesses por parte desses países, principalmente, em relação aos minerais

existentes em terras indígenas. De fato, é real que o Estado de Roraima, no que diz respeito em sua dimensão territorial, tenha quase 50% de terras demarcadas como áreas indígenas com existência de minérios importantes para o mercado.

Devemos levar em consideração o processo histórico do atual Estado de Roraima. Este é um, entre os entes federativos, de menor população. A área territorial que não consta como terra indígena corresponde a tamanho de outros estados da federação e, mesmos de países. Temos convicção que o problema central não é os povos indígenas que habitam o atual Estado de Roraima.

Em nossa compreensão o problema maior é o confronto, há séculos, entre dois modos de viver, por um lado, o predominante modo de produção capitalista e, por outro, o modo de vida dos povos indígenas que se contrapõe e resiste até os dias atuais.

Em 16 de maio de 2004 o jornal impresso Brasil Norte, em primeira página, traz em destaque “Especial: Roraima vai deixar de existir?”.

Vejamos como se expressaram o CIR/CIMI em um Encarte Especial através do jornal Porantim (2005), sobre a extensão territorial do Estado de Roraima:

Roraima tem 22 milhões de hectares de terras, sendo que 46,24% dessa área está reconhecida como indígena. O que fica para a população urbana e rural equivale ao estado de Pernambuco, que atualmente abriga 7,9 milhões de habitantes. Pernambuco tem um PIB (Produto Interno Bruto) de 16,2 bilhões de reais, o oitavo no ranking dos estados mais desenvolvidos. Roraima é o último. (PORANTIM, nº 275, maio/2005).

Podemos considerar que o problema maior do Estado de Roraima não é a questão indígena que envolve a luta pela posse da terra. Setores sociais “roraimenses” conservadores e apegados a porções enormes de terras, que historicamente se tornaram proprietários, sem capital para investir em tecnologia ou mesmo em modernizar com utilização de máquinas, equipamentos e métodos de produtividade avançados em termos de tecnologia, obrigatoriamente, acabam vendendo “suas” terras aos setores do agronegócio. Este mantendo as características de grandes propriedades rurais.

Mesmo o gado criado de forma intensiva necessitou dos investimentos do Estado Nacional para melhorar geneticamente os seus rebanhos, no período da ditadura militar, quando ocorria anualmente exposição agropecuária durante o período da existência do Território Federal de Roraima, com investimentos nas melhorias dos diversos tipos de bovinos. Concretamente, as reais forças produtivas ainda não estavam dadas.

O Estado de Roraima se constituiu em um grande prestador de serviços públicos que envolve toda burocracia civil-militar. E é exatamente do que vive o comércio e a economia local. Não podemos negar os poucos avanços em surgimentos de empresas, indústrias e comércios e lojas de pequenos e médio porte.

De certa forma, essas mudanças que paulatinamente vão ocorrendo, mesmo de forma lenta, vão impactar os povos indígenas. Os indígenas que vivem na circunvizinhança da capital são os mais vulneráveis, pois são atraídos pela cidade de Boa Vista. Afinal, estão mais próximos do maior centro urbano do Estado de Roraima.

Em novembro de 2004 outra ação criminosa por parte dos partidários contrários à área contínua da TI RSS, praticam violência com armas de fogo, incendiando as habitações, destruindo as plantações, entre outras ações. Entre eles, lideranças indígenas que se colocavam em defesa dos interesses dos rizicultores, invadiram comunidades indígenas ligadas ao CIR. Vejamos:

Foram invadidas as comunidades indígenas de Raposa/Serra do Sol, Jawari, Brilho do Sol, Homologação e o Retiro da comunidade do Lilás. Causas e circunstâncias: Segundo o CIR, a manifestação, liderada por invasores da terra indígena, foi um recado ao ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, em visita hoje a Roraima, de que a classe latifundiária do estado não aceita a homologação de Raposa Serra do Sol e que para isso está disposta a usar de todos os recursos, inclusive a violência. [...] Os invasores derrubaram e tocaram fogo em casas, destruíram plantações e fecharam estradas de acesso à região. O indígena Jocivaldo Constantino foi atingido por dois tiros, um na cabeça e outro no braço e seu irmão espalhado por jagunços dos fazendeiros. Também foi noticiado o desaparecimento do indígena Nelson da Silva. Não foi permitido aos indígenas nem que retirassem seus pertencentes das áreas atacadas. Segundo o jornal Folha de Boa Vista, o presidente da Sodur, o tuxaua Silvestre Leocádio, o alvo também seria a Igreja Católica pois esta influenciava na decisão sobre a homologação. (RELATÓRIO DA VIOLÊNCIA, 2003 – 2005).

Como se pode observar acima, os ataques contra as comunidades indígenas ligadas ao CIR foram alvos de violência por parte dos arrozeiros e indígenas contrários a homologação em área contínua da TI RSS e, ao mesmo tempo, serviram de demonstração de força ao ministro da Justiça, exibindo que estavam dispostos a utilizar todos os recursos contra os que defendiam a homologação em área contínua da TI RSS.

Tratando dos mesmos fatos, o jornal Vira Volta/Nós Existimos (2004) especifica de maneira mais clara os reais responsáveis pela violência e a utilização de armas de fogo contra os indígenas, que por pouco não levou um deles ao falecimento. A presença do ministro da Justiça, em Campanha pelo Desarmamento, se choca com a brutal realidade vivida pelos indígenas da TI RSS. De um lado, os arrozeiros armados com armas de fogo e, do outro lado

os indígenas totalmente desarmados, sofrendo o terror das armas dos patrões. Vejamos o registrado:

Horas depois do atentado, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos desembarcava no Aeroporto Internacional de Boa Vista para divulgar a Campanha pelo Desarmamento, promovida pelo governo federal. Ao mesmo tempo chegava também um pequeno avião trazendo um indígena da comunidade Jawari baleado na cabeça e no braço. Segundo depoimento prestado na Polícia Federal pelo tuxaua do Jawari, Júnior Constantino, a vítima de tentativa de homicídio é seu irmão, Jocivaldo Constantino, que depois de baleado ainda foi espancado e amarrado. Jocivaldo Constantino reconheceu o carro de onde foram feitos os disparos como sendo de propriedade do arrozeiro Paulo César Quartiero, também reconhecido pelas vítimas do ataque como um dos líderes da ação criminosa, juntamente com outros dois arrozeiros: Ivo Barelli e Ivalcir Centenário. (VIRA VOLTA, OUT./NOV.2004. p.01).

Roraima viveu um período de pressões e tensões, um tempo histórico que será lembrado sempre em sua história. O protagonismo dos povos indígenas da TI RSS era visível, não tinha como negar. Todos os ataques feitos contra a Igreja Católica, em parte, era a tentativa de apagar a real história desses povos indígenas que lutaram, incessantemente em defesa de seu território. Enfim, a Igreja Católica era usada para esconder a verdade dos fatos: que há tempos os indígenas em TI RSS tinham adquirido a consciência da necessidade da sua organização política e de defesa de seu território, “até o último índio” (uma das palavras de ordem em suas manifestações em praça pública).

O jornal Folha de Boa Vista, em 17/12/2004, estampa: “Raposa Serra do Sol – Supremo suspende Ação Popular e Lula já pode homologar demarcação”. Imediatamente, o CIR inicia a campanha “Lula só não assina se não quiser”. Busca apoio interno e no exterior, de países que apoiaram a luta dos indígenas da TI RSS. É possível notar a agilidade dos indígenas em não perder tempo diante das oportunidades que surgiram.

Porém, o jornal impresso Brasil Norte (04/01/2005, p.01) traz em sua manchete principal: “Ministra suspende homologação contínua da Raposa”. Mas, mesmo assim, o clima de pressão e tensão só aumentava e a imprensa local fazia grande alarde.

A capital do Estado de Roraima, Boa Vista, também vivenciou a radicalização dos partidários contrários à área contínua da TI RSS, com práticas terroristas. O debate sobre a homologação da TI RSS provocou discussões acaloradas em todas as partes da cidade, assim como nas salas de aulas. Um dos alvos foi um professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Vejamos o que diz o Relatório da Violência do ano 2005:

Na madrugada do dia 19 de abril, no dia do Índio, por volta das 03:00hs, uma bomba incendiaria, do tipo Coquetel Molotov, foi lançada contra a casa do Prof. Fábio, atingindo o seu carro, que estava na garagem. Registrada a ocorrência, na Polícia

Civil aproximadamente às 09:00h da manhã, a família ainda recebeu duas ligações telefônicas anônimas, ameaçando a vida das filhas, do professor, caso não saia do Estado nos próximos três dias. [...] Registrada ocorrência na Polícia Civil. Fonte: Nota de Repúdio do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR. Em 19 de abril de 2005. (RELATÓRIO DA VIOLENCIA, 2005, p. 32).

A luta pela posse da terra tem gerado muita violência. Faz parte do próprio processo histórico da humanidade. O modo de produção predominante, o capitalismo, avançou cada vez mais sobre porções de terras indígenas, onde imperou os latifundiários com suas monoculturas para atender o agronegócio e ao mercado interno e externo, principalmente as que dão lucros em dólares.

Carneiro da Cunha (2012, p.21) indica que “a partir de meados do século XIX, como enfatizou J. Oscar Beozzo, a cobiça se desloca do trabalho para as terras indígenas (Farage e Santilli in Carneiro da Cunha). Mais tarde, irá se deslocar novamente: do solo, passará para o subsolo indígena”. A dinâmica do processo de exploração dos indígenas que foi em primeiro plano, o trabalho, isto é, a mão de obra indígena escravizada, na sequência avançou-se em transformar as terras indígenas em propriedades do estado nacional português e do estado nacional brasileiro e, por sua vez, em terras privadas. Por último, se aprofundar no subsolo dos territórios indígenas em busca de minérios valiosos no mercado, principalmente, o ouro e a prata. Sem esquecermos a riqueza das madeiras valiosas no mercado nacional e mundial, bem como a biodiversidade existente na Amazônia.

Historicamente, a disputa da terra se dera por países europeus, como foi demonstrada através de pesquisas feitas por Nádia Farage em sua obra, As Muralhas dos Sertões (um clássico da literatura sobre a região do rio Branco). Onde o Conselho Ultramarino de Portugal via como necessidade utilizar os povos indígenas da região do rio Branco, principalmente, do alto rio Branco, como muralhas dos sertões, ou seja, fronteiras vivas.

Em pleno século XXI, tentam de tudo para se apossar das terras da TI RSS, mesmo a Constituição Federal de 1988 prevendo que as demarcações e homologações deveriam ser realizadas até o ano de 1993. Evidentemente que tais demarcações e as homologações só seriam materializadas se de fato os povos indígenas continuassem lutando e exigindo o cumprimento de seus direitos, conforme a Constituição de 1988.

Foi exatamente o que fizeram os povos indígenas da TI RSS. Continuaram a luta por seus direitos. Não perderam tempo. A cada governo eleito, após a Constituição de 1988, faziam manifestações locais, somando força com os demais povos indígenas de outras regiões do Brasil, em manifestações nacionais. Tinham consciência da necessidade da luta, pois a cada ano, a cada instante, seu território estava sendo alvo de ocupações pelos latifundiários do

agronegócio do arroz. Estes apostavam na protelação política-jurídica, pois os poderes constituídos no Estado de Roraima estavam dominados a favor de seus interesses e contra os indígenas.

Depois de muita pressão interna e externa sobre o governo Lula, o Decreto da Homologação da TI RSS se tornou realidade em 15 de abril de 2005. Foram mais de 700 (setecentos) recursos considerados improcedentes, mesmo porque, desde 1993 a área foi identificada por diversos profissionais que faziam parte do Grupo Técnico. E, em 1996, um Decreto de número 1775, dava o direito de qualquer um que se sentisse prejudicado recorrer na justiça com base no Direito ao Contraditório. O Decreto nº 1775, na era FHC, era mais uma vez, uma medida para protelar a decisão em favor dos povos indígenas da região TI RSS, como manda a Constituição/88.

A Homologação da TI RSS é o resultado da luta dos povos indígenas que conseguiram se manter fisicamente e lutar por seu território e, que foram reconhecidos praticamente há um século, quando a região fazia parte do Amazonas, em 1917, através da Lei estadual de número 941. Em diversos momentos se criaram grupos de estudos e trabalho, mas devido as pressões da classe dominante local e, principalmente, a ausência da organização centralizada, como ocorreu a partir da Comunidade Indígena Maturuca, não conseguiam concluir os trabalhos para demarcar e homologar a TI RSS.

O jornal Folha de Boa Vista (16,17/04/2005, p.1), em sua principal manchete, estampa: “Lula Homologa Raposa/Serra do Sol e entidades dizem que vão recorrer”. A classe dominante reagiu juridicamente contra União, na tentativa de anular os efeitos da portaria MJ-534, que permitiu a Homologação da TI RSS. Um dos líderes dos arrozeiros afirmou que iriam reagir e não iriam sair da região.

A Ação Popular promovida pelos senadores Augusto Affonso Botelho Neto (PDT/RR) e Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti (PTB/RR) resultou na Petição nº 3388, com o objetivo de impugnar a demarcação administrativa da TI RSS. São ações que a classe dominante, via seus representantes, 100% dos parlamentares federais, tentaram como de outras vezes, barrar a materialização dos direitos constitucionais dos povos indígenas da TI RSS.

Em outras palavras, ações desesperadoras, porém, ganharam tempo para continuar praticando atos de terror, para amedrontar os moradores da TI RSS e confrontar o governo federal, dando demonstração de serem contrários aos interesses indígenas, em área contínua.

Um dos principais líderes da luta em defesa da TI RSS, Jacir José de Souza Macuxi, em relação aos últimos atos extremados dos rizicultores que teimavam em permanecer na região,

afirma: “Sempre soube que se resistíssemos em nossa organização e união, venceríamos os inimigos pelo cansaço, agora eles gastam as últimas balas”. (PORANTIM, outubro de 2005, p.8).

A fração da classe dominante, expressa nos arrozeiros, tentava coagir os indígenas da TI RSS e, ao mesmo tempo, demonstrar força diante do governo federal, na tentativa de rever a homologação da TI RSS em terra contínua.

Os acontecimentos que vamos acessar, conforme o jornal impresso Porantim (2005), tratam da ação criminosa dos fazendeiros que atacaram um dos marcos históricos da história local, a Missão Surumu, transformada em Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol. Vejamos o registro dos fatos:

Na madrugada de 17 de setembro, cientes dos preparativos da comemoração, fazendeiros reagiram queimando o Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol. um grupo de 150 homens armados invadiu o local destruindo uma igreja, um hospital e uma escola, deixando feridos um professor e um homem que estava sendo removido por uma ambulância. No local, se localizava a antiga Missão Surumu, foram realizadas as primeiras Assembléias Indígenas da região, que marcaram o fortalecimento da organização do movimento. (PORANTIM, outubro/2005, p.8).

Outra liderança indígena, Anselmo Macuxi, tuxaua e coordenador do Centro de Formação incendiado, afirmou que a comunidade está decidida a reconstruir a escola, o hospital e a igreja destruídos pelos arrozeiros e por alguns indígenas por eles cooptados. Anselmo Macuxi acrescenta: “Aprendemos nestes anos de luta a não desistir da caminhada. O que eles querem é que a escola pare, porque ela é voltada para a luta, para o trabalho, para a realidade. Nós estamos na festa, mas já tem um grupo reconstruindo a escola e as aulas não vão parar”. (PORANTIM, outubro/2005, p.9).

Os atentados terroristas, levados a cabo por Quartiero e seus capangas, não foram somente contra os indígenas da TI RSS, mas sim, atentados contra as testemunhas históricas erguidas na região, principalmente, a Missão Surumu, isto é, atentados contra a própria história do Estado de Roraima.

Para garantir a ordem na região da TI RSS o governo federal tomou algumas medidas de cunho político e coercivo, principalmente a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança, com exceção da utilização das forças armadas.

Vejamos a posição comemorativa do general da reserva Luiz Gonzaga Lessa, presidente do Clube Militar, em relação a decisão em primeira instância, sobre a TI RSS, em jornal impresso Folha de Boa Vista, Folha 2 (03/09/2004, p.1): “foi uma decisão racional, da mais alta importância, não apenas para o Estado de Roraima, mas para todo o território brasileiro”. Disse, complementando, “foi a vitória do bom senso contra posições radicais que atende a

todos os segmentos envolvidos no problema”. A batalha judicial em Brasília só estava iniciando.

Carneiro da Cunha (2012, p.122) afirma que “a posição das populações indígenas dependerá de suas próprias escolhas, de políticas gerais do Brasil e até da comunidade internacional”.

O aumento populacional indígena tem se mostrado em ascensão, mas não podemos esquecer que muitos indígenas estavam em uma espécie de invisibilidade como parte da população geral do Brasil. E com a mudança no cenário político nacional, que abriu-se a partir de janeiro de 2003, os indígenas de modo geral passaram a ter maior espaço na sociedade nacional, principalmente, quando surgiu a cota para indígenas em universidades públicas. Após décadas de estarem a sombra, muitos passaram a reivindicar a sua identidade de indígenas.

Sobre a questão de que os indígenas estão localizados em terras de jazidas de minérios valorosos voltadas para o grande capital e para tirar o sono dos militares “preocupados” com as fronteiras do Brasil, vamos uma vez mais, recorrer a Carneiro da Cunha (2012). Então, vejamos:

O grande contingente populacional indígena localiza-se, não por acaso, dizem também os que defendem teorias conspiratórias, como se os índios fossem a ponta de lança de interesses escusos internacionais. Chegou-se a dizer que se traziam índios para onde houvesse riquezas minerais. Os índios são mais numerosos na Amazônia pela simples razão de que grande parte da região ficou à margem, nos séculos passados, dos surtos econômicos. O que se prova até pelas exceções: onde houve borracha, por exemplo no Acre, as populações e as terras indígenas foram duramente atingidas, e a maior parte dos sobreviventes dos grupos pano do Brasil hoje estão em território peruano. Quanto aos Yanomami, habitam terras altas que até recentemente não interessava a ninguém. As populações indígenas encontram-se hoje onde a predação e a espoliação permitiram que ficassem. (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p.125).

Vejamos a posição do relator Carlos Ayres Britto sobre a questão das forças armadas e a área fronteiriça, tendo como base Viveiros de Castro, antropólogo, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em entrevista concedida a Flávio Pinheiro e Laura Greenhalgh, jornal O Estado de São Paulo, 20 de abril de 2008:

O famoso antropólogo fala da contribuição dos índios para a defesa da integridade territorial do nosso país, a partir do Estados situados na Região Norte [...] a área indígena não teria como impedir a presença dos militares. O que a área indígena não permite é a exploração das terras por produtores não índios. Dizer que o exército não pode atuar é um sofisma alimentado por políticos e fazendeiros que agem de comum acordo, numa coalizão de interesses típica da região. Roraima é um Estado que não se mantém sozinho, ou melhor, que depende do repasse de recursos federais. Um lugar onde 90% dos políticos nem sequer são nativos. Onde o maior arrozeiro, que está à frente do movimento contra a reserva, arvora-se em defensor da região, mas veio de fora. É um gaúcho que desembarcou por lá em 1978, e não há nada de mal nisso, mas combate os índios que justamente serve de ‘muralhas dos sertões’,

desde os tempos da colônia. Os índios foram decisivos para o Brasil ganhasse da Inglaterra. Dizer que viraram ameaça significa, no mínimo, cometer uma injustiça histórica. (RELATÓRIO DO MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO, 27/08/2008).

Sem sombra de dúvida, uma postura condizente de acordo com a Constituição/88. Mas as decisões por si só não resolverão os problemas que afetam os povos indígenas da TI RSS. O sistema capitalista, através de seus agentes, não cessará enquanto a sua existência permanecer. Pois são dois modos de existência em confronto, desde os primeiros contatos com os europeus. Verdade que de lá para cá se processaram diversas mudanças significativas em relação aos povos indígenas. Estes aprenderam a língua dos estrangeiros, mas também, muitos dos povos indígenas conseguiram manter a sua língua materna e, principalmente, a se organizar em diversas entidades indígenas. Criaram suas escolas com conteúdo diferenciado.

Vejamos a fala do líder macuxi, Jacir José Sousa: em “Maturuca relembrava lutas e conquistas na festa pela homologação”, publicado em o jornal Porantim (abril/2010, p.4-5): “Alegria pela vitória não significa esquecimento pelas lutas que ainda precisam acontecer”. A consciência do tuxaua Jacir expressa os desafios que os povos indígenas da TI RSS tinham pela frente. Mesmo porque a insaciável sede do grande capital só começa a se expressar, em sua forma mais voraz em relação às últimas fronteiras do norte, com o avanço do capitalismo.

Os estudos levantados pelo Grupo Interministerial (criado em 2004) em relação aos rizicultores, apontavam a existência de apenas oito proprietários que controlavam 18 propriedades. Sendo 14 que possuíam lavouras de arroz, dessas apenas duas faziam duas colheitas por ano. Também foi constatado que, das 18 propriedades, apenas cinco delas possuíam titulação pelo INCRA e as demais eram resultado de ocupação ilegal.

O desenrolar da luta pela terra se tornara mais acirrado e radical durante os últimos 30 anos. Tanto pelo lado dos arrozeiros, quanto dos indígenas. Dos oito “proprietários” de plantações de arroz, se reduziu somente a três. E dos três, Quartiero ficou isolado, praticamente. Foram derrotados em sua teimosia em permanecer na TI RSS. Mas não se pode perder de vista que este período de conflitos entre os povos indígenas da TI RSS e, em particular contra os arrozeiros, fora uma demonstração de que a burguesia local está se tornando cada vez mais forte. Ela não vai cessar, vai buscar outros meios para alcançar seus objetivos.

O Grupo Interministerial afirma que as duas principais produtoras de arroz são as fazendas Depósito e Providência, representando 9.200 hectares. Sendo o proprietário, o então prefeito do município de Pacaraima, Paulo César Justo Quartiero (PTD). As duas não são regularizadas. Quartiero é apontado como o principal líder dos arrozeiros. Diante da realidade

será possível removê-lo para outras várzeas localizadas na mesma região, sem provocar prejuízo ou perda da produtividade, segundo o Grupo Interministerial.

Além dessas informações o governo federal montara uma Força-Tarefa para garantir a segurança: a Operação Upatakon (nossa terra, em língua macuxi), com mais de cem homens da Polícia Federal de vários estados da federação, que se encontrava em Roraima.

O mês de abril do ano de 2006 foi marcado por manifestações, como o protesto feito pelos indígenas contrários a área contínua que bloquearam a BR-174. O Supremo manteve a portaria da homologação, ou seja, a Petição 3388 foi negada. Começa a desintrusão dos não-indígenas com a polícia federal adentrando nos arrozais para fazer o levantamento das benfeitorias. Como resposta ao fato, tivemos o fechamento da fronteira com a Venezuela feito pelos caminhoneiros, logo em fins de abril.

O senador Botelho, eleito pelo PDT, deixa a sigla e se filia ao PT, em dezembro de 2006. Botelho e Cavalcante (PTB) foram os autores da Petição 3388. Representantes natos das ditas famílias tradicionais de Roraima, Botelho, como parte da classe política local, acaba se aliando ao poder central do país. Demonstração cabal de que como é frágil politicamente a classe dominante local. A força maior economicamente vem de fora, a exemplo, os arrozeiros. Mas não terá força suficiente para enfrentar o poder do Estado Nacional. Este fará concessões ao Estado de Roraima, beneficiando também, a parte da classe dominante ligada ao comércio local.

Já em 14 de março de 2007 (Folha de Boa Vista), o governo federal afirma que os arrozeiros terão que sair – nenhum produtor permanece na área, pois seria prevaricação do governo federal, afirma o preposto do governo federal. Por sua vez os arrozeiros afirmam que não vão sair.

Quando chega em início de maio do ano de 2007 dizem que ficarão até a decisão do STF. E nos primeiros dias de maio de 2007, o ministro Ayres Britto aceita o pedido de liminar e mantém os arrozeiros até o julgamento final pelo STF. Abrindo assim, uma perspectiva de os arrozeiros permanecerem na região. Por outro lado, causou o descontentamento e revolta dos indígenas que defendem a área contínua da TI RSS. O clima político fica tenso novamente. Lideranças do CIR afirmam que os indígenas estão afobados.

Em junho do mesmo ano, os arrozeiros perdem recurso no Supremo. Reiniciam os ataques contra alvos indígenas. E o clima político volta a ficar tenso entre arrozeiros versus indígenas na TI RSS. O CIR denuncia ataques por encapuzados. Os indígenas reagem com a ocupação da fazenda em Surumu, era início de agosto de 2007, e a pressão aumenta de ambos os lados.

Os arrozeiros acampam em frente à sede da Polícia Federal em Boa Vista e fecham a BR-174. Enquanto isto, o governo federal prepara reunião para convencer a todos os indígenas, seja contrário ou não, em relação a demarcação em área contínua da TI RSS.

A reunião em Brasília com lideranças indígenas tinha o objetivo de discutir a liberação de recursos para viabilizar projetos de desenvolvimento na região TI RSS. Para tanto, o governo federal colocou uma aeronave para transportá-los. Uma manobra política por parte do governo federal buscando cooptar as lideranças oposicionistas em relação a terra contínua da TI RSS.

A movimentação política coordenada pelos representantes do governo Lula (PT) serviu para criar atritos entre os indígenas contrários a demarcação em terra contínua com os arrozeiros e os representantes da classe dominante local e no Congresso Nacional.

Deputados acusaram o governo federal de “comprar” entidades indígenas. Ainda em setembro de 2007, indígenas que defendiam a permanência dos arrozeiros afirmam ter sido enganados com a ‘Carta Compromisso’ do governo federal.

No dia 18/09/2007 a Folha de Boa Vista publica que “casas de tuxaua da SODIUR (Sociedade de Defesa dos Índios de Roraima) são queimadas – incêndio criminoso serviu de estopim para a SODIUR rachar com o CIR e não aceitar mais o pacto de convivência harmônica”. O pacto constava na ‘Carta de Compromisso’ de Brasília.

A Polícia Federal começa a preparar a retirada dos arrozeiros da TI RSS. Contará com policiais da Força Nacional de Segurança, sem a presença das forças armadas. O governo federal começa a montar uma verdadeira operação de guerra para fazer a desintrusão da terra indígena Raposa Serra do Sol.

Em março de 2008 realiza-se a Assembleia do CIR com a participação de mais de mil indígenas da TI RSS. Deixando os arrozeiros preocupados e em alerta. Foram cinco dias de debate sobre a questão indígena e suas ações, com a presença da Polícia Federal no local. Sendo que parlamentares e militares foram impedidos de acompanhar o ministro Extraordinário de Assunto Estratégico, Roberto Mangabeira Unger, na Assembleia dos Tuxauas.

A proibição causou um grande impacto na classe dominante e seus representantes no parlamento local e em Brasília. Os parlamentares tiraram nota de agravos contra os indígenas que se encontravam participando em Assembleia do CIR. Em diversos momentos publicaram diversas notas em jornais impressos ao longo dos conflitos, que merecem uma análise por parte dos pesquisadores.

No mês de março, o governo federal sanciona a Lei 11.645/2008 que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas. E, ao mesmo tempo, anuncia que vai transferir terras para o Estado de Roraima, em 90 dias. Assim como a criação da Área de Livre Comércio (ALC) e, ainda, congela a ação da Polícia Federal (Operação Upatakan).

Desta forma, tenta diminuir os ânimos na TI RSS. Mas não era essa a realidade, principalmente, com a ameaça de haver a desintrusão dos arrozeiros, os ânimos estavam sempre em alta. Pregos foram colocados nas cabeceiras das pontes e, outras, de madeira foram queimadas para impedir a entrada da polícia federal. E o acesso a vila Surumu obstruída por pessoas contrárias à operação de retirada (Upatakan).

Nem mesmo funcionários da Centrais Elétrica de Roraima (CER) escaparam. Foram mantidos como reféns por dois dias, confundidos com defensores da área contínua da TI RSS.

No último dia do mês de março/2008, conforme publicado em jornal impresso Folha de Boa Vista (02/04/2008), na tarde de segunda-feira, foi internado, em hospital particular, Renato Quartiero, de 23 anos de idade, submetido a cirurgia em dedo da mão esquerda, ferido com a explosão de uma bomba na ponte do Surumu, na TI RSS. Os estilhaços causaram ferimento no rosto, tórax, braços e mãos.

O filho de Quartiero negou que estivesse com qualquer tipo de artefato nas mãos e alegou, também, que não sabe de onde surgiu, pois havia muita gente na barreira montada na ponte de Surumu quando os policiais federais chegaram. Este é um fato em que a barreira montada na ponte de Surumu contava com artefatos explosivos.

Em abril o número de policiais federais e da Força Nacional aumentou, chegando de outras partes do Brasil. Mais pontes são incendiadas na região, à medida que aumentava a presença de policiais na região. Indígenas encapuzados ameaçavam explodir bombas levadas ao seu próprio corpo.

Em Surumu bombas, arco e flecha aguardam a PF, “quando os policiais chegarem, vou vestir este cinto (de bombas) e me jogar em cima deles, detonando todo mundo”, ameaçava indígena partidário dos arrozeiros. Surumu estava isolado por via terrestre, aérea e fluvial (Folha de Boa Vista, 07/04/2008, p.01,04, 05). Estando em marcha uma operação de “guerra” em torno de Surumu.

O mês de abril foi extremamente tenso. Os que comandavam a Operação Upatakan dão ultimato para não-índios saírem da área indígena. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) coíbe tráfico de tratores e máquinas. Eclode protesto na fronteira em município de Pacaraima.

Líderes dos arrozeiros entregam carta de Judicialização ao governo do estado de Roraima e aguardam posição do governo. Com a Judicialização, o STF suspende a Operação Upatakan na TI RSS. Diante da circunstância, ministros avaliam que seria mais prudente manter a operação da PF suspensa e negar o Recurso da AGU para continuar operação da PF em TI RSS. No entanto, a violência permanecia contra os indígenas.

O jornal impresso Porantim (2008) publicou sobre a ação violenta levada a cabo pelos jagunços de Quartiero:

No dia cinco de maio, na TI RSS, 10 indígenas foram feridos por ocasião de um ataque com bombas e tiros de espingarda, numa ação violenta promovida por pistoleiros encapuzados a mando do prefeito de Pacaraima. Paulo César Quartiero. Apesar da forma covarde e violenta do ataque, a maioria dos meios de comunicação tratam o episódio como se tivesse havido um confronto entre indígenas e seguranças do prefeito invasor da terra indígena. (PORANTIM, junho/julho, 2008, p. 03).

O jornal impresso Roraima Hoje, em matérias dos dias 06 e 07 de maio de 2008, tratou do conflito em região do Surumu, TI RSS, onde indígenas foram baleados por capangas do arrozeiro Quartiero. Segundo as matérias, dez indígenas foram baleados. Três foram trazidos para o pronto socorro de Boa Vista e os outros foram atendidos em Pacaraima. O clima era de guerra em Surumu:

Índios favoráveis e contrários à demarcação da TI RSS estavam tensos durante todo o dia de ontem. Nem mesmo a visita do Ministro da Justiça Tarso Genro, serviu para amenizar os ânimos. No final da tarde, o prefeito de Pacaraima e líder dos rizicultores, Paulo César Quartiero foi preso por agente da Polícia Federal. (RORAIMA HOJE, 2008, p.12-13).

Diante do cenário de guerra na TI RSS, mais uma ação jurídica, agora do governo Anchieta Júnior, somando-se a da Ação Integralista Brasileira, AIB, e o do Movimento Integralista Brasileiro, MIB, e de Anésio de Lara Campos Júnior, serviram como os últimos recursos jurídicos em um contexto da luta dos povos indígenas da região da TI RSS. Um grande momento histórico e regozijo para os indígenas nacional e, em particular aos da terra de Makunaima.

A questão de oficializar o reconhecimento da TI RSS com a homologação era uma questão de tempo, mas nem por isso os conflitos entre os indígenas e os arrozeiros que lutavam para prevalecer seus interesses capitalistas cessaram.

Enquanto a batalha jurídica prosseguia, o CIR, embora tenha concordado em manter a paz até o julgamento final do Supremo, continuava realizando bloqueio de estrada na região. Arrozeiros acusam os indígenas de não respeitar liminares.

O jornal Folha de Boa Vista (15/05/2008, p.01) anunciava que “a justiça manda soltar Quartiero e nega pedido de prisão preventiva”. E o mês de julho foi marcado pela criação da

Área de Livre Comércio (ACL) de Boa Vista por parte do governo Lula, que concede a isenção de ICMS, de PIS e Cofins para ALC, beneficiando a classe empresarial com as vantagens tributárias. Desta forma fragmentava a classe dominante de Roraima, em particular os fazendeiros do plantio de arroz. E neste mesmo mês o CIR denunciava novas ameaças de morte por parte dos arrozeiros.

A Federação Comercial de Roraima, FECORR, se referindo a ALC/Boa Vista, diz que marcará o fim da economia do contracheque. A Associação Comercial e Indústria de Roraima, ACIR, esperou 64 anos por este momento, da criação da ALC/Boa Vista e encara com grande expectativa. É a mais antiga organização da iniciativa privada em Roraima. As medidas do governo federal, aos poucos, criavam cisões no interior da classe dominante local.

Durante o mês de agosto de 2008 as manifestações continuam tanto por parte dos defensores da área contínua quanto pelo lado dos que defendem áreas indígenas em ilhas. Em evento organizado pelo governo estadual, Federação de Agricultura de Roraima (FAERR) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o discurso era um só: contrário a área única, ou seja, passavam a defender a área indígena em ilhas. Do seminário saiu a ‘Carta de Roraima’. Senadora do Mato Grosso, Katia Abreu reacende a polêmica: “muita terra para os índios”. Em Praça do Centro Cívico, entidades fazem manifestação em defesa da área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. CIR mobiliza mil indígenas no Surumu, caso a decisão seja pela revisão do processo, avisando que indígenas vão ocupar todas as propriedades de não-índios na TI RSS.

Em discurso de provocação, Quartiero diz que vai acompanhar julgamento do STF na subprefeitura de Surumu. Ministro do STF diz que julgamento é tenso. Enfim, no dia 27 de agosto o Supremo começa decidir sobre demarcação da TI RSS.

Quartiero e Anchieta chegam em Brasília/DF para decisão e apostam no “patriotismo dos juízes brasileiros”. E ouvem o voto do relator Carlos Ayres Britto julgar improcedente a ação que pretende suspender a demarcação contínua e negar pedidos de autores da ação. Britto afirmou que a demarcação em ilhas asfixia a cultura indígena. Esta concepção encontramos em Pemongon Patá, de Santilli (2001, p.134), em que afirma:

que a “demarcação em ilhas”, efetuada, como se viu, na aldeia Ouro e tentada na área Xununuetamu, representa o efeito perverso, ao nível do reconhecimento oficial da terra, dessa noção Macuxi aberta, ilimitada, do espaço. Localizando-se da perspectiva do espaço imediatamente utilizado por uma aldeia, resultou em confinamento territorial.

Bebendo da fonte de Eduardo Viveiro de Castro (1996, p.118-9), Santilli (2001) destaca o seguinte escrito:

Os selvagens não são mais etnocêntricos, mas cosmocêntricos; em lugar de precisarmos provar que eles são humanos porque se distinguem do animal, trata-se agora de mostrar quão pouco humanos somos nós, que opomos humanos e animais de um modo que eles nunca fizeram: para eles, natureza e cultura são parte de um mesmo campo socioeconômico ... (SANTILLI, 2001, p.133).

Os defensores da TI RSS em área contínua elogiam o voto de Ayres Britto. E as forças federais devem ficar na região até a decisão final do Supremo, afirma a AGU. Diante do primeiro voto dado pelo Relator, arrozeiros preparam campanha nacional contra voto do relator. Com o pedido de vista por parte do ministro Menezes é suspenso o julgamento no STF da TI RSS. Se contabilizou com 8 (oito) votos a favor da manutenção da área contínua. Sendo apresentadas 18 condições a serem obedecidas por indígenas da região Raposa Serra do Sol.

Mesmo assim, o julgamento se arrastou até o dia 19 de março de 2009, com o último voto do presidente do STF, Gilmar Mendes. Fora computado 01 (um) voto contrário, do ministro Marco Aurélio Mello.

Ainda ao longo do ano de 2009, os três maiores arrozeiros, revoltados com o resultado do julgamento da TI RSS em área contínua, mantém o discurso de que não sairiam da região enquanto não fizerem a colheita do plantio do arroz e receberem a indenização justa por parte do governo federal. Os demais arrozeiros afirmaram que iam deixar a região até o fim do mês. O prazo máximo era fins de abril de 2009.

Diante da impotência dos arrozeiros em continuar resistindo, Quartiero começa a remover as máquinas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, mas antes põe abaixo as construções existentes nas fazendas Depósito e Providência, afirmado que não seriam úteis. Frente as ações dos arrozeiros, o IBAMA multa os três arrozeiros em 40 milhões de reais e embarga as fazendas.

Depois de várias negociações políticas, aceita-se que os arrozeiros façam a colheita do arroz. Encerrando a colheita em maio de 2009. E no mês seguinte, chega ao fim a “operação de guerra” montada pelo governo federal, Upatakon III.

Foi uma década de muitos conflitos, marcada por ações de ambos os lados, na tentativa de prevalecer seus interesses em torno do domínio da posse da terra. Sendo marcada por violência e a utilização de armas de fogo por partes dos arrozeiros contra os indígenas totalmente desarmados. Mesmo travando diversas lutas campal ou mesmo no campo jurídico, a classe dominante em seu conjunto lutou para impedir a homologação em terra contínua, não alcançando, mas conseguindo cravar alguns ganhos, como a exclusão de municípios criados às pressas e implantação de pelotão do exército.

Depois da decisão histórica de março de 2009, em favor em área contínua da TI RSS, apesar das 19 condicionantes, a análise dos chamados embargos declaratórios interpostos na Petição 3.388, chegou ao final com o relator ministro Luís Roberto Barroso, em substituição ao ministro Carlos Ayres Britto, que se aposentou em 2012. Barroso, em 23 de outubro de 2013, em seu voto, rejeitou grande parte dos embargos, mantendo, assim, a validade das 19 condicionantes – apenas para a TI Raposa Serrado Sol. Desta forma, chegou ao final desse período de luta que se processou em torno de 30 anos.

Mas com o fim desse período de décadas de lutas, se abriu novo período. No Congresso Nacional, os agentes do agronegócio e de empresas mineradoras apresentaram uma série de Projeto de Emenda Constitucional, PEC, que contrariam os interesses dos povos indígenas do Brasil. Enfim, podemos considerar que abriu-se um novo período de lutas indígenas, seja nacional ou local.

Consolidando esta parte do trabalho, vamos apresentar o fundamental do mesmo, que é a utilização de imagem, seja fotografia ou não, como recurso pedagógico em aula da disciplina de História do nono ano do ensino fundamental II. No nosso caso, imagem veiculada nos diversos jornais citados na pesquisa referente ao período em tela.

Os jornais impressos veicularam uma variedade de imagem relacionada ao período, podendo contribuir não somente na melhoria do ensino de história, como também, despertar e auxiliar no desenvolvimento do senso crítico e, também na construção da consciência histórica sobre a região da TI RSS.

Outra questão a ser destacada diz respeito ao livro didático que é extremamente limitado em se tratando da presença indígena e, tendo um caráter nacional, em geral é omissa na questão local, ou seja, não há nada ou quase nada se referindo aos indígenas, sobretudo de Roraima. Até o momento, sabemos da existência de um livro didático: RORAIMA: conhecendo nossa história, 4º ou 5º ano, 2013 a 2015, volume único, de Rosane Cavalcante de Souza (2011); e o livro Estudos Sociais – RORAIMA, Geografia e História, Ensino Fundamental, de Aimberê Freitas (1998), uma espécie de paradidático que circulou nas primeiras séries do ensino fundamental I, quando na época era de responsabilidade do governo estadual, em período do governo da oligarquia Campos, inteiramente voltados para a história do Estado de Roraima que, igualmente, merecem a atenção dos pesquisadores.

A conquista da Lei Federal nº 11.645/2008, que criou a obrigatoriedade para incluir no currículo oficial da rede de ensino a História e Cultura Indígena, bem como, a implementação da educação diferenciada nas escolas indígenas, representam um avanço com muitos desafios

pela frente. Passos importantes para concretizar os direitos conquistados com o advento da Constituição Federal de 1988.

Afinal, os indígenas estiveram sempre presentes ao longo do processo histórico do Brasil, principalmente, nos dias de hoje. Pois se essa forma de atividade for levada à cabo é provável que o resultado possibilite atividades diferenciadas voltadas para a temática indígena e tornar comum no dia a dia da sala de aula da disciplina de História. Portanto, seria uma contribuição em termos qualitativos e, de certa forma, contribuir em esclarecer a luta que os indígenas travaram em defesa de seus direitos constitucionais.

Ao longo do processo histórico, seja nacional ou local, se construiu imagem estereotipada, assim como preconceitos e a discriminação em relação aos indígenas. A utilização de imagem possibilitará a ampliação das informações sobre as reais vivências dos indígenas, ou seja, seu modo de viver e a luta por suas reivindicações e seus direitos constitucionais, corroborando para combater, desconstruir e desnaturalizar os estereótipos, os preconceitos e a discriminação, que são tão presentes e visíveis em Roraima. Portanto, trataremos a imagem como um meio ou uma ferramenta pedagógica, como veremos na sequência.

## 2 IMAGEM: VISUAL - MENTAL

A imagem, enquanto material didático, pode contribuir e criar possibilidades para o ensino da disciplina de História via descrição, interpretação e análise e, desta forma, expondo fatos que porventura sejam omissos em escrita. Em A Luta dos Indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TI RSS) utilizamos imagem (fotografia e charge) em jornais que apoiaram ou eram contrários a homologação da TI RSS em área contínua, durante o período de 2003 a 2013.

A imagem nos faz pensar pelo menos em dois campos, ora na parte visual ora na parte mental. A imagem, no primeiro campo, chega até nós em forma de desenhos, pinturas, gravuras, fotografias e charges (essas duas últimas foram as utilizadas em análise do presente trabalho), além da imagem via cinema e televisão. Sem esquecermos que, atualmente, vivemos impactados por imagem (em tela de celular, principalmente) via internet e seus meios em nosso cotidiano. Representa o nosso mundo material, ou parte de determinado ambiente visual. O segundo é a imagem criada em nossa mente. Neste campo, a imagem aparece em forma de visões, fantasias, imaginações, ou mesmo, como expressões mentais.

Bem antes da própria escrita (há cerca de 6 mil anos) a imagem era utilizada como meio de comunicação, como uma grande pedagoga aos povos ágrafos e, desta forma, a assegurar o acontecimento via imagem, registrando o fato ocorrido, inclusive em período em que a existência da escrita era privilégio de uma pequena camada da sociedade.

Na História Antiga a esmagadora maioria da população era privada do acesso à escrita, em geral a imagem servia para transmitir informações. No início da História Cristã a imagem foi utilizada como recurso de comunicação entre os cristãos que faziam suas reuniões nas catacumbas, fugindo da perseguição do Império Romano. Pode-se dizer o mesmo em relação a Era Medieval ou feudalismo, a Igreja Católica utilizava a imagem para transmitir o catolicismo aos incautos.

As imagens relacionadas aos indígenas da TI RSS, seja as fotografias ou as charges, podem possibilitar não somente a visualização, mas também, contribuir com o entendimento e interpretação de um período histórico marcado por tensões entre os indígenas e, principalmente, os arrozeiros.

Também abre espaço para explorar de forma mais ampla e crítica, bem como fazer observações e análises que muitas das vezes não estão presentes em textos escritos, mas que se apresentam nas imagens.

Carolina Fernandes, em seu livro *O Visível e o Invisível da Imagem* (2017), aplicando o método da análise do discurso, afirma que a pós-modernidade nos tornou consumidores de imagens, imagens fixas, móveis, voláteis, inesquecíveis e, as expressões como “leitura de imagem” e “sintaxe visual” tornaram-se jargão comum no âmbito científico.

Vamos nos apoiar em autores que se dedicaram ao assunto imagético enquanto matéria-prima, criando métodos de análise iconográfico, como Erwin Panofsky, Peter Burke, Boris Kossoy, Maria Eliza Linhares Borges, Susan Sontag, entre outros para fundamentar o nosso trabalho em relação a utilização imagética em sala de aula da disciplina de História do nono ano do ensino fundamental II.

## 2.1 IMAGEM: PORTADORA DE INFORMAÇÕES

A nossa temática diz respeito a Luta dos Indígenas da Raposa Serra do Sol e a Contribuição das Imagens no Ensino de História. Para tanto, vamos recorrer aos diversos métodos de autores que trabalharam com imagens ou fotografias, com ênfase em Erwin Panofsky, Peter Burke, Boris Kossoy, Maria Eliza Linhares Borges, Susan Sontag, entre outros.

Um dos pioneiros a desenvolver métodos de análise de imagem, o historiador de artes Ervin Panofsky (2019, p. 47), discorrendo sobre iconografia afirma que “é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de artes em contraposição à sua forma”. Mas, não é só isso. Panofsky (2019, p. 53) conclui que iconografia é a descrição e classificação das imagens, é um estudo limitado e como que ancilar, que nos informa quando e onde temas específicos foram visualizados por quais motivos específicos.

Reforçando suas colocações, Panofsky (2019, p. 55) diz que,

no caso de uma descrição pré-iconográfica, que se mantém dentro dos limites do mundo dos motivos, o problema parece bastante simples. Qualquer pessoa pode reconhecer a forma e o comportamento dos seres humanos, animais e plantas, e não há quem não possa distinguir um rosto zangado de um alegre. (PANOFSKY, 2019, p.55).

Considerando o dito por Panofsky anteriormente, podemos muito bem aplicar em imagens que retratam a luta dos povos indígenas que habitam a TI RSS no ensino de História, preliminarmente, onde o alunado do nono ano do ensino fundamental II poderá descrever o que consta nas imagens. Estas imagens constam em jornais pesquisados (Anna Yakaré, Porantim, Vira Volta, Folha de Boa Vista, Roraima Hoje e o Brasil Norte).

Vejamos alguns exemplos de iconografia que pode ser utilizada como recurso pedagógico em sala de aula da disciplina de História. As imagens, apresentadas abaixo, são imagens fotográficas de indígenas que participaram da manifestação na capital do Brasil, Brasília, em momento de decisão do STF sobre a homologação da TI RSS, se seria em área contínua ou em área isolada, isto é, em ilhas. O julgamento, depois de muita luta entre o ano

de 2005, quando o presidente Lula assinou a Homologação e, o ano de 2009, quando o STF tomou a decisão em favor das etnias Patamona, Ingarikó, Taurepang, Wapixana e Macuxi da TI RSS em área contínua, ainda iria consumir em torno de quatro anos, quando finalmente as ações jurídicas impetradas por pessoas, movimentos e pelo Estado de Roraima, ou seja, em grande parte dos pedidos de embargos, foram negadas pelo STF, em 2013.

Figura 10- Alegria, alegria, alegria.



Fonte: Jornal Porantim, abril de 2009, p.09. Fotos: Haroldo Heleno/Marcy Picanço.

Para Panofsky (2019, p. 48), há o significado fatual e o significado expressional, a soma dos dois significados formam a classe dos significados primários ou naturais. O significado fatual é apreendido pela identificação das formas visíveis com certos objetos que são conhecidos por experiência prática e pela identificação da mudança de suas relações com certas ações ou fatos. Já o significado expressional está relacionado as nuances psicológicas, ou seja, a ação promovida com bom humor ou não, indiferença ou hostilidade.

O expressional é diferente do fatual, pois não é por simples identificação, mas por “empatia”, ou seja, é necessária uma certa sensibilidade, familiaridade cotidiana com os objetos e fatos. Além da classe dos significados primários ou naturais, soma-se a interpretação

iconográfica que corresponde a experiência de vida, bases nacionais, sociais, história de vida passada e pelas circunstâncias atuais que o rodeiam, que correspondem ao significado intrínseco ou conteúdo.

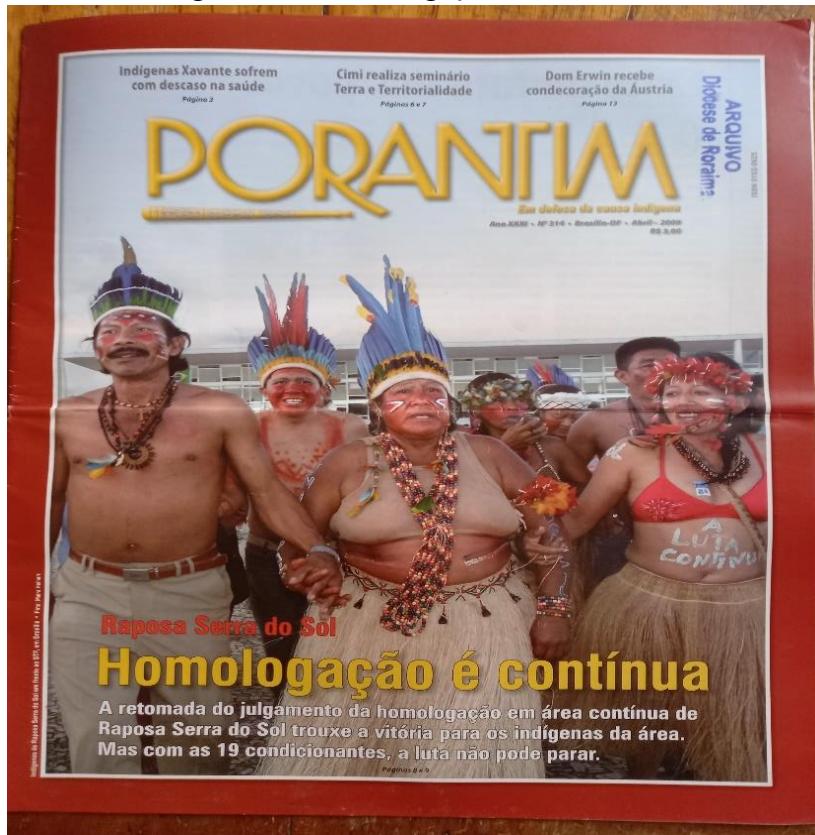
E a partir desses três significados se aplica a uma determinada obra de arte, fazendo a diferença entre eles em níveis de interpretação. Panofsky (2019, p.50) apresenta, em primeiro, o tema primário ou natural que se divide em fatual e expressional, onde ocorre a descrição pré-iconográfica que identifica pedaços de bronze ou pedra, bem como seres humanos, animais, plantas casas, ferramentas e assim por diante. E identificação das relações mútuas como acontecimentos, assim como percepção de algumas qualidades expressionais, como o caráter pesaroso de uma pose ou gesto.

Panofsky (2019, p.52) apresenta o tema secundário ou convencional, que por sua vez é apreendido pela percepção, ou seja, perceber através da análise iconográfica que corresponde ao significado convencional, reconhecer que “um grupo de figuras, sentadas a uma mesa de jantar numa certa disposição e pose, representa a última Ceia”, por exemplo.

Neste segundo momento em que Panofsky se refere, percebemos a complexidade para entendermos à análise iconográfica, pois exige uma interpretação da imagem, situá-la, ou seja, a necessidade do contexto histórico. Considera-se como principal o significado intrínseco ou conteúdo, que cabe a interpretação iconográfica, que é diferenciada da iconografia uma vez que esta é a descrição das imagens, algo muito limitado, enquanto a iconologia, conforme Panofsky (2019), “se torna interpretativa e, desse modo, converte-se em parte integral do estudo da arte, em vez de ficar limitada ao papel de exame estatístico preliminar”.

Vejamos exemplo de imagem fotográfica que pode ser utilizada em atividade de interpretação, ou mesmo saber o significado da imagem em aula da disciplina de História. A imagem abaixo é a capa do jornal impresso Porantim, divulgando o resultado positivo em favor das etnias da TI RSS, enfim, o reconhecimento em área contínua por parte do STF. A imagem fotográfica tem significado de suma importância aos povos indígenas que habitam o nordeste do atual Estado de Roraima, no extremo Norte do Brasil, pois representa a soma de diversas lutas travadas em torno de quatro décadas. Além de reconhecer, foram impostas dezenove condicionantes aos indígenas.

Figura 11 – Homologação é contínua.



Fonte: Jornal Porantim, capa, ano XXXI, nº 314, abril de 2009. Foto: Maira Heinen.

Panofsky conclui que a “iconologia é um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise” (2019, p.54). Podemos considerar que os estudos de Panofsky em história da arte abriu possibilidades para os profissionais de História utilizar os estudos de imagem em ensino de história em sala de aula.

Wivian Welller e Lucélia de Moraes Braga Bassalo (2011, p.284), em artigo Imagens: Documentos de Visões de Mundo, afirmam que “a análise de imagens não é uma tarefa simples [...] pois para ultrapassar o nível imanente de interpretação ou o nível de sentido comum, é necessário o aprofundamento de referenciais teóricos que auxiliem a leitura para além do que ela informa em um primeiro olhar”. Neste sentido, buscamos avançar com outros autores que contribuíram no campo da análise e da interpretação de imagens, seja ela uma fotografia ou uma charge.

Conforme Borges (2003, p. 11), “ainda é possível constatar a carência de publicações que preencham a demanda específica por critérios teórico-metodológicos acerca da utilização de imagens fotográficas no campo da análise histórica”.

Maria Eliza Linhares Borges, em sua obra História & Fotografia (2003, p.12), faz referência como e por que a imagem foi tratada como fontes visuais de documentos de

pesquisa de segunda categoria e, o porquê de não incluir a fotografia no rol dos documentos de pesquisa em História. Daí a importância de contextualizar os nossos interesses históricos. A História, em pleno século XIX, buscava a sua própria moradia, como afirmou Borges (2003, p.15) informando que, “no decorrer desse período, historiadores de diferentes correntes teórico-metodológicas empenharam-se na definição da fisionomia e da identidade cognitiva da História com o objetivo de distingui-la das demais ciências do homem”.

A fotografia, neste período do século XIX e parte da primeira metade do século XX, era rejeitada pelos historiadores como fonte de pesquisa histórica, enquanto outros setores da área científica abraçaram e valorizaram o novo tipo de imagem que surgira com o desenvolvimento do mundo industrial, conforme Borges (2003, p.15).

As colocações felizes de Borges (2003, p.16), quando se referem ao uso da fotografia como recurso pedagógico, com destino de despertar o interesse do alunado do ensino fundamental pelo estudo da história de sociedade passadas, sem a devida preocupação em aplicar método ou métodos que possam contribuir para o esclarecimento e o entendimento do papel da fotografia em sala de aula, acaba sendo um reforço inverso do que poderia ser uma contribuição positiva no ensino da disciplina de História. Ou seja, tornando o momento capturado pelo fotógrafo e sua câmera como algo natural. O que não é, evidentemente.

Podemos considerar que o pensamento predominante dos historiadores do período era o mesmo em relação a aplicação da fotografia como fonte histórica em sala de aula, pois não havia a preocupação em aplicar algum método perante o uso da fotografia como fonte histórica, estava basicamente relegada apenas como uma simples ilustração de textos escritos. Desta forma, “assim concebida, o tratamento dado à fotografia é o mesmo que os historiadores do século XIX davam aos documentos por eles considerados como fonte de pesquisa histórica” (BORGES, 2003, p.16).

Os historiadores do período do século XIX, os que praticavam a historiografia metódica, concebiam a imagem fotográfica como insuficiente para preencher os requisitos necessários para ser reconhecida como fonte de pesquisa histórica. Enfim, pensavam que a fotografia fosse uma anomalia, deixando-a de lado, conforme afirma Borges (2003, p.17). Este cenário, se modificou, pois nos dias atuais a postura dos historiadores traça caminhos bastante diferentes.

Borges (2003, p.18), uma vez mais, nos esclarece como a imagem fotográfica se apresenta em nosso cotidiano. Vejamos: “Se a fotografia vem sendo cada vez mais utilizada como fonte, como objeto de análise e como recurso pedagógico, é porque a comunidade de praticantes da ciência histórica não mais se orienta pelos fundamentos do paradigma metódico”. Assim, houve ruptura com o tratamento dado à imagem no período anterior.

Concordamos plenamente que uma das imagens mais veiculada é a fotografia. David Campany, em prefácio em *Tudo Sobre Fotografia*, organizado por Juliet Hacking (2018, p.6), afirma que “a fotografia teve mais vidas do que um gato sortudo, cada qual com sua própria história conturbada, também teve muitas mortes. O fim desse meio de expressão foi anunciado com regularidade durante mais de um século”.

De fato, a imagem que se tornou extremamente popular, nas últimas décadas, foi a fotografia. Faz parte de uma época explosiva em diversos campos do conhecimento, principalmente científico, um período em que a industrialização estava em seu processo acelerado. Período este caracterizado pelo domínio de uma classe social, a burguesia. Portanto, a fotografia é um produto genuinamente burguês. Foi na Europa que houve esse processamento histórico, em pleno século XIX, se expandindo para outras partes do planeta.

Para Kossoy (2003, p. 25), a fotografia considerada uma das tantas invenções desse período marcado por revoluções, “teria papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e como forma de expressão artística”.

Se antes as pesquisas estavam voltadas para a história da arte, a presença de pesquisas no campo da história em relação a imagem tem se manifestado, embora ainda de maneira tímida. Bittencourt (2009, p. 362), se referindo as investigações sobre cinema, fotografia e televisão e as imagens tecnológicas, acrescenta:

percebe-se uma preocupação com métodos de análise dessas linguagens específicas criadas pela indústria cultural. Muitos trabalhos iniciais inspiraram-se na linha de pesquisa da Escola de Frankfurt, fundamentando-se no conceito de indústria cultural de Theodor Adorno, por intermédio do qual analisavam a produção das imagens no contexto do capitalismo e da criação de mercadorias e formas de consumo manipuladoras e ideológicas. As imagens tecnológicas eram apreendidas em seu valor de troca e entendidas na dimensão de uma socialização geradora de massificação. (BITTENCOURT, 2009, p. 362).

Para Kossoy (2012. p. 36), “toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto do real, em determinado lugar e época”. Tal ato de fotografar pode ser desde um interesse pessoal ou até mesmo sem nenhum compromisso em registrar algo, simplesmente, fotografar. Mas o ato de fotografar não se limita somente em registrar algo para si mesmo; mesmo sem nenhum interesse, pode acabar capturando um momento que poderá se tornar uma evidência histórica pela pessoa que detém uma máquina fotográfica naquele instante.

Assim, é preciso entender que a fotografia, mesmo criada sem nenhuma objetividade,

pode se tornar uma fonte histórica e objeto de estudo, podendo ser analisada por diversos ângulos, além da mera descrição. E assim Kossoy (2012, p. 36-37) registra que “a imagem do real retida pela fotografia (quando preservada ou reproduzida) fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena”.

Para chegarmos à realização de uma fotografia precisamos contar com materiais concretos. Kossoy (2012, p. 37) cita “três elementos essenciais para a realização de uma fotografia: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia”. A utilização desses três elementos levará ao que Kossoy chama de produto educacional, a fotografia. Para ele é o resultado da ação humana que um determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia.

Feito a fotografia, ao acessá-la corremos o risco de pensar que a mesma não tenha nada a nos comunicar. Pode ser uma simples paisagem ou mesmo um animal, mas será que não quer nos transmitir alguma informação? Afinal, a fotografia é portadora de informação ou não? Podemos explorar algum aspecto da fotografia em sala de aula da disciplina de História?

Ora, se consideramos a imagem como portadora de informações, evidentemente que uma imagem que reflete um fato relacionado a luta dos indígenas da TI RSS poderá servir como material pedagógico em ensino de História. As informações contidas na imagem poderão colaborar em desnaturalizar ideias carregadas de estereótipos, de preconceitos e de discriminação em relação às diversas etnias que habitam a TI RSS.

O fato quando consumado, ou seja, a materialização da fotografia, segundo Kossoy (2012, p. 44), ocorre “a partir do momento em que o processo se completa, a fotografia carregará em si aquele fragmento congelado da cena passada materializado iconograficamente”.

É muito comum em sala de aula, em ensino da disciplina de História, a presença de imagem, principalmente, via o livro didático. No entanto, o trabalho com a imagem, mesmo de maneira inadequada, provavelmente devido a ausência de contato em relação ao trato com a imagem de forma metodológica, acaba se tornando um trabalho parcial e não “completo”.

Para Susan Sontag (1977, p.174), em sua obra Sobre Fotografia, “fotografia tem poderes que nenhum outro sistema de imagem jamais desfrutou porque, à diferença dos anteriores, ela não é dependente de um criador de imagens”. Claro, para quem detém uma máquina fotográfica (“a senhora do instante”) nas mãos, basta agir no instante, isto é, clicar e o mecanismo da “senhora do instante” se encarrega de registrar o fato no momento da ação.

Segundo Burke (2017, p. 49), se referindo as pinturas e imagens, estas “têm sido frequentemente comparadas a janelas e espelhos, e imagens são constantemente descritas

como “refletindo” o mundo visível ou o mundo da sociedade”.

Embora Peter Burke (2017, p. 49-50) não concorde que pinturas e imagens sejam janelas e espelhos, e as defenda como testemunhas, podemos concordar com Burke, mas também, elas são portadoras de informações das quais temos de extrair de cada uma delas o máximo possível das informações.

Mesmo afirmando que pinturas e imagens não são reflexos puros da realidade, mas carregam em si parte dessa realidade, mesmo que seja apenas fragmentos, Burke sintetiza em três estágios de como se pode utilizar as pinturas e imagens como evidência histórica. Vejamos:

1. A boa notícia para os historiadores é que a arte pode fornecer evidência para aspectos da realidade social que os textos passam por alto, pelo menos em alguns lugares e épocas, como no caso da caça no Egito antigo.
2. A má notícia é que a arte da representação é quase sempre menos realista do que parece e distorce a realidade social mais do que refletem, de tal forma que historiadores que não levam em consideração a variedade das intenções de pintores e fotógrafos (sem falar nos patronos e clientes) podem chegar a uma interpretação seriamente equivocada.
3. Entretanto, voltando à boa notícia, o processo de distorção é, ele próprio, evidência de fenômenos que muitos historiadores desejam estudar, tais como mentalidades, ideologias e identidades. (BURKE. 2017. p.49-50).

O historiador Peter Burke (2017) realiza uma série de críticas ao método do historiador de arte Ervin Panofsky. Uma dessas críticas está relacionada ao enfoque iconográfico, por falta de dimensão social, assim como sua indiferença ao contexto social, como se fosse hostil à história social da arte e não tinha a preocupação de levantar a questão do significado para quem, já que estava em busca de descobrir o significado da obra. Segundo esta linha de críticas, “um outro problema do método iconográfico é o que seus praticantes não têm prestado suficiente atenção à variedade de imagens”. (BURKE, 2017, p. 66).

Em uma crítica à iconologia, em assumir a ideia de que as imagens expressam “o espírito da época”, Burke (2017, p. 66), se apoiando nas críticas de Ernest Gombrich em criticar os trabalhos de Arnold Hauser e Johan Huizinga, bem como ao de Ervin Panofsky, afirma se tornar perigoso e não ser razoável adotar a ideia da homogeneidade cultural de uma época. A posição de Peter Burke em relação às imagens é que elas são testemunhas, e não espelhos, janelas, muito menos o espírito de uma época. De modo que concordamos com Burke (2017, p. 66) quando, em síntese, afirma:

Em resumo, o método específico para interpretação de imagens que foi desenvolvido no início do século XX pode ser considerado falho por ser excessivamente preciso e estreito em alguns casos e muito vago em outros. Para discuti-lo em termos gerais, o método incorre no risco de subestimar a variedade de imagens, sem falar na diversidade de questões históricas para as quais as imagens podem auxiliar a encontrar respostas. (BURKE. 2017. p. 66).

Mas Burke (2017, p. 67) se rende a iconografia de Panofsky quando afirma que, “os historiadores precisam da iconografia, porém, devem ir além dela. É necessário que eles pratiquem a iconologia de uma forma mais sistemática, o que pode incluir o uso da psicanálise, do estruturalismo e, especialmente, da teoria da recepção”.

Conforme Ian Haydn Smith, em introdução de Breve História da Fotografia (2018, p.6), “a fotografia pode ser um espelho do mundo ou se aprofundar, explorando a complexidade da psicologia e das emoções humanas. Pode capturar um momento fugaz ou marcar a passagem lenta do tempo”.

Boris Kossoy (2014), referindo-se aos estudos sobre a fotografia nos primeiros anos da década de 1970, que marca início de suas pesquisas, duas questões o intrigavam: primeiro, a quase totalidade inexistente de textos históricos sobre a fotografia no Brasil, com raras exceções e, segundo, de cunho mais amplo, que envolvia aspectos de ordem teórica acerca da natureza da fotografia, seu papel enquanto documento histórico e como forma de expressão artística. E afirma a necessidade de que a fotografia seja objeto de abordagens multidisciplinares, caso contrário não poderia ser entendida em suas múltiplas facetas. Sem isso, pensa que muitos navegam por mar sem norte.

Podemos considerar que, num primeiro momento, podemos descrever o que se apresenta em uma imagem fotográfica, ou que é visível em uma fotografia, isto se refere a icnografia, como aprendemos com Panofsky. Esta forma de tratar a imagem é a garantia dos primeiros passos para o alunado compreender a importância da utilização em sala de aula com atividades focadas a estimular a presença de imagem na disciplina de História. Como por exemplo, imagens que estão relacionadas aos povos indígenas da TI RSS.

Mas, a fotografia também pode apresentar outras informações que vão muito além da sua descrição. Para fazer a interpretação da imagem se torna mais complexo, pois para extrairmos outras informações que porventura possa conter na imagem se faz necessário um mínimo de conhecimento do que consta na imagem, assim como do que se trata na imagem, muitas das vezes informações que poderão contribuir para o entendimento do que consta nela registrado. Ou seja, requer a contextualização.

Para Boris Kossoy (2012), autor de *Fotografia & História*, toda imagem tem uma história. E, para se fazer uma reflexão sobre uma fotografia do passado, tem que situá-la em pelo menos três estágios que marcam sua existência. Vejamos:

Em primeiro lugar houve uma *intenção* para que ela existisse; esta pode ter partido do próprio fotógrafo que se viu motivado a registrar determinado tema do real ou de um terceiro que o incumbiu para a tarefa. Em decorrência desta intenção teve lugar o segundo estágio: o ato do registro que deu origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por esta fotografia, as

vicissitudes por que passou, as mãos que a decidiram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram. Neste caso seu conteúdo se manteve, nele o tempo parou. (KOSSOY, 2012. p. 45).

Considerando que a imagem é portadora de informações e ela carrega, em si, uma história, podemos assim aproveitá-la como recurso didático em aula de História, do fundamental II. Há pelo menos três décadas que se debate e se busca desenvolver propostas em torno da disciplina de História, procurando modificar os procedimentos no ensino de História. Concordamos que a imagem seja uma evidência histórica e que pode contribuir com a aula de História através de sua utilização de forma organizada e sistemática, dando assim, um salto qualitativo, como a análise de imagem relacionada aos povos indígenas da TIRSS durante o período de 2003 a 2013.

Peter Burke (2017), em sua obra *Testemunha Ocular*, diz que imagens são testemunhas mudas, e não é fácil de interpretar em palavras o seu testemunho. Para o autor, as imagens foram feitas para expressar uma mensagem própria, mas os profissionais em História não levam em consideração e preferem ler nas “entrelinhas”, entender alguma coisa em que os artistas não conheciam estar passando.

Burke (2017. p. 26) adverte, “há perigos evidentes nesse procedimento. Para utilizar a evidência de imagens de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fonte, estar consciente das suas fragilidades”. E complementa, tendo em vista que, “A ‘crítica da fonte’ de documentos escritos há muito tempo tornou-se parte essencial da qualificação dos historiadores”.

Podemos considerar esta posição também em relação aos que produzem fotografias, no entanto, se preocupando com a posição deles diante da sociedade, não somente com o propósito de cada produtor, que podem dizer muito em relação aos seus produtos. Seguindo esse raciocínio, Burke (2017, p. 32) assevera: “Da mesma forma, deve-se aconselhar alguém que planeje utilizar o testemunho de imagens para que inicie estudando os diferentes propósitos dos realizadores dessas imagens”.

O mesmo devemos aplicar em relação às imagens indígenas da TIRSS a serem usadas em sala de aula do ensino de História, do ensino fundamental II, pois as imagens carregam propósitos de seus autores. E entendemos e reforçamos que não há imparcialidade por parte dos seus produtores. Cabe compreender e interpretar as informações que, porventura, as imagens guardam em si, pois elas são portadoras de informações.

A fotografia se tornou comum nos dias de hoje, e não podemos esquecer que ela detém algo a informar, mas esse algo pode passar a ser uma evidência histórica, pois capturou aquela

fração de tempo e ficou registrado para a posteridade. A imagem fotográfica é portadora de informações, tanto do momento quanto de quem fotografou, ou seja, como afirma Kossoy (2012. p. 50), “Qualquer que seja o assunto registrado na fotografia, esta também documentará a visão de mundo do fotógrafo. A fotografia é, pois, um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor”.

Diante do exposto em relação a obra, isto é, a fotografia, segundo Kossoy (2012) se faz necessário fazer a distinção teórica a ser aplicada enquanto estudos da fotografia. Vejamos o que diz:

É este o momento de estabelecer as devidas distinções teóricas quanto aos objetos de investigação, tanto no plano da história da fotografia como no da história através da fotografia. A primeira diz respeito ao estudo sistemático desse meio de comunicação e expressão em seu processo histórico, a um gênero de história que flui entre a ciência e a arte. A segunda remete de imediato ao emprego da iconografia fotográfica do passado, nos mais diferentes gêneros de história e mesmo em outras áreas da ciência nas quais os pesquisadores venham a utilizar-se desta fonte plástica como instrumento de apoio à pesquisa, como meio de conhecimento visual da cena passada e, portanto, como uma possibilidade de descoberta (2012, p. 53).

Não podemos esquecer que podemos acrescentar aos estudos da fotografia também o estudo do próprio autor que produziu, ou mesmo a pessoa ou o cliente que tenha encomendado o serviço do profissional em fotografia. Assim, Burke (2017, p. 234) diz que os “produtores de imagens são intérpretes do passado”. Já para Kossoy (2012. p. 115), “cabe ao intérprete compreender a imagem fotográfica enquanto informação descontínua da vida passada, na qual se pretende mergulhar”.

Como o estudo do ponto de vista histórico sobre a imagem está relacionado ao estudo da arte, Burke levanta dúvidas em relação a tese de Walter Benjamin, relacionada à posição de que a obra de arte, por ser única, contém uma aura. Assim, Burke afirma:

A era da fotografia, de acordo com o crítico marxista alemão Walter Benjamin (1892-1940) num famoso ensaio da década de 1930, mudou o caráter da obra de arte. A máquina “substituiu a única existência pela pluralidade de cópias” e produz um deslocamento do “valor cult” da imagem para seu “valor de exibição”. “Aquilo que murcha na era da reprodução mecânica é a aura do trabalho de arte”. Dúvidas podem existir e foram levantadas a respeito dessa tese, o dono de uma gravura em madeira, por exemplo, pode tratá-la com o respeito devido a uma imagem individual, em vez de considerá-la como uma cópia entre várias. (BURKE, 2017, p. 30)

Embora Walter Benjamin fale de era da fotografia na citação acima, podemos considerar que esteja também se referindo à sociedade capitalista ou mesmo à sociedade de consumo, afinal, como ele diz, aquilo que murchou na era da reprodução mecânica foi a aura. Nesse

compasso, outra colocação interessante feita por Kossoy (2012, p. 136) é que “a fotografia no início do século XX já havia cumprido o papel revolucionário em termos de disseminação de imagens do mundo [...] neste processo o homem se viu cativo da imagem fotográfica, ‘vício’ do qual não poderia jamais prescindir”.

Reforçando o que está posto acima, Boris Kossoy (2012, p. 137) fortalece a posição tomada: “A indústria da imagem se viu enormemente desenvolvida em função da sociedade de consumo; e a publicidade, estabelecendo padrões de gosto e comportamento, tem desempenhado papel preponderante na criação de todo um ideário estético.”

Conforme Susan Sontag (1977, p.195), em sua obra *Sobre Fotografia*:

uma sociedade capitalista requer uma cultura com base em imagens. Precisa fornecer grande quantidade de entretenimento a fim de estimular o consumo e anestesiar as feridas de classe, de raça e de sexo. E precisa reunir uma quantidade ilimitada de informações para melhor explorar as reservas naturais, aumentar a produtividade, manter a ordem, fazer a guerra, dar emprego a burocratas. As faculdades geminadas da câmara, subjetivizar a realidade e objetificá-la, servem idealmente a essas necessidades e as reforçam (SONTAG, 1977, 195).

Evidentemente que a classe dominante impõe suas ideias e padrões de gosto e comportamento em uma sociedade de consumo, muita das vezes, exacerbada, levando os consumidores ao extremo de consumir por consumir, como se fosse um “vício”, como já foi dito anteriormente, ou seja, uma real ditadura na criação de um ideário estético, impondo seus modelos esqueléticos, por exemplo. Sendo possível devido a existência de um grande mercado consumidor, assim, a fotografia passava atender não somente um mercado local ou nacional, mas mundial. Como coloca Kossoy (2012, p. 134):

O fato marcante a ser assinalado é que há mais um século as imagens fotográficas de uma extensa e diversificada gama de temas já eram produzidas comercialmente, e aos milhões. Paralelamente ao desejo do indivíduo em ver sua própria imagem perpetuada através do retrato fotográfico, uma verdadeira indústria de imagens se desenvolveu em função de um vasto mercado internacional, ávido por consumi-las.

E se tratando de capitalismo podemos considerar que a sociedade capitalista é uma estrutura de polos desiguais e interesses antagônicos. Portanto, geradora de conflitos sociais, seja no campo ou na cidade. Estes conflitos podem fazer partes de uma configuração fotográfica. No entanto, para Burke (2017, p. 51-52),

Historiadores culturais têm sido tentados a tratar certas imagens, especialmente trabalhos de arte célebres, como representativos do período em que foram

produzidos. Nem sempre devemos resistir as tentações, porém esta tem a desvantagens de assumir que períodos são suficientemente homogêneos para serem representados dessa forma por uma única pintura. É certo que diferenças e conflitos culturais devem existir em qualquer momento histórico.

Nessa passagem, Peter Burke reafirma que as pinturas podem refletir conflitos de classes sociais. E acrescenta: “Certamente é possível enfocar esses conflitos, como o fez o húngaro marxista Arnold Hauser (1892-1978) em seu *História Social da Arte*, publicado em 1951. Hauser via as pinturas como múltiplos reflexos ou expressões de conflitos sociais entre a burguesia e o proletariado” (2017, p. 52).

A imagem fotográfica, desde a sua infância, demonstrou ser acompanhada de forças transformadoras, pois passou por modificações e um constante processo de aperfeiçoamento que servirá aos interesses pessoais e coletivos. Ganhando espaço em revistas e jornais impressos, sendo utilizada para propagar denúncias sociais, conflitos e guerras. No período de fins de século XIX e início do XX, Jacob-August Riis (1848-1914), especialista em crônicas policiais, descobriu o poder de persuasão e propaganda da fotografia e inaugurou um novo estilo jornalístico, isto é, o documentário ilustrado (BORGES, 2003, p.67).

Podemos considerar que a imagem fotográfica em relação a sua utilização em jornais impressos se tornou imprescindível, dificilmente encontra-se jornais sem a presença de imagem fotográfica. Até mesmo em boletim de caráter informativo de diversas categorias de trabalhadores é possível observar a presença de imagem fotográfica em suas edições. Ou seja, servindo para reforçar o texto escrito para veicular uma mobilização, denúncia, evento, assembleia etc.

O mesmo ocorreu em relação a imagem fotográfica que envolve os indígenas da TI RSS que confrontaram, por um longo período, os que tentaram ocupar seu espaço geográfico no nordeste do Estado de Roraima, extremo Norte do Brasil. Tal imagem fotográfica pode ser utilizada como recurso didático em sala de aula da disciplina de História do nono ano do ensino fundamental II.

Podemos observar a presença de imagem fotográfica de rizicultor, assim como de indígena, em destaque na capa do jornal impresso Folha de Boa Vista.

Figura 12 – Venezuela convida Arrozeiro Quartiero.



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, capa, ano XXV, nº 5625, Boa Vista, 22/01/2009.

O jornal impresso Folha de Boa Vista retrata um dos líderes dos rizicultores, senão, o principal líder dos arrozeiros, com suas máquinas em plantação de arroz, demonstrando a tecnologia que ocupava o lavrado em Roraima. A tecnologia é bem-vinda, mas quando em benefício da esmagadora maioria que é classe trabalhadora e os povos oprimidos do Estado de Roraima. Além de ocupar a TI RSS ilegalmente, utilizam agrotóxicos que causam prejuízo ao meio ambiente e doenças aos moradores, como os indígenas de Roraima, principalmente, a capital do Estado de Roraima, que utiliza a agua que é captada do rio Branco, que em época de cheia o veneno usado nas plantações de arroz correm para o rio Branco, o principal rio de Roraima.



Figura 13 – Dionito, coordenador do CIR, principal imagem fotográfica.

Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, capa, ano XXV, nº 5671, Boa Vista, 19/03/2009

O Folha de Boa Vista mostra o arrozeiro Paulo César Quartiero, principal liderança dos rizicultores, apresentando suas máquinas em plantio de arroz. Em outro número do jornal há imagem fotográfica, onde mostra indígenas que se colocaram contrários em relação a área contínua da TI RSS. O outro número 5671, de 19 de março de 2009 mostra a imagem do coordenador do CIR, José Dionito Souza: “vamos ocupar a terra, porque não existe fazenda lá, mas sim, invasão”. De um lado, o elemento branco, representante do grande capital e, do outro lado, o indígena da etnia macuxi, representante das comunidades indígenas da TI RSS. Ambos representam interesses antagônicos. A posição do jornal é visível em mostrar os indígenas como os vilões da história local.

Observa-se que há duas matérias jornalísticas em cada edição em relação a TI RSS, demonstrando interesses antagônicos e as divergências internas na luta dos indígenas, que apresenta posições diferentes em relação a área contínua da TI RSS. São imagens fotográficas que podem ser explorada em sala de aula da disciplina de História, via metodologias que temos destacadas ao longo da exposição, bem como, aplicar o método comparativo entre as imagens

que constam nas edições acima.

Lima (2009, p.15), procurando entender a atuação da mídia impressa na construção do imaginário roraimense, dentro do contexto sociocultural local, citando três periódicos da época (os jornais Gazeta de Roraima, Folha de Boa Vista e o Diário), afirma que foi possível observar formas veladas de comunicação e comportamento discriminatório, e perceber o quanto a sociedade roraimense se apresentava preconceituosa em relação ao indígena (LIMA, 2009, P.15-16).

Então, desta forma, podemos considerar que a imagem (fotográfica ou a charge) encontrada em jornais, referente ao período supracitado acima, pode contribuir para a compreensão dos conflitos que ocorreram na TI RSS, envolvendo diretamente os arrozeiros em disputa em torno da terra do nordeste do estado de Roraima.

Desde que o capitalismo se tornou predominante a partir do século XVIII e com suas revoluções, se estruturando ao longo do século XIX de forma global, atingindo diversos povos, com raras exceções, tornando-os povos oprimidos pelo poder do grande capital, os povos indígenas da TI RSS não ficaram a margem de tal processo, inclusive, recentemente enfrentaram de frente a expansão, mesma de forma embrionária do sistema capitalista e, conquistaram a homologação do espaço onde habitavam seus ancestrais.

Como vamos tratar de analisar imagens indígenas da TI RSS veiculadas pelo jornal impresso Folha de Boa Vista, entre outros e, as imagens do CIR (Anna Yakaré) e seus apoiadores, principalmente, direcionadas para o ensino de História do Ensino Fundamental II, temos que considerar os argumentos de Kossoy (2012. p. 136) relacionados à fotografia que ganham as páginas dos jornais impressos e das revistas, bem como das inúmeras publicações ilustradas que passaram a propagar as imagens encomendadas dos acontecimentos da história do dia a dia do século XX, que originou o fotojornalismo.

Henri Cartier-Bresson (1908-2004), considerado uma das maiores referências da fotografia e do fotojornalismo, afirma que “fotografar é um meio de compreender que não pode ser separado dos outros meios de expressão visual”. (CARTIER-BRESSON, 2015, p.11).

Para Cartier-Bresson (2015, p.12) “para “significar” o mundo, é preciso sentir-se implicado no que se descobre através do visor. Esta atitude exige concentração, uma disciplina de espírito, sensibilidade e um sentido da geometria”. No entanto, Cartier-Bresson (2015, p.12), é categórico, que “há quem faça fotografias previamente arranjadas e há os que vão à descoberta da imagem e a captam. A máquina fotográfica é para mim um bloco de esboço, o instrumento da intuição e da espontaneidade, a senhora do instante, que em termos visuais, questiona e decide ao mesmo tempo”. Enfim, conforme o autor, “deve-se sempre fotografar

com o maior respeito ao objeto e a si mesmo” (CARTIER-BRESSON, 2015, p.12).

A postura de Cartier-Bresson (2015) é visível, não tem nenhuma cerimônia, muito menos, subterfúgio. Fica visível a sua posição frente a realidade dos fatos. A comprovação de que não há, de fato, nenhuma imparcialidade por parte dos produtores de imagem, seja qual for o tipo de imagem: pintura, fotografia, charge, entre outras.

Em relação a charge, segundo Litz (2009, p.32), a “Charge é um estilo de ilustração que tem por finalidade satirizar, por meio de uma caricatura, algum acontecimento atual com uma ou mais personagens envolvidas. A palavra é de origem francesa e significa carga, ou seja, exagera traços do caráter de alguém ou de algo para torná-lo burlesco”.

A presença de charge em jornais como o Porantim que apoiou os indígenas, bem como, os jornais Folha de Boa Vista, Roraima Hoje e o Brasil Norte, que se posicionaram contra a área contínua da TI RSS, expressavam a sua posição diante dos fatos relacionados à questão indígena em Roraima.

As charges foram criadas no princípio do século XIX por pessoas opostas a governos ou críticos políticos que queriam se expressar de forma jamais apresentada, inusitada. Foram reprimidos por governos (principalmente impérios), porém ganharam grande popularidade, fato que acarretou sua existência até os tempos de hoje. (LITZ, 2009, p.32).

No século XIX, em sua aurora, a charge fora veiculada para atacar e denunciar os políticos e seus governos. Já em pleno século XXI, a charge é veiculada por jornais de propriedade de oligarquias da classe dominante em Roraima, justamente para atacar os indígenas e seus apoiadores. No entanto, não perdeu o seu caráter originário, ou seja, jornal como o Porantim, que apoiou a luta dos indígenas em defesa da área contínua da TI RSS, continuou veiculando charge para denunciar os políticos e os desmandos dos governos, principalmente, apoiando as reivindicações dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988.

Conforme Guimarães, Vaz, Silva e França (2002, p.54), “nota-se como principal característica desse tipo de ilustração uma certa liberdade formal, bastante clara nos desenhos, esquemas didáticos e, principalmente, nas charges”. Os autores destacam que o “aspecto marcante desse tipo de ilustração é a sua capacidade de desconstrução do discurso estabelecido por outras imagens”. (GUIMARÃES; VAZ; SILVA; FRANÇA, 2002, P.54).

Os jornais apresentam charge que é produzida por profissionais que dominam a arte de criar imagem, conforme a encomenda dos proprietários de jornais, ou seja, no caso aqui analisado, charge direcionada para atacar os indígenas e seus apoiadores como a Igreja Católica, Organizações Não Governamentais, mas também, instituições governamentais como

a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), assim como, a Polícia Federal (PF) e a Força Nacional de Segurança (FNS).

Litz (2009, p.32) afirma que “a charge tem um papel importante como registro histórico, pois relata um fato ocorrido em uma determinada época, dentro de um contexto cultural, econômico e social específico, carregada de várias informações e que depende do conhecimento desses fatores para ser entendida”.

A charge veiculada em jornais impressos é matéria prima para realizar atividade de descrição, pois é uma atividade possível de realizar mesmo sem a presença textos escritos. No entanto, podendo avançar para uma análise interpretativa. Neste caso, a utilização de texto escrito pode auxiliar na interpretação da charge, ter uma melhor compreensão da imagem veiculada pelos jornais, dessa forma contribuindo com as aulas da disciplina de História.

Segundo Litz (2009, p.32) em relação a charge, “muitas vezes o objetivo da charge é de convencer e influenciar – de acordo com uma determinada ideologia – o imaginário do leitor, a fim de torná-lo mais consciente da realidade”. No entanto, devemos lembrar que a imagem veiculada pode servir para manipular a opinião pública em favor dos interesses da classe dominante local, ou pode servir para esclarecer o que de fato ocorre com relação à questão indígena da TI RSS. Enfim, “é exatamente aqui que o professor entra para exercer sua função como formador de opinião, orientando o aluno para que ele possa conhecer outras possibilidades de conhecimento de mundo” (LITZ, 2009, p.32).

E, finalmente, Litz (2009, p.32) faz uma síntese: “Afinal, a educação deve ser desenvolvida para formar cidadãos capazes de entender a realidade e interferir nela”. Claro se o nosso trabalho contribuir para melhorar o desenvolvimento do senso crítico e, que o alunado consiga elevar a sua consciência para combater os preconceitos, estereótipos e a discriminação que os indígenas enfrentam diariamente, enfim, se encararmos a imagem como portadora de informações e, desta forma, abrir grandes possibilidades de utilizá-la como recurso pedagógico no ensino de História.

Na parte seguinte vamos analisar como a imagem (fotografia e a charge) pode expressar uma determinada ideologia de setores organizados na sociedade roraimense, como por exemplo, a imagem veiculada em jornais impressos ligados aos interesses da classe dominante local e os dos que apoiaram a luta dos povos indígenas da TI RSS, no nordeste do Estado de Roraima. Além de identificar a presença de ideologias, vamos identificar outras informações que poderão contribuir para o entendimento da imagem e do contexto em que ela se encontra inserida.

## 2.2 IMAGEM: ASPECTOS IDEOLÓGICOS, ENTRE OUTROS

É importante enfatizar que ao utilizar imagens, como as fotografias, ou mesmo charges, não se deve considerá-las neutras, simplesmente como documentos captados por uma lente ou por um artista, isso as limitaria a objetos “naturais”, quando na verdade essas imagens são construídas socialmente dentro de padrões específicos que demonstram, entre tantas coisas, as regras com as quais o sistema de poder é definido e delimitado em determinada época e sociedade.

Em período do século IV ao XIV, por exemplo, a Igreja Católica utilizava o que se denominou de *Bibliae pauperum* que fora ilustrada com cenas do Velho e Novo Testamento, desta forma a utilização política e de sua ideologia cristã dominava via imposição de imagem. Diante da ausência de escolas que proporcionassem a utilização da escrita, a imagem foi bastante usada para divulgar a história do cristianismo.

Para Marx e Engels (1989), a história pode ser analisada a partir de dois aspectos, a história da natureza e a história dos homens, elas são inseparáveis. Mas para aquele momento interessava a história dos homens, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida desta história, ou a uma abstração completa dela. E os autores arrematam, “a própria ideologia não é senão um dos aspectos desta história” (MARX; ENGELS, 1989, p.24).

Conforme Marx e Engels (1989, p.72) “as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual”. Por ser proprietária dos meios de produção, por sua vez dominam a produção espiritual que controlam os que não possuem meios de produção, ou seja, o proletariado. A classe dominante também é produtora de suas ideias através de seus indivíduos (ideólogos) que produzem conscientemente em um determinado período histórico.

Marilena de Souza Chaui (1984), em “O que é ideologia”, afirma que:

um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentemente da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas (CHAUI, 1984, p. 10-11).

Abreviando a origem da ideologia tal como é analisada, debatida e aplicada atualmente, temos que verificar o período em que proporcionou a sua importância no cenário político histórico em que estava sendo gestado o termo ideologia. E é com o Iluminismo que, segundo

Konder (2002, p.20), “tendia a confiar demais no conhecimento. Os iluministas tendiam a acreditar que todas as questões, em princípio, poderiam ser adequadamente resolvidas no plano da teoria, se recebessem um tratamento teoricamente correto”. E completa o autor: “Para eles, era difícil pensar que mesmo as boas teorias precisam, modestamente, se remeter à vida, à ação, à história”.

A história tem comprovado ao longo dos tempos que toda teoria levada a cabo é combatida pela estrutura predominante, principalmente se esta ameaça os interesses da classe dominante. Por sua vez, esta utiliza os meios de repressão para manter a ordem histórica estabelecida até o momento em que se estabeleceu o confronto entre as forças que representam o novo e as forças que representam o antigo.

No caso dos revolucionários iluministas, conforme Konder (2002, p.21), “eles tinham confiança no futuro e tendiam a crer que o poder de persuasão da argumentação racional e a difusão de conhecimentos científicos produziriam efeitos devastadores sobre as bases mais resistentes dos males humanos: a ignorância, o preconceito e a superstição”. Evidentemente, consideramos que a história não é linear. Ela tem seus avanços, mas também, tem seus retrocessos, isto é, seus altos e baixos.

Para Konder (2002, p.21), “no início do século XIX, essa confiança já passava a sofrer abalos provenientes de tumultos históricos, de mudanças sociais e crises políticas inesperadas, desencadeadas pelos acontecimentos e pelas repercussões da Revolução Francesa”. O fato é que, com o desenrolar dos processos revolucionários na Europa, especificamente na França, outras forças (socialistas) revolucionárias interviam e se apresentavam como alternativa diante da realidade dos fatos.

E os ideólogos franceses tendo como base o Livro Elementos de Ideologias, de Destutt de Tracy, publicado em 1801, apresentaram suas concepções ao governante da época, Napoleão Bonaparte. Este repeliu energicamente e ainda acusou-os de cultivarem uma “tenebrosa metafísica”, justamente eles que eram antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos.

Bonaparte afirmou, em 1812, em discurso ao Conselho de Estado, que todas as desgraças que afligiam a França deveriam ser atribuídas à ideologia. Acusando de tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história (CHAUI, 1984, p.24).

E assim, o termo ideologia seria cultivado até alcançar a atualidade. Chaui (1984) explica que, com o fato ocorrido na França napoleônica, invertia a imagem que os ideólogos

tinham de si mesmos, isto é, materialistas, realistas e antimetafísicos e, foram tachados de tenebrosos metafísicos, assim como de ignorantes do realismo político que adapta as leis ao coração humano e às lições da história (CHAUI, 2002, p.24-25).

O interessante nestas colocações acima, se considerarmos a dinâmica da história, observaremos que Chaui (1984) afirma que a posição de Bonaparte era infundada contra os ideólogos franceses, mas se fosse dirigida aos ideólogos alemães, criticados por Karl Marx, não seria. A postura de Napoleão Bonaparte servirá para compreensão do ponto de vista de Marx, ou seja, “o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as idéias e o real”. (CHAUI, 2002, p.25).

Desta forma, conforme Chaui (1984, p.25), “a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das idéias calcadas sobre o próprio real, passa a designar, daí por diante, um sistema de idéias condenadas a desconhecer sua relação real com o real”.

O século XIX marcou a mudança de postura em relação à ideologia, que ora tinha um caráter de ciência para compreender o mundo real. Desse ponto de vista, a ideologia se apresentava de maneira positiva. E quando as ideias dos ideólogos franceses se confrontaram com a posição de Napoleão, ideologia passou a ter um caráter negativo. Segundo Konder (2002, p.23) isso “prevaleceu nas décadas seguintes”.

O fato é que o termo ideologia vai ganhando outros contornos, como ocorreu com o positivista Comte que conservou o princípio da atividade filosófica-científica que estuda a formação das ideias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações e, além de conservar, o positivista acrescenta que a ideologia é também o conjunto de ideias de uma época. (CHAUI, 1984, p.25-26).

Leal (2012, p.24), em seu trabalho Raposa Serra do Sol no discurso político roraimense, tendo como referência Pêcheux (1997, p.166) em relação ao conceito de ideologia, registra duas formas (formação ideológicas e formação discursiva) de ideologias, vejamos: “constitui um conjunto complexo de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflitos umas com as outras”.

Para Konder (2002, p.43), Marx se dedicou “a fundo a estudar construções culturais que ele sabia serem ideológicas, como a filosofia de Hegel, as teorias econômicas de Adam Smith e de David Ricardo ou os romances de Balzac [...]”. Desta forma, apontando as limitações dos ideólogos burgueses. Vejamos uma vez mais Konder: nas obras desses ideólogos, cuja

perspectiva se limitava aos horizontes da burguesia, o pensador socialista encontrava magníficos elementos de conhecimento, que o ajudavam a refletir criticamente sobre a sociedade do seu tempo.

A compreensão também ocorre via posições de ideólogos considerados da classe dominante, no caso do sistema capitalista, a classe burguesa. Demonstrando que suas posições ideológicas não vão além do que interessa aos detentores do poder político-econômico.

Em uma de suas obras considerada um dos grandes clássicos das ciências humanas, O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, segundo Konder (2002, p.43), “Marx enfatizou sua convicção de que frequentemente, em situações decisivas, os indivíduos agem sem intenção criminosa, sem dolo, ao adotar um modo de pensar ideologicamente distorcido”.

Considerado o principal líder da Revolução Russa (1917), o autor de Que Fazer?, Lenin, considerava que havia ideologias reacionárias e ideologias progressistas e que no sistema capitalista, contrapunham-se, fundamentalmente, a ideologia proletária e a ideologia burguesa (KONDER, 2002, p.52).

Conforme Codato (2016, p.316), “em Lenin, ‘ideologia’ é o conjunto de ideias, principalmente política, produto de um grupo ou classe social, que, através desse sistema representa, manifesta, justifica e racionaliza seus interesses”. Já para Gramsci, segundo Codato (2016, p.316), “ideologia indica a totalidade das formas de consciência social ou, de maneira mais direta, visões e concepções de mundo dominantes transformados em ‘senso comum’, e que concorrem para a coesão social”.

Konder (2002, p.52), fazendo referência ao pai do marxismo russo, George Plekhânov, no trato com as obras de arte, afirma que “as obras de arte refletiriam a inserção de seus criadores em suas respectivas sociedades e os valores políticos que os artistas encampavam, isto é, a ideologia”.

Os artistas de artes plásticas quando criam suas obras, geralmente, são portadoras de ideologia conforme a posição social, em que se encontram. Mesmo porque, os criadores não são imparciais diante a realidade dos fatos que ocorrem em uma determinada sociedade. Todos independentemente da profissão que exerça, em geral, expressam uma posição política, ou seja, uma ideologia.

Para Demo (1985, p. 19), “político somos todos nós, pelo simples fato de ocuparmos uma posição qualquer na sociedade, dominante ou dominada. Não precisa ser posição partidária. O cientista social tem tal imbricação no próprio objeto de estudo, com o qual em última instância se identifica”.

Se Demo nos mostra que todo homem é político, independentemente, da sua posição, serve, também, para com a imagem, pois como já foi dito acima, ela não é neutra. Ou seja, a imagem é uma portadora de ideologia. Evidentemente que não podemos esquecer que a imagem pode ser encarada de diversos pontos de vista, as leituras de uma imagem podem ser diferentes. Demo (1985, p. 67) afirma que, “ideologia é um sistema teórico-prático de justificação política das posições sociais”.

Considerando que a sociedade roraimense expressa uma posição contrária aos indígenas, o uso de imagens relacionadas aos diversos povos indígenas que habitam a TI RSS veiculadas pelo CIR (Anna Yakaré), o Porantim e o Vira Volta e, aquelas veiculadas pelo impresso Folha de Boa Vista, Roraima Hoje e o Brasil Norte, podem servir para demonstrar e contribuir para compreender os interesses antagônicos e ideológicos em torno da luta pela terra.

Maria Goretti Leite de Lima, em seu livro, *O índio na Mídia Impressa em Roraima* (2009), cita os jornais Folha de Boa Vista e o Diário como pertencentes à grupos políticos e latifundiários, respectivamente (grupo político do ex-governador do antigo território, Getúlio Alberto de Souza Cruz, que esteve muitos anos ligado ao grupo político do senador Romero Jucá Filho e, o ex-governador do Estado, Ottomar de Souza Pinto, e à sua esposa, a senadora Marluce Pinto) (LIMA, 2009, p.20).

Lima (2009, p.21), em relação a importância da mídia enquanto veículo de divulgação de informação, acrescenta como “instrumento de grande influência ideológica em nossa sociedade. Comprovadamente, a mídia impressa tem exercido um papel fundamental como formadora de opinião, de valores e de estilos de vida de nosso povo”.

Já segundo Xaud Júnior (1999, p,07), “a abordagem e o tratamento dados pela mídia aos episódios que envolveram as questões da demarcação das terras indígenas em Roraima, seus personagens e cenário – fazendeiros, garimpeiros e reservas a demarcar – produziu um fato político de enorme proporções e repercussão internacional”.

Antônio Dias, em prefácio da obra *A Construção da Realidade Macuxi Segundo a Mídia*, de Jamil Moises Xaud Júnior (1999, p.10), registra que “a democracia do acesso à informação é apenas um simulacro porque faz parte da lógica que domina o campo da produção e emissão, e faz com que os “mass media” sejam orquestrados”. Desta forma, podemos considerar que as informações veiculadas nos jornais impressos de domínio da classe dominante eram determinadas pelos detentores do poder econômico para veicular a sua posição ideológica frente os fatos que ocorreram na TI RSS. E Dias acrescenta: “Todos têm acesso à informação, todavia, como o mesmo teor e sem ter como expressar suas dúvidas, sem ter como fazer

perguntas, sem ter como obter respostas”. Se os jornais são um meio de passar a ideologia da classe dominante, significa, que a classe dominada fica sem acessar ao espaço para expor seu ponto de vista diante dos fatos, como eram os indígenas que participaram da luta em defesa da área contínua da TI RSS.

Considerando o domínio dos meios de comunicação por parte da classe dominante, uma minoria da sociedade que utilizou o poder econômico em seu benefício, assim como, para manter a ordem patronal sobre a classe trabalhadora e, os povos oprimidos, no caso em Roraima, os povos indígenas de diversas etnias que habitam a TI RSS, ao longo do tempo, os movimentos sociais foram criando os seus próprios informativos, boletins e jornais impressos, entre eles o jornal Anna Yakaré, Porantim e o Vira Volta, atuando em mundo indígena, em particular da TI RSS. Para o entendimento de mundo, usamos a escrita de Giannotti (1998, p.12), onde afirma que é “o conjunto de valores, idéias, sonhos, práticas, lutas e relações sociais”.

Assim, os povos indígenas através de suas organizações se utilizaram dos seus próprios meios de comunicação como o jornal impresso Anna Yakaré, mas evidentemente, sem o mesmo alcance, pelo menos local, dos jornais patronais, que uma boa parte da população roraimense era atingida, e que expressavam os interesses da burguesia local. Para tanto, os impressos veicularam imagem (fotográfica ou charge) para ilustrar a sua posição político-social e ideológica diante dos fatos que ocorreram na sociedade roraimense.

Xaud Júnior (1999), em seu trabalho A Construção da Realidade Macuxi Segundo a Mídia, enfatiza em diversos momentos em sua obra que ocorreu, durante o processo histórico de Roraima, “a convivência pacífica entre indígenas e não indígenas”. Vejamos: “o convívio entre colonizadores e índios, exceto nos primeiros contatos de aproximação, sempre foi pacífico, em comparação com processos de ocupação de outros países”. (XAUD JÚNIOR, 1999, p.27).

Em uma outra oportunidade, Xaud Júnior (1999, p.40) expressa novamente e reforça a sua posição de que houve uma quebra no panorâmico do mundo pacífico entre indígenas e não indígenas em Roraima, particularmente, no nordeste do atual Estado de Roraima. Então, vejamos:

Ao contrário de todas as previsões calcadas no desenrolar natural do processo de aculturação e integração do índio, em Roraima, o que se constata hoje é um quadro de conflito iminente, oriundo de decisões precipitadas, e equivocadas, que delimitaram as áreas consideradas indígenas, colocando índios e não índios – trezentos anos depois dos primeiros contatos e de pacífica convivência – em confronto direto e inamistoso, com a expulsão de garimpeiros e fazendeiros das áreas pretendidas (XAUD JÚNIOR, 1999, p.40).

Contrariando a concepção de Xaud Júnior, Lima (2009, p.88) afirma que o confronto entre indígenas e fazendeiros ocorre “desde 1917, quando surgiu o primeiro processo de reconhecimento oficial da área como território indígena; mas essa demarcação não ocorreu em virtude de fortes pressões contrárias por parte dos interesses econômicos e políticos regionais”.

Xaud Júnior é mais um dos filhos de família dita tradicional de Roraima. E por ter suas raízes históricas na classe dominante local, aos fazendeiros (latifundiários gigantescos), Xaud Júnior sequer faz alguma crítica e não se afasta da própria história produzida por seus ancestrais, parte das oligarquias latifundiárias predominantes, que dominaram o cenário político-econômico por um longo período da história de Roraima.

Embora faça críticas em relação a postura da Igreja Católica, após o bispo Dom Aldo Mongiano ter assumido os trabalhos em solo de Makunaima, bem como, faz críticas ao governo federal e a presença de interesses de empresas mineradoras estrangeiras no Brasil e, particularmente, em Roraima, apenas defende o histórico familiar.

A família Brasil em Roraima, terra de Makunaima, tem histórico marcado por violência, não somente em relação aos indígenas, mas sim, perpetrada inclusive contra os religiosos da Igreja Católica. Como foram os acontecimentos que ocorreram com os primeiros representantes da Ordem dos Beneditinos, em início do século XX.

O patriarca, coronel Bento Brasil, se negou a repassar os bens da igreja e os livros de contabilidade da propriedade deixados pela ordem anterior que se encontrava na região do rio Branco. E ainda utilizou os atritos que causou com os recém-chegados, por se negarem realizar o batismo onde os padrinhos eram membros da maçonaria criada por Bento Brasil. Este obrigou-os a fazer o batismo. Isto depois de ter arrastados e espancados e, sob a mira de arma de fogo, por agentes do estado, como subdelegado, promotor público e, outro membro da família Brasil, Adolfo Brasil.

A mudança de postura da Igreja Católica em relação aos povos indígenas, principalmente, a partir da década de 1970, provocou hostilidade da classe dominante local.

No entanto, há colocações que merecem a devida atenção, como a preocupação demonstrada em relação aos interesses de países imperialistas em financiar Organizações Não Governamentais (ONGs) em relação à questão indígena no Brasil, em particular em Roraima. Então, vejamos Xaud Júnior (1999, p.22): “A história hoje se repete, em outro cenário e com outros atores, mas, com o mesmo objeto de litígio: a cobiça internacional pela mesma faixa

fronteiriça, desta feita estendendo-se à fronteira com a Venezuela. Mas, de forma mais disfarçada e mais maquiavélica”.

De forma alguma, não podemos descartar a preocupação de Xaud Júnior (1999), mesmo sendo um defensor da tese da “convivência pacífica entre indígenas e não indígenas”, no extremo Norte do Brasil. Afinal, a riqueza imensurável que há na Amazônia há muito tempo despertou interesses de países imperialistas como a França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos. Portanto, consideramos importante frisar tal preocupação em relação à Amazônia, mesmo porque a problemática que envolve a Amazônia diz respeito inteiramente ao povo brasileiro. E desta forma, lutar para fazer cumprir os direitos dos povos indígenas conforme a Constituição Federal de 1988.

Relembrar os anos oitenta em Roraima é fundamental para compreendermos como os trabalhadores desempregados são usados como massa de manobra, para encaminhá-los para as terras indígenas, onde há uma série de minérios, principalmente, o ouro, que provoca uma “febre”. Os capitalistas financiam a ida e os governos fazem vista grossa.

Somente quando o quadro já se apresenta em forma dantesca, os indígenas praticamente, sem forças e nem instrumentos ou ferramentas para impedir o avanço da massa de desempregado, que se movimenta de uma região para outra e, a pressão das organizações indígenas compromissadas com a causa indígena, buscam apoio interno e externo, para pressionar principalmente, o governo federal, o maior responsável em fazer cumprir os direitos constitucionais dos povos indígenas, principalmente, no artigo 231.

Diante do exposto, podemos considerar que o subsolo se encontra comprometido com os interesses de grandes capitalistas ligados à área de mineração. Assim como, podemos considerar que as quatro primeiras condições, das 19 condicionantes, praticamente impediram que os indígenas façam uso da exploração dos minérios em “suas” terras demarcadas e homologadas. Diante da decisão do STF, nos parece que os indígenas continuam sendo tutelados pelo poder central, ou seja, caso os indígenas queiram explorar de alguma forma os minérios em “suas terras” tem que passar pela aprovação do Congresso Nacional.

Precisamos considerar que as 19 condicionantes, formuladas em 2009 num voto em separado do ministro do STF Menezes Direito, estabeleciam uma série de restrições aos direitos indígenas sobre a TI Raposa Serra do Sol. Estas condicionantes, de certa forma, geraram imprevisão e posturas questionadoras. Entre outras dúvidas questionadas nos embargos de declaração que foram julgados, a principal era sobre a abrangência das condicionantes, se valeriam ou não para o conjunto das terras indígenas.

Voltamos ao ponto de grande polêmica que envolve a terra indígena em Roraima.

Vejamos o que assinala Leal (2012, p.191) no que diz respeito ao discurso da fração dominante da sociedade roraimense, onde se apegava ao slogan “Amazônia Patrimônio dos Brasileiros”, que faz parte do papel timbrado da Assembleia Legislativa de Roraima (ALERR), transparecendo que há somente os brasileiros e indígenas “lúcidos”(fração de indígenas pró arrozeiros) que defendem a demarcação em terras isoladas, ou seja, em ilhas. Como se os que defendem a demarcação em terra contínua não fizessem parte do seu próprio país, isto é, fossem contra o Brasil. Vejamos Leal:

Enquanto temos no slogan o que pode e deve ser dito nessa posição, na sequência recordada do dizer em análise, temos o que pode, mas não deve ser dito, devido não só à sua proposição explícita de separação entre índio e brasileiro/oraimense, mas também à contradição em relação à memória a que se filia esse dizer. Memória essa que ecoa a convivência pacífica secular entre índio e não índio; a ausência de conflitos políticos; o índio dado somente como ingênuo e manipulado por organismos internacionais (LEAL, 2012, p.191).

O slogan presente no papel timbrado da ALERR reflete exatamente a ideologia utilizada para imprimir aos demais que a Amazônia é de todos os brasileiros. Considerando que há milhões de brasileiros sem acesso a um metro quadrado de terra, muito menos acesso à terra para plantar e produzir seus próprios alimentos, assim como há milhões de brasileiros sem onde ter que morar. Como poderia tal slogan ser um reflexo da realidade brasileira?

O latifúndio tem acompanhado historicamente a história do Brasil, um dos grandes problemas que o país enfrenta. Em regiões que se formaram de maneira predominante o latifúndio, em que representa a concentração de terra nas mãos de uma minoria, provoca a marginalização de diversos povos indígenas a beira de estradas federais ou estaduais. Roraima, também não foge a regra. Sua história, também envolve a presença do latifúndio, sendo que, os indígenas conquistaram a homologação de suas terras, porém, são alvos de empresas madeireiras e mineradoras. Em contrapartida, é natural que haja reação por parte dos indígenas, principalmente, da TI RSS.

Os jornais de propriedade da classe dominante, citados como fontes de pesquisa do período do trabalho em tela demonstram claramente seus posicionamentos políticos frente aos fatos que ocorreram durante os conflitos que envolveram os indígenas da TI RSS, quando enfrentaram os arrozeiros.

As posturas políticas carregadas de preconceitos, estereótipos e discriminação em relação aos indígenas e os ataques às instituições públicas, principalmente, quando não as serviam aos seus interesses, estão presentes nas charges publicadas e veiculadas pelos jornais

ligados aos interesses das oligarquias em Roraima.

Em geral a TI RSS é apresentada como um barril de pólvora preste a explodir, e seus agentes explosivos são os indígenas favoráveis e os contrários a terra em área contínua, os arrozeiros, os membros da Igreja Católica e os representantes das ONG's. Estes últimos acusados de serem financiados por países imperialistas e apontados como os manipuladores dos indígenas favoráveis a terra em área contínua. Já a presença da PF e a FNS acusadas de serem parciais em sua atuação na TI RSS. A charge abaixo, expressa bem o dito acima.

Vejamos alguns exemplos de charges veiculadas no jornal impresso folha de Boa Vista:



Figura 14 – prazo sem “fim”.

Fonte: charge veiculada em jornal folha de Boa Vista.

A charge veiculada acima, mostra os personagens envolvidos na questão da TI RSS. Em um barril com pólvora preste a explodir, expressando a situação terra indígena em questão. Os personagens como os indígenas que são a favor e os indígenas que são contra a demarcação em área contínua da TI RSS, também mostra os setores não governamentais como a Igreja Católica e as ONG's, assim como os arrozeiros e fazendeiros que se encontravam na TI RSS. Completando, as forças policiais do governo federal na figura da PF e FNS.

Figura 15 – indígenas versus indígenas.



Fonte: charge do jornal folha de Boa Vista

A charge apresenta como o principal causador de discordia entre os indígenas da TI RSS, o governo federal. Lembrando quem governava o Brasil era Luiz Inácio Lula da Silva (PT e seus aliados). Lula foi o presidente que assinou a Homologação da TI RSS, pois o governo anterior (FHC do PSDB) não quis assinar, passando o problema pra frente.

Figura 16 – INCRA – e seu punhal



Fonte: charge veiculada em jornal Folha de Boa Vista

As charges, assim como as imagens fotográficas presentes em jornais do período

supracitados, podem ser utilizadas em atividades envolvendo a descrição, interpretação ou mesmo significação das mesmas. Desta forma, contribuir para o entendimento dos conflitos que envolvem a TI RSS em sala de aula da disciplina de História.

Roberto Ramos Santos, ex-reitor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), em prefácio da obra, *O Índio na Mídia Impressa em Roraima*, de Maria Goretti Leite de Lima (2008, p.13) fazendo referência aos massacres, questões fundiárias e a demarcação da área contínua da TI RSS, afirma que, “edificar reflexão acerca da maneira como tais notícias estão sendo divulgadas é tarefa de suma importância, pois os meios de comunicação influenciaram diretamente no posicionamento e na atitude das pessoas”.

Em relação a charge veiculada em jornal impresso de propriedade da classe dominante local, percebe-se que ocorreu alteração, isto é, uma leve modificação quando da veiculação da imagem indígena. Se nas décadas anteriores como a década de 1990, onde o indígena era apresentado como incapaz e manipulado ao bel prazer da Igreja Católica e ONG's, podemos observar a presença do indígena questionador e, nem tanto manipulado, mas sim, desafiando aqueles que atentam seu mundo, ou seja, o seu modo de viver. Como bem destacou Lima (2009).

Lima (2009, p.100) chegou à conclusão de que as imagens (charges) que foram veiculadas em jornais pesquisados queriam mostrar “um índio manipulado e alienado, levado a praticar atos criminosos pelas próprias instituições governamentais”. Vejamos algumas das charges:

Figura 17 – indígenas “robotizados”



Fonte: Charge veiculada em jornal Folha de Boa Vista, 30/01/95. Crédito: Marco. In Lima (2009).

Figura 18 – Igreja Católica “comanda”



FONTE: Folha de Boa Vista, 30/12/96.

Fonte: Charge veiculada em jornal Folha de Boa Vista, 30/12/96. Crédito: Marco. In Lima (2009).

Figura 19 – FUNAI – “manipulando”



FONTE: Folha de Boa Vista, 15/04/93.

Fonte: Charge veiculada em jornal Folha de Boa Vista, 15/04/93. Crédito: Flávio. In Lima (2009).

Lima (2009, 100), em leitura de charge veiculada em jornal Diário de 1995, retratando conflito entre indígena e garimpeiro, mostra a reação do indígena via violência contra o garimpeiro. Isto é, um olhar diferente das charges anteriores que mostravam o indígena permanentemente manipulados por outros agentes. Segundo Lima, “a cena retrata a preparação de atos violentos para serem praticados tanto por índios como por garimpeiros. A idéia do

charge é mostrar que o índio deixou de ser vítima e passou, agora, a tomar atitude autônoma e enfrentar a invasão de garimpeiros sem o apoio da FUNAI”.

Figura 20 – indígena versus garimpeiro



FONTE: O Diário, 10/11/95.

Fonte: Charge veiculada em jornal O Diário, 10/11/95. Crédito: Flávio. In Lima (2009).

Fechando a sua conclusão, Lima (2009, p.100) afirma: “a charge mostra duas forças se digladiando: o índio querendo fazer valer o seu direito já garantido na Constituição Federal [...] e o capitalismo extrativista invadindo as terras indígenas para a exploração mineral por meio do seu órgão pronto já organizado – a Associação dos Garimpeiros”.

Tal colocação reforça a posição de que os indígenas foram, e continuam sendo, os protagonistas de sua própria história. Desta forma, contribuindo para desnaturalizar, assim como combater os preconceitos, os estereótipos e a discriminação em relação aos indígenas.

Mas, as imagens vão além das ideologias, carregam informações a serem interpretadas. Estas informações estão relacionadas a uma determinada época, assim como repassar informações sobre vestimentas, faixas com palavras de ordem, propagandas, sejam políticas ou não, demonstrar as feições das pessoas presente em uma determinada fotografia. Além de mostrar aspectos tecnológicos de épocas anteriores a nossa, ou seja, mostrar um mundo totalmente diferente do nosso, mas de certa maneira estamos ligados a elas.

A carga ideológica presente nas imagens veiculadas nos jornais impressos de propriedade de grupos políticos ou oligarquias da classe dominante em Roraima, ou mesmo nas imagens divulgadas pelo CIR (Anna Yakaré) e seus apoiadores, demonstra o antagonismo existente na sociedade roraimense, um reflexo do sistema predominante, o capitalismo.

As imagens, sejam elas fotografias ou charges, como é o caso dos jornais de propriedade de setores da classe dominante em Roraima, geralmente veicularam charges com caricaturas dos indígenas de forma pejorativa, com o intuito de desclassificá-los, discriminá-los de maneira sórdida. Na outra ponta, os jornais que apoiaram a luta dos povos indígenas da TI RSS, que buscaram o apoio, seja interno ou externo em defesa dos seus direitos constitucionais, também demonstram seu posicionamento político-ideológico através das charges.

No próximo capítulo vamos tratar do ensino da disciplina de História. Compreender as mudanças ao longo dos tempos. E como a imagem foi sendo inserida como material didático pedagógico, superando o papel de ilustração de textos escritos.

No caso da imagem (fotografia ou charge) relacionada aos indígenas da TI RSS, como ela pode ser inserida em sala de aula da disciplina de História do nono ano do ensino fundamental II. E como superar as barreiras da Lei Federal de número 11.645, de 10 de março de 2008, que garante a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas escolas públicas e privadas do Brasil.

### 3 A CONTRIBUIÇÃO DAS IMAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Nesse capítulo vamos descrever e fazer algumas considerações sobre o ensino de História e a contribuição das imagens (fotografia e charge), em particular as relacionadas aos indígenas da TIRSS, garantido na Lei Federal 11.645/2008, visando compreender e propor atividades que possam contribuir para superar os desafios em utilizar as imagens em aula de História. Contaremos, principalmente, com o auxílio dos trabalhos das professoras Circe Maria Fernandes Bittencourt (2009), Marta de Souza Lima Brodbeck (2012) e Thais Nivia de Lima e Fonseca (2004), entre outros que tratam de estudos relacionados ao ensino de História e os métodos utilizados na utilização de imagens a serem aplicados em sala de aula da disciplina de História, bem como fazermos algumas considerações em relação aos obstáculos da aplicação da Lei Federal que garante a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

#### 3.1 A ORIGEM DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

A independência política do Brasil frente ao domínio português não se deu de forma pacífica, como aparenta ter sido, ou mesmo, um “acordo por cima”. Ocorreram diversas revoltas nas províncias do Nordeste e Norte do Brasil. Dom Pedro teve que agir de maneira enérgica e, ao mesmo tempo tomado empréstimos a Inglaterra e contratando mercenários para garantir o domínio, isto é, a unidade territorial da quase totalidade do atual território nacional.

Feito a “pacificação” do país, havia necessidade por parte da classe dominante de se colocar na ordem do dia, conforme Thais Fonseca (2004, p.46): “a questão da identidade no centro de suas reflexões sobre a construção da nação, o que as levou a considerar detidamente o problema da mestiçagem, visto na sua perspectiva mais preocupante, isto é, aquela que envolvia a população afro-brasileira”. Para tanto, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, contribuiu à medida que organizou um concurso para escolher os escritos que atendessem aos objetivos das preocupações da classe dominante brasileira.

Pois é desta preocupação que se criara o mito das “raças” que formaram a atual população brasileira, que se encontra presente nos discursos até os dias de hoje. No entanto, se faz necessário considerar como se organizou este início de história do Brasil, tendo como fio condutor a educação, via o ensino de História.

Realizado um concurso para que se pensasse em como escrever a história do Brasil o ganhador foi o alemão Karl Philipp Von Martius, preconizando exatamente a fusão das três

“raças” como fundadora da nacionalidade brasileira. Evidentemente, tendo o elemento europeu (branco) como o condutor principal da historicidade brasileira e as demais etnias como figurantes.

Considerando o retorno dos religiosos ao cenário da educação após o fim da governança Pombal, é importante afirmar que a presença da Igreja Católica, de forma permanentemente, se constituiu num braço ideológico do estado nacional brasileiro até Proclamação da República. Daí a presença da “História Sagrada”, ladeada com a “História Universal” e a “História da Pátria”, nos currículos educacionais.

Conforme Fonseca (2004, p.43), a luta no interior da classe dominante se expressa nas correlações de forças entre aqueles que tentaram imprimir a sua concepção de mundo: “de certa forma, os confrontos políticos e sociais que ocorriam então no Brasil, envolvendo os liberais e os conservadores, o Estado e a Igreja”. Esta luta expressava de certa maneira, qual a concepção a ser levada a cabo na educação brasileira, em particular, no ensino da disciplina de História.

Podemos observar que a disciplina de História passou a fazer parte do currículo e ocupando a dupla função de emplacar o civilizatório e o patriótico, dessa maneira forjar um cidadão patriota via a “História da Pátria” acompanhada com a “História Universal”, isto é, a “história da civilização”. Assim, os conteúdos dessas histórias enfatizavam a história de um passado homogêneo, aliado aos feitos heroicos de personagens que representam os interesses da classe dominante.

Os feitos históricos e seus personagens passaram a fazer parte da disciplina de História no ensino regular, marcadamente por aulas de fatos históricos pontuais com a presença de símbolos nacionalistas carregado com forte caráter ideológico. A história tradicional apresentava um entendimento positivista das análises apoiadas em documentos oficiais, enfatizando principalmente fatos de ordem política e exaltando os feitos dos generais e dos estadistas, excluindo personagens que identificavam a luta dos povos indígenas e da classe trabalhadora.

O processo do ensino de História, desde o século XIX, tem passado por diversas situações, sempre se adequando ao período histórico. De lá para cá, se estruturou com as demais disciplinas fundamentais do ensino brasileiro como parte dos estudos das primeiras escolas públicas, porém voltado ao chamado nível médio e, ao mesmo tempo inserido no ensino superior do país.

Passaram-se quase um século para que ocorresse a formação dos profissionais em História, ocorrendo o mesmo em relação aos estudos históricos, surgindo uma série de

questionamentos em relação ao fato ligado ao próprio processo histórico do Brasil. Ocorreram diversas pesquisas buscando informações para que houvesse reflexões a respeito dos questionamentos relacionados ao ensino de História (BITTENCOURT, 2009, p.33-34).

A História e as demais disciplinas andaram lado a lado, no transcorrer do tempo, fazendo parte do sistema educacional, embora passando por modificações constante. No entanto, ao longo dos tempos a imposição de uma concepção de conhecimento que atenda aos interesses da classe dominante se fizera presente desde o século XIX, sem considerar o período anterior dominado totalmente pelos jesuítas, com exceção o período pombalino. Desta forma, temos a escola como instrumento de manutenção da ordem burguesa e das mazelas sociais expressa na divisão de classes e mantendo uma estrutura verticalizada da sociedade sob o controle da classe dominante.

A estrutura de classes sociais foi sendo imposta ao novo mundo, sua origem, na Europa, alcançou o Brasil, praticamente até os dias de hoje. O mesmo podemos afirmar em relação ao ensino tradicional desenvolvido, isto é, a divisão de grandes períodos históricos ( História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea) e, no Brasil, além da divisão tradicional, adicionou a História da América e História do Brasil. E nas universidades originou as áreas especializadas em cada período da divisão tradicional. Esta divisão tradicional atingiu também o Ensino Fundamental e o médio, principalmente, via o livro didático (BITTENCOURT, 2009, p.48).

O livro didático transparece ser uma espécie de intermediário entre o saber acadêmico e o escolar, visto que diversos trabalhos acadêmicos viram livros e passam a fazer parte da historiografia. pois sua estrutura de conteúdo remonta aos trabalhos acadêmicos de maneira sintetizada e trabalhada em sala de aula da disciplina de História. Embora haja um distanciamento entre os centros universitários e as escolas, se faz necessário a aproximação e, precisando aperfeiçoar o conhecimento de origem acadêmico, devido a sua quantidade, bem como, contemplando as especificidades de cada Estado e município e, favorecendo a melhoria do ensino de História.

Diante do exposto acima, segundo Bittencourt (2009, p.49) em relação entre o conhecimento acadêmico e o escolar se faz necessário fazer modificações no currículo do ensino fundamental e o médio, conforme as recentes propostas de ensino temático que passa também por mudanças no currículo de nível superior. Enfim, a História escolar tem um perfil próprio, mas há uma relação entre elas.

Os estudos relacionados ao processo de constituição da História como disciplina escolar no Brasil, desde o século XIX, eram voltados para a política e a cultura (FONSECA, 2004,

p.32). Desta forma, as pesquisas feitas nos últimos vinte anos focaram em programas curriculares e no livro didático, buscando compreender a utilização do ensino de História pelo Estado e pelas elites detentoras do poder, bem como associar à ideologias ou determinados programas políticos. Os estudos também, preocupam-se entender as vinculações entre o ensino de História e a trajetória da historiografia. Além das ideias políticas e ideologias, também se centrou no “imaginário e representações, presentes na constituição histórica da História como disciplina escolar, além daqueles que percorrem o processo de construção da História como conjunto organizado de saberes para o seu estudo na escola, com todos os elementos que o confrontam”. Esses estudos também destacam os períodos de maior intervenção por parte do Estado na educação brasileira, que foram os períodos de ditaduras como de Getúlio Vargas e a Ditadura Militar. (FONSECA, 2004, p.33).

O ensino brasileiro apresenta uma variedade de reformas. Vejamos as que ocorreram no período Vargas, com as reformas Francisco Campos e a Gustavo Capanema. Segundo Thais Fonseca foram as reformas,

que promoveram a centralização das políticas educacionais e colocaram o ensino de história no centro das propostas de formação da unidade nacional, consolidando-a, definitivamente, como disciplina escolar. A partir desse momento, não mais deixaram de haver programas curriculares estruturados, com definição de conteúdos, indicação de prioridades, orientação quanto aos procedimentos didáticos e indicação de livros e manuais. A Reforma Francisco Campos, de 1931, promoveu a centralização no recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública e definiu programas e instruções sobre métodos de ensino. Isso retirava das escolas a autonomia para a elaboração dos programas, que passavam a ser de competência exclusiva do Ministério. Essa centralização significava, na prática, a unificação de conteúdos e de metodologias, em detrimento de interesses regionais (FONSECA, 2004, 52).

Consideramos também a reação por parte dos profissionais em História, os professores, principalmente, os que eram comprometidos com as mudanças no ensino de História no Brasil. A reforma de Francisco Campos definiu a História do Brasil e a da América. Aqui podemos identificar o momento que a história nacional e a local ou regional passaram a ser espremidas ou empessadas, isto é, perdendo espaço e tempo para a “História da Civilização”. Sendo de fato diluída como observaram os professores que fizeram a crítica em relação ao fato. Conforme Thais Fonseca (2004, p.53) anotou: “Para eles, na prática, a História do Brasil teve seu espaço reduzido, pois estava diluída na história da Civilização e com a sua carga horaria diminuída”. Este fato observado e reclamado por parte dos professores de História são tentativas de menosprezar a própria História do país, por parte da classe dominante que sonhava e sonha ser europeia. Servindo também para denunciar a predominância do eurocentrismo como referencial ao ensino da História no Brasil. Muito presente em sala de aula dos dias de hoje.

Em relação a Reforma Gustavo Capanema (1942), que reintroduziu a História do Brasil

como disciplina autônoma e confirmou seu objetivo fundamental a formação moral e patriótica, pouco se diferenciou da reforma anterior, os fundamentos permaneceram, ou seja, como a concepção da construção nacional alicerçada a partir das noções de pátria, tradição, família e nação contribuiriam para o espírito do patriotismo e da participação consciente. O mesmo ocorrendo com matizes de origem da História Sagrada, forma mantida estratégicamente para agradar a Igreja Católica, afinal, naquele momento o povo brasileiro em sua esmagadora maioria era católico.

Para Thais Fonseca (2004, p.34-35) o período Vargas em geral é alvo constantes de estudos com a preocupação com os processos de construção de uma cultura escolar em relação ao ensino de História, assim como em fazer análises das práticas cotidianas envolvendo o ensino, que ainda se verifica nos dias de hoje. Fonseca (2004) destaca também, nesses estudos, uma maior diversidade de fontes, como a documentação escolar manuscrita ou impressa, revistas e jornais, iconografia, material de propaganda, livros didáticos, literatura, além da já tradicional documentação oficial como relatórios, programas curriculares e legislação (FONSECA, 2004, p.34-35).

Podemos considerar assim, que os estudos que tiveram a preocupação acima, em relação a classe dominante e o uso do Estado, demonstraram que o avanço ou as tentativas de melhorar a educação no Brasil foram impedidas pelas ditaduras para que não operassem as mudanças significativas nas estruturas construídas no ensino brasileiro, muito menos nas estruturas sociais, principalmente, no período da ditadura militar no Brasil, provocando o exílio de brasileiros como de Paulo Freire.

Nunca é demais lembrar que no período da ditadura militar a História foi tratada como uma disciplina perigosa, subversiva. Reintroduziram Estudos Sociais, Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), para substituir a Disciplina de História. Uma situação que se aplica constantemente quando instala-se a crise do sistema predominante e a classe dominante trata logo de manter o controle via golpe de estado e acompanhada com a propaganda ideológica em nome da “família, da pátria e Deus”.

Ao longo da história do ensino de História no Brasil, principalmente na década de 1980, no apagar das luzes do período da ditadura militar, em que se discutia a substituição dos Estudos Sociais pelo retorno da História e da Geografia, apareceram diversos estudos, em grande parte visando analisar a disciplina de História demonstrando a ideologia e como o poder institucional utilizava e manipulava em favor dos interesses da classe dominante.

Fonseca (2004, p.33-34), em relação as pesquisas, diz que estes períodos tiveram uma maior diversidade de fontes de pesquisa, exigência da definição de objetos e de formas de

abordagem, assim como, utilizaram documentos escritos diversos, como livros didáticos, programas curriculares, legislação, relatórios e estatísticas oficiais, revistas e jornais, documentação escolar manuscrita e impressa, e também de documentação iconográfica, além de depoimentos orais (FONSECA, 2004, p.33-34).

Conforme Brodbeck (2012, p. 8), “o ensino de História como disciplina escolar foi fortemente influenciado pelo contexto histórico. Até metade do século passado, as aulas de História eram baseadas na memorização e repetição oral de textos escritos”.

Mantendo o caráter tradicional do ensino de História, acompanhada de outros elementos que compõe ou contribuíram para manutenção da disciplina, como a questão dos conteúdos a serem ministrados, a metodologia a ser aplicada e os objetivos a serem alcançados, ainda nos dias de hoje se houve falar em memorizar, bem como que basta decorar o assunto ministrado em sala de aula da disciplina de História para aprender a história do país.

Isto nos lembra a prática dos métodos mnemônicos. Conforme Circe Bittencourt (2009, p.69), “os métodos de ensino baseados na memorização correspondiam a um entendimento de que ‘saber história’ era dominar muitas informações, o que, na prática, significava saber de cor a maior quantidade possível de acontecimentos de uma história nacional”. Ou seja, não havia nenhuma preocupação em analisar ou compreender de fato os acontecimentos importantes da História Nacional. No entretanto, não podemos esquecer que a estrutura montada do ensino nacional e, em particular do ensino de História, não é uma construção natural, mas sim carregada de ideologia e de interesses de classe, isto é, da classe dominante.

Os currículos aplicados em sua grande maioria em escolas no período da ditadura militar, em especial nas escolas públicas, não eram direcionados para análise e reflexão, sendo a Disciplina de História uma veia de apresentação de sucessão de fatos históricos, sem realizar a contextualização dos acontecimentos históricos. Acabava dessa forma, no fosso da memorização dos fatos históricos, desconsiderando as relações da diversidade brasileira e desprezando até mesmo o tempo e espaço onde ocorria a História.

A crise do petróleo na década de 1970, precisamente em 1974, provocou a crise na ditadura militar, principalmente, com os cortes de empréstimos que mantinham em alta o ufanismo brasileiro. E a classe trabalhadora, entre outros setores oprimidos, como os povos indígenas, se chocaram contra a ditadura militar, contribuindo com seu fim em 1985.

Thais Fonseca (2004, p.59-60) expressa que a partir da metade da década de 1980, já ocorria “intenso debate em São Paulo, envolvendo o governo (secretaria de Educação), os professores da rede pública de ensino, a imprensa, a indústria editorial, em torno das diversas propostas apresentadas para a reformulação do ensino de História naquele Estado”.

O período final da década de 1980 e o início da década de 1990 demonstrava claramente a ânsia de mudança em relação ao ensino de História no Brasil. Os debates bastante acalorados são visivelmente observados. Vejamos: “os embates defrontaram posições políticas distintas – à esquerda e à direita –, pois o projeto era, para uns, extremamente radical, “ultra politizado” e “ultra-sociologizado”; para outros era adequado à construção de uma sociedade democrática” (FONSECA, 2004, p.60).

Além de São Paulo, Minas Gerais também colocou proposta que fizeram parte de livros didáticos:

mesmo que não ocorresse uma adoção literal do programa mineiro, seus princípios básicos serviam de orientação às novas coleções, como a integração entre as histórias do Brasil e Geral, a organização dos conteúdos pela cronologia dos modos de produção (das comunidades primitivas ao modo de produção capitalista), ou o uso de conceitos e expressões próprias do marxismo (FONSECA, 2004, 60).

Começou a surgir uma série de modificações em relação à educação com a volta das disciplinas de História e da Geografia, logo após o fim da ditadura militar no Brasil. Os movimentos sociais que derrubaram a ditadura militar favoreceram a liberdade e grandes possibilidades para se refletir e realizar críticas em relação aos fatos, que ocorreram no período anterior e possibilitaram a volta da disciplina de História e Geografia, cada uma em seu campo de atuação. Assim, retomando o objeto de estudo de cada uma.

A disciplina de História em sala de aula retomava a cumprir sua função, pelo menos no campo teórico, deixando de lado o método decorativo em relação as datas e nomes de personagens históricos e abriam-se caminhos para possibilidades de reiniciar a construção do conhecimento com as experiências vividas.

Paulatinamente, retomaram as pesquisas que irão enriquecer os currículos de maneira diversificada relacionadas ao social, a cultura, ao cotidiano, a mentalidade, entre outras tendencias historiográficas. Criando desta forma, possibilidades de novos olhares em relação a abordagem da História Tradicional, que tinha tomado conta das aulas de história nas escolas.

Em uma vez mais, Thais Fonseca (2004, p.66) contribui para o nosso entendimento em relação ao ensino de História:

É importante salientar que a disciplina escolar História, embora mantivesse parte considerável de suas características de origem – desde que se constituiu como tal no século XIX -, incorporou de forma cada vez mais explícita a preocupação de professores, autores de livros didáticos e elaboradores de programas com a sintonia entre o saber científico e o saber escolar. Isso significa dizer que, para muitos, a qualidade do ensino de História ministrado nas escolas estaria diretamente relacionada à capacidade desta disciplina em levar para os ensinos fundamental e médio as discussões historiográficas mais recentes em curso no Brasil (FONSECA, 2004, p.66).

Na década de 1990, os questionamentos e as análises em relação ao predomínio do referencial europeu, ou seja, o eurocentrismo na disciplina de História no Brasil, inicia o processo que busca mudar esse parâmetro, sem perder de vista a contribuição dos conhecimentos introduzidos pelos europeus nas terras Brasilis.

O processo de debate em torno da questão das mudanças no ensino de História partiu da região Sudeste, onde se encontra os Estados mais populosos e desenvolvidos em termos capitalista no Brasil, ou seja, os grandes centros urbanos do país. Embora tenha começado em São Paulo, mas a expansão da divulgação via livros didáticos partiu de Minas Gerais e atingiu outras regiões do país.

No entanto, em Minas Gerais os debates se aprofundam, cada vez mais, assim, se tornando o local de síntese dos anseios de mudanças no ensino de História. Abriu-se também uma espécie de rota de lucro para editoras de livros didáticos, que buscavam avidamente abocanhar esse filão de “ouro”. E assim passaram a contratar profissionais identificados com a nova perspectiva do ensino de História no Brasil, desta forma, estava dada a largada aos editores de livros didáticos.

A síntese alcançada por Minas Gerais, que condenava abertamente o programa tradicional e suas metodologias de trabalhos e seus materiais didáticos, avançou em operar o sentido inverso do ensino de História, outrora levado a cabo pela classe dominante via a ditadura militar, que se apoderou a partir de início de abril de 1964.

Estava colocado na ordem do dia, a seleção e a estruturação dos conteúdos, novas metodologias de ensino, assim como, mudança na postura por parte dos professores em relação à concepção da disciplina de história e da própria Educação e suas funções sociais. Visando dessa forma uma História “mais crítica, dinâmica, participativa, acabando assim, com a História linear, mecanicista, etapista, positivista, factual e heróica”. E de todo esse processo de debate sobre a mudança de rumo que o ensino de história deveria tomar, ficou decidido que seria uma História “enquanto ciência, que possui um objeto e um método próprio de estudo, e de que o ensino dessa ciência requer um novo método e uma nova visão do seu conteúdo” (FONSECA, 2004, p.62).

Toda essa motivação expressa nas posições de busca pela mudança no ensino de História fazia parte de um contexto bastante efervescente em termos políticos. Afinal, fora mais de vinte (20) anos, desde o golpe militar de 1964 no Brasil. Um período macabro para muitos que enfrentaram a ditadura militar. Nestes termos os que lutaram para contribuir com a devida mudança no ensino de história do Brasil, rompendo com o predominante ensino tradicional e

eurocêntrico, estava posto para aquele momento histórico do país.

Momento em que se elaborou um programa tendo como eixo metodológico, segundo Thais Fonseca (2004, p.62), com base na “análise das sociedades humanas, ao longo do tempo, através da percepção do trabalho humano, socialmente necessário e coletivamente construído, que determina e, ao mesmo tempo, é determinado pelas formas de organização social, política e ideológica dessas comunidades”. Percebemos que o programa de fato propõe romper com o programa tradicional que predominava por um longo período histórico do Brasil.

Vamos abrir um pequeno espaço para lembrarmos algo que parece ser muito óbvio, considerando o que foi registrado em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx (2020, p.30), que “os seres humanos fazem sua própria história, mas não fazem de maneira voluntaria, não sob circunstâncias encontradas, dadas e legadas de maneira direta”, ou seja, de certa forma não depende da vontade individual, mas sim, das correlações de forças que agem em sociedade. Lembrando a luta travada pelos professores contra a manutenção da abordagem da História Tradicional, mas também de enfrentamento contra a ditadura militar. Muitos se apoiavam em tendências ligadas ao pensamento socialista.

Era razoável que os termos como materialismo histórico, modos de produção, luta de classes, classe dominante, excedente, relações sociais, entre outros termos que se identificavam com o marxismo e, fossem propostos como conceitos para analisar a sociedade, os fatos históricos de um ponto de vista crítico, estivessem presentes durante aquele período histórico do Brasil. À medida que o movimento de luta se estabeleceu e, a renovação foi abrindo espaço para outras influências que tomaram corpo, como foi o caso da “Nova História” e, uma vez mais suas raízes estavam em França. Ironia ou não da História, o fato é que demonstra a complexidade de romper totalmente com o eurocentrismo.

A partir da segunda metade da década de 1990, outras tendências se fizeram presentes, como a história das mentalidades e a história do cotidiano, consideradas inovadoras no campo do ensino de história e, de certa forma, permanecem até os dias de hoje. Estas tendências passaram a fazer parte dos Parâmetros Curriculares nacionais (PCNs) para o ensino fundamental. Praticamente, essas duas tomaram espaços cada vez maiores. Enquanto as demais perderam espaços, devido a própria contextualização histórica de fins da década de 1980 e início da década de 1990, marcadas por grandes acontecimentos como a queda do muro de Berlim e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

De certa forma, os acontecimentos que ocorreram na Europa respingaram também no Brasil. Acabou causando uma grande confusão no meio do movimento que lutara por mudanças no ensino de História, principalmente, afetando aqueles que tinham ligações com a esquerda,

ou seja, com as tendências socialistas no Brasil. A confusão causada no movimento de luta levou uma grande parte a migrar para uma outra tendência que estava tomando corpo, a história cultural.

Em década de 1930 ocorreu um esvaziamento de intelectuais alemães, em virtude do nazismo. Para Peter Burke (2008, p.26), “em Londres e EUA com a diáspora dos intelectuais alemães, desperta-se para os estudos sobre a relação de cultura e sociedade”. E um dos expoentes mais conhecidos da História Cultural é Roger Chartier vinculado à quarta geração da Escola dos Annales, renomado da História dos Livros. Esta nova tendência encontra-se presente nas universidades brasileiras.

Observamos uma vez mais, como é complexo romper umbilicalmente com a Europa (eurocentrismo), por isso, a necessidade de modificar não exatamente a concepção de mundo a ser construído a partir das experiências vividas em continente europeu, mas sim, o ângulo do olhar, isto é, pelo lado anverso, em outras palavras, a partir da chegada e, não da origem da partida. Os europeus a partir das chamadas grandes navegações, iniciaram um processo de conquistas pelo litoral africano até atingir as Índias. Em 1492, conseguem atravessar o mar tenebroso (Oceano Atlântico), atingindo a atual América Central. Enfim, em 1500 aportam na atual América do Sul. Poderíamos iniciar a história do Brasil a partir do que havia, ou seja, as diversas etnias do Caburaí ao Chuí. Mesmo não havendo a escrita entre os diversos povos que habitavam, mas os estudos feitos na área da antropologia, arqueologia, principalmente, podem contribuir para reconstruir uma história pelo anverso do que manda a divisão tradicional da História. Há uma diversidade de provas materiais como fósseis de animais e de humanos, objetos de cerâmicas, instrumentos de pedras como as machadinhas, pinturas em cavernas e em rochas ao ar livre, isto é, as pinturas rupestres.

Na sequência vamos tratar da contribuição das imagens, principalmente, da imagem fotográfica e da charge, que eram comuns em jornais impressos em Roraima. Estas imagens são fontes, bem como podem ser recursos didáticos a ser utilizadas em sala de aula da disciplina de História.

### 3.2 A CONTRIBUIÇÃO DAS IMAGENS: FOTOGRAFIA E A CHARGE

A utilização de imagem (fotografia e charge), como recurso didático em sala de aula da disciplina de História, aparece constantemente ao longo da sua estruturação. Conforme Circe Bittencourt (2009, p.295), “os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, suportes fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem”. Desta forma,

“são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina – no nosso caso, da História” (2009, p.296).

Consideramos de suma importância desenvolver trabalho utilizando recursos didáticos como a imagem no ensino de história, criando possibilidade de melhorar e contribuir indicando métodos de ensinar via a iconografia.

Nesse sentido é que estamos desenvolvendo esse trabalho com imagens (fotografia e a charge) presentes em jornais como o Anna Yakaré, Porantim, Vira Volta, Folha de Boa Vista, Roraima Hoje e Brasil Norte, na perspectiva de contribuir com o entendimento da luta dos indígenas da TI RSS, em um período de muita tensão no nordeste do Estado de Roraima, na disciplina de História do nono ano do ensino fundamental II. Com a convicção de que ao utilizarmos a imagem como recurso pedagógico, contribuirá para melhorar a aprendizagem dos estudantes, bem como, para elevar a consciência em relação aos fatos ocorridos na TI RSS.

A presença constante de imagem em livro de história já se fez sentir na Pequena história do Brasil, de Joaquim Maria de Lacerda (1911, p.34), tratando da representação da morte do primeiro bispo da Bahia e seus companheiros, exaltando dessa forma a bravura, a coragem dos heróis-mártires. (BITTENCOURT, 2009, p.63). No entanto, nesse livro de Lacerda não há nenhuma preocupação em relação a gravura, nem análise, nem identificação do autor, ou seja, nem mesmo a contextualização do fato ocorrido. Simplesmente relata o acontecimento histórico.

As reformas do sistema de ensino nos períodos de 30 e 40 do século XX, como a Reforma de Francisco Campos, recomendava e estimulava o uso de recursos didáticos visuais com objetivo de atender as curiosidades natural dos estudantes pelas imagens (FONSECA, 2004, p.52-53). Uma vez mais, sem nenhuma preocupação em utilizar a imagem como material didático, empregando uma determinada metodologia frente a imagem. Podemos considerar que na época, a imagem tinha simplesmente um caráter figurativo, ou seja, uma ilustração que fazia parte do texto escrito.

Já em meados do século XX, em pleno período da ditadura Vargas, predominava a concepção do civismo e do moralismo, estabelecendo a relação entre a política e a religião, uma ocorrência extremamente presente ao longo da história do Brasil, mesmo depois da “separação” entre o Estado republicano e a Igreja Católica. Esta na maioria das vezes, se mantinha ao lado da classe dominante, em detrimento da classe dominada, ou seja, dos povos oprimidos, dos negros e da classe trabalhadora.

Embora haja dificuldade em desenvolver atividades com o uso de imagens no ensino de

História, por ausência de conhecimento em utilizar os métodos a serem aplicados em aula de História que possam contribuir para provocar e sensibilizar os estudantes via as imagens em relação a causa indígena, pois vivemos um grande “boom” na área da informática, cada vez mais as câmeras se tornam populares. Desta forma, segundo Brodbeck (2012, p. 39), “a escola pode contribuir de forma bastante intensa para o refinamento do olhar dos alunos através de atividades de exploração, de reflexão e de formulação de hipóteses sobre diferentes imagens”.

Em artigo publicado, Castro e Wakim (2014, p. 107) afirmam que, “ensinar a ler imagens hoje se tornou uma ação necessária, própria do nosso momento em que o conhecimento e a informação são intensamente mediados por imagens”. Daí a importância de potencializar a utilização de imagem no ensino de História que poderão contribuir com o desenvolvimento intelectual dos estudantes que frequentam as salas de aula de História.

Segundo Brodbeck (2012, p. 36), “Além de compor um acervo extenso de retratos e cenas históricas diversas, as obras artísticas são recursos que podem tornar mais concretos com os conteúdos abordados em sala de aula”. À medida que a imagem passa a ser usada como recurso pedagógico e, não somente como uma ilustração do texto escrito, o ensino de História se tornará muito mais atraente e proveitoso.

O fato é que vivemos em uma era marcada pela diversidade de imagens e pelo avanço de um verdadeiro processo revolucionário no campo da informatização, sobretudo nas últimas décadas, que atinge a sala de aula com uma incrível facilidade. Mas, também é fato que a utilização de imagens e a pesquisa das mesmas contribui de maneira primordial com o ensino de história. Vejamos o que afirma Circe Bittencourt (2012) em relação ao uso de imagem:

não existem muitas referências sobre o uso de imagens, apesar da ampla produção, a partir dos anos 50 e 60, de psicólogos, sociólogos e especialistas em semiologia ou teorias de comunicação, os quais tinham como principal preocupação o rádio, o cinema e a televisão na configuração de uma cultura de massa. Na trilha desses pesquisadores, historiadores vêm-se dedicando ao estudo da iconografia, incluindo análises das denominadas “imagens tecnológicas” (BITTENCOURT, 2012, p. 361).

Embora haja imagens acompanhando os textos escritos em livros didáticos muitas das vezes passam despercebidas e acabam sendo uma mera ilustração dos textos, não são utilizadas de forma a explorar ao máximo ou mesmo potencializar a importância delas diante dos textos escritos.

Pensando em explorar ao máximo possível as imagens em sala de aula, concordamos com Brodbeck (2012, p.36): “Assim como se procede com outras fontes históricas, sejam textos,

documentos ou obras de arte, as gravuras não podem somente ilustrar o texto, mas também ampliar as informações sobre ele”.

Segundo Bittencourt (2012, p. 353), “a concepção de documento abarca uma variedade de marcas e registros produzidos pelas diversas sociedades ao longo dos anos”. Assim, as imagens, como foi dito, são fontes produzidas ao longo dos tempos. Dessa forma, a variedade de imagens representa um potencial como fonte histórica de um determinado espaço de tempo.

As imagens podem ter leituras diferenciadas, pois depende muito do olhar de cada um em relação a elas. O fato da existência de uma ou mais interpretação de uma mesma imagem contribui para demonstrar que não há uma só forma de conceber a leitura de uma determinada imagem. Independentemente da posição de quem faz a leitura da imagem é preciso levar em consideração que há outros olhares.

Vejamos as considerações de Lima (2016, p. 82) que, no último capítulo de sua dissertação, apresenta propostas metodológicas para trabalhar com as imagens dos indígenas presentes nos livros didáticos de História. Assim, apresenta dois objetivos:

o primeiro consiste em oferecer aos professores possibilidades e caminhos que lhes auxiliem a repensar o lugar do “índio” na História do Brasil, o segundo, não menos importante, pauta-se por levar os docentes a enxergarem o uso da linguagem imagética em sala de aula como um instrumento tão importante quanto o texto escrito. (LIMA, 2016, p. 82).

Continua comum pensar que os indígenas vivem na mata, na floresta, ou mesmo no lavrado ou nas serras, como são os de Roraima. Transparecendo haver uma invisibilidade dos que vivem na cidade de Boa Vista (capital de Roraima) ou em outros municípios. Desta forma, a utilização da iconografia no ensino de História pode contribuir para favorecer a visibilidade dos indígenas que vivem nas cidades. Considerando a existência do senso comum, tudo leva a crer que os indígenas que vivem nas cidades não sejam mais eles mesmos, ou seja, por viver em cidades são “civilizados”. Não obstante, o fato de que os indígenas residem em cidades não quer dizer que deixaram de ser indígenas.

Para tanto, Lima (2016, p. 68-69) criou uma oficina utilizando imagens dos povos indígenas, do passado e do presente, visando oportunizar aos alunos os primeiros contatos com as imagens. E assim prossegue:

A referida oficina teve por objetivo revelar os índios como sujeitos, mostrar aos discentes o fato de esses povos terem sobrevivido ao longo da história, lutando por seus direitos, por seu espaço e que, muitos na atualidade vivem nas cidades, são alunos de universidades, são profissionais como advogados, médicos, entre outros.

Desfrutam de todas as tecnologias, conforto e também problemas com os quais um não indígena convive e enfrenta nos grandes e nos pequenos centros urbanos. (LIMA, 2016, p. 68-69).

Em Roraima onde a presença indígena é inegável, a proposta apresentada acima pode ser aplicada em sala de aula do ensino da disciplina de História. Afinal, o Estado de Roraima apresenta uma variedade de profissionais que são indígenas ou descendentes de indígenas e é necessário demonstrar que o fato de viverem em cidades não significa que deixaram de ser indígenas ou descendentes de indígenas. Além disso, a demonstração via a linguagem imagética de indígenas formados em diversas áreas profissionais, inclusive em cursos de ensino superior, contribuirá com autoestima dos indígenas que frequentam as salas de aula em ensino da disciplina de História.

Conforme Zouein (2016, p. 128), “As imagens, as fotografias que revelaram um pouco dessa história permanecem como documento, testemunho do tempo, do passado de alguns, da memória de um povo e da identidade de uma Nação”.

Qualquer trabalho que envolva a utilização da linguagem imagética em ensino de História pode contribuir para revelar a história de um determinado povo ou mesmo uma etnia indígena, como é o caso de Roraima, onde há a existência de cinco etnias na TI RSS.

As imagens são portadoras de informações, basta lançar mão e organizá-las de maneira sistemática e aplicar uma determinada metodologia para colher as devidas informações de uma etnia que vive em Roraima. Desta forma, enriquecendo a história local e dando visibilidade aos povos indígenas do estado de Roraima.

Silveira (2016, p. 62), ao apresentar o Produto Educacional que faz parte de sua dissertação que teve como objetivo realçar a visibilidade e legitimidade aos indígenas que vivem em contexto urbano, afirma que não há diálogo possível com indivíduos que não existem. Para responder ao problema da invisibilidade dos indígenas nas cidades, Silveira (2016, p. 63) elegeu criar uma exposição itinerante, em forma de cinco *banners* para que pudessem ser facilmente transportados de uma escola para outra, versando sobre a temática indígena nas cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Sendo assim, Silveira (2016, p. 67) acredita ser possível problematizar alguns pontos centrais:

O primeiro, voltado principalmente para os não indígenas, é questionar a imagem estereotipada dos indígenas ligados estritamente à natureza e a possibilidade de mudanças sem a perda das identidades. Este questionamento pode trazer reflexões que permitam a visibilidade e a legitimação dos indígenas na cidade e o rompimento de alguns preconceitos que permitem o iniciar de um diálogo respeitoso entre essas populações. Um outro ponto, voltado para os indígenas, é que a exposição pode ser apropriada para a criação de uma visibilidade necessária para a conquista de direitos e especialmente para os indígenas que vivem “isolados” na cidade, sem o contato

necessário com seu grupo para fortalecer sua identidade e construir uma imagem positiva de si mesmo num ambiente hostil, mostrar que não estão sós, e iniciar a criação de um ambiente favorável para saírem da invisibilidade. (SILVEIRA, 2016, p. 67).

Voltando para a imagem e a sua importância no ensino de História, se faz necessário refletir sobre a presença de imagens indígenas nos livros didáticos. Embora não seja o nosso foco, se faz necessário fazer essa referência. Pois já se passaram mais de uma década da publicação da Lei Federal 11.645, de 08 de março de 2008, que garantiu a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e permanece quase invisível, principalmente em relação aos povos indígenas, em particular em Roraima. A ausência de aplicação de metodologia em relação ao uso da imagem, ainda se faz presente. Nos últimos anos, começam aparecer em livros didáticos atividades envolvendo imagem, porém, falta formação, ou seja, preparação aos professores que lidam com a imagem em sala da disciplina de História.

Conforme Borges (2003, p.11), “ainda é possível constatar a carência de publicações que preencham a demanda específica por critérios teórico-metodológicos acerca da utilização de imagens fotográficas no campo da análise histórica”. A dificuldade é real e, à medida que houver curso ou cadeira em universidades tratando de como trabalhar a imagem em sala de aula da disciplina de História, a tendência é que seja superado a dificuldade. Mesmo porque existe uma vasta relação entre a história e imagem, ou seja, desde o surgimento de pinturas rupestres em interior de cavernas ou em céu aberto, bem como, uma diversidade de imagem como desenho gráfico, serigrafia, charge, entre outras, até alcançar o surgimento da imagem fotográfica.

Em relação aos livros didáticos utilizados em sala de aula, muitas das vezes a imagem presente passa despercebida, mesmo estando presente em texto escrito de livros didáticos. Porém, a imagem não é explorada devidamente com métodos que possam contribuir com o ensino de História. Como é o caso da imagem relacionadas aos indígenas.

Não é de hoje que as imagens chamam a atenção do alunado do ensino na disciplina de História. Isto é real e comum ocorrer a cena em sala de aula: o alunado tem o costume de ficar folheando as páginas em busca de figuras ou imagens que fazem parte do livro didático, passando a trocar ideias em relação a elas. Essa é a comprovação concreta da importância de se fazer atividades de maneira sistematizada com imagens em ensino de História, que poderão contribuir com o desenvolvimento da própria consciência histórica, enfim, do senso crítico dos estudantes.

Sendo assim, o trabalho com imagens indígenas pode quebrar, ou ao menos amenizar, as aulas em que se utilizam textos escritos e longos, por vezes se tornando enfadonhas, uma espécie de monólogo por parte do professor, em certas situações. Desenvolver atividades envolvendo imagens, ainda mais indígenas, não deixa de ser um grande desafio aos professores de História nos tempos de hoje, principalmente, em se tratando de Roraima, por ter uma presença forte de indígenas em um Estado da Federação que expressa um sentimento anti-indígena.

Ana Mae Barbosa, pioneira em ensino de Artes nas escolas do Brasil (2012, p.30), desenvolveu o método da Abordagem Triangular, baseado em ações (fazer – ler – contextualizar), pois segundo ela, “estava implícita na condição pós-moderna”.

A metodologia de ensino da arte, usada no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, integra a história da arte, o fazer artístico, e a leitura da obra de arte. A metodologia de análise é de escolha do professor, o importante é que obras de arte sejam analisadas para que se aprenda a ler a imagem e avaliá-la; esta leitura é enriquecida pela informação histórica e ambas partem ou desembocam no fazer artístico (BARBOSA, 2012, p. 37).

Barbosa (2012), embora seja uma profissional que trata da interpretação de obras de arte via o seu método, o mesmo método pode ser aplicado às imagens relacionadas aos indígenas da TI RSS, pois fica claro que se faz necessário utilizar, questionar, pensar, fazer leitura crítica, enfim, interpretar a imagem de indígenas em ensino de História.

Pois é preciso esmiuçar em seus mínimos detalhes que muitas das vezes não estão registrados em escritas, assim, as imagens podem possibilitar aos estudantes explorar com seus próprios esforços e, orientados pelo professor em sala de aula, iniciar o estudo das imagens que podem transmitir mensagens via observações e análises delas; dessa forma, os estudantes e professores podem absorver melhor as informações que as imagens possam possibilitar ao ensino de História.

Como muito dos impressos e revistas são em geral, a voz da classe dominante ou fração dela, pode muito bem manipular as imagens/textos, buscando alcançar a opinião pública, impondo seus interesses ideológicos enquanto classe dominante. Dessa forma, as imagens sendo analisadas poderãoclarear e demonstrar que as imagens veiculadas tem um caráter ideológico, independentemente de onde se origina. Assim, os estudantes terão oportunidade de diferenciar tais ideologias, seja ela por parte da entidade representativa dos indígenas de Roraima, o CIR, via o jornal Anna Yakaré, assim como o Porantim e o Vira Volta, que apoiaram a luta dos indígenas da TI RSS. O mesmo ocorrendo por parte do jornal impresso Folha de Boa

Vista, Roraima hoje e o Brasil Norte. As ideologias fazem parte tanto da classe dominante como da classe dominada. Com isso, o ensino de História no que tange a temática indígena da TI RSS em sala de aula será enriquecido graças justamente a possibilidade de utilizar imagens.

A manipulação da opinião pública é uma constante em uma sociedade de classes, a sociedade burguesa utiliza principalmente os meios de comunicação para propagar os seus interesses políticos, como se fossem de todos que fazem parte da sociedade local. A classe dominante veicula imagens que refletem seus preconceitos e estereótipos em relação aos indígenas da TI RSS, manobrando os fatos ao seu bel prazer.

A fotografia, como meio de conhecimento e comunicação em uma sociedade de classes distintas, pode ser portadora de informações do momento registrado; evidentemente que dependerá do intérprete em obter através da fotografia o máximo de informações de um determinado conhecimento que venha estar presente nela. Bem como, identificar informações não ditas em textos escritos, como coloca Burke (2017, p. 225) ao destacar que, “as imagens frequentemente revelam detalhes significativos que reportagens verbais omitem”. Ou ainda, ao afirmar que as “Imagens podem testemunhar o que não pode ser colocado em palavras” (BURKE, 2017, p. 51). Daí que cabe ao intérprete perceber o que não foi dito em palavras, afinal, as imagens são portadoras de informações e, nem sempre o que consta nas imagens se encontra em escrito ou falado.

De modo que se utilizará a análise de imagens relacionadas aos indígenas da TI RSS fazendo uso dos meios de obter informações como citados acima, com interpretações com o intuito de obter o máximo de informações das imagens, pois as mesmas são portadoras de conhecimento, mas se faz necessário que o intérprete, no caso de sala de aula de História do fundamental II, os estudantes, faça a identificação das informações que constam nas imagens.

Considerando que a sociedade roraimense expressa, de certa forma, uma posição contrária aos indígenas, o uso de imagens relacionadas a luta dos diversos povos indígenas que habitam a TI RSS veiculadas pelo CIR (Anna Yakaré), mais o Porantim e o Vira Volta e, as veiculadas pelo impresso Folha de Boa Vista, Roraima Hoje e o Brasil Norte, podem servir para demonstrar e contribuir em desnaturalizar essa concepção dominante, assim como os preconceitos, os estereótipos e a discriminação em relação às várias etnias.

Tem-se discutido bastante que o espaço da sala de aula não pode ser encarado como um simples espaço de transmitir informações ou mesmo de conteúdos relacionados a disciplina de História. Mas sim, em um local que possa criar possibilidades ao alunado que debatendo desenvolva novos sentidos e perspectivas em suas vidas, assim como, a consciência crítica e histórica.

Torna-se fundamental, nos dias de hoje, fazermos o uso das imagens para contribuir para a compreensão da luta dos indígenas da TI RSS em defesa dos seus interesses, enquanto etnias que vivem nesta região, no Nordeste do atual Estado de Roraima.

O uso da imagem, de forma organizada e sistematizada, pode contribuir em termos de qualidade da aula de História e, também, motivar o alunado, pois é constante os estudantes debaterem sobre as imagens que constam no livro didático. Nunca é demais repetir, pois tudo que venha favorecer a melhoria da educação, ou mesmo do ensino da disciplina de História, devemos lembrar constantemente.

Empunhar as imagens de maneira organizada e sistematizada, explorando ao máximo o potencial que representa enquanto ferramenta pedagógica, é um grande desafio aos professores, principalmente, em se tratando de imagens de indígenas, em particular em Roraima. O enfrentamento merece atenção dos profissionais, principalmente aqueles que demonstram engajamento na luta para contribuir com que a visibilidade dos povos indígenas possa ganhar cada vez mais espaço no ensino de História.

O trabalho com as imagens indígenas pode contribuir com o desenvolvimento crítico dos estudantes e, ao mesmo tempo, esclarecer a necessidade de se combater os preconceitos, os estereótipos e a discriminação em relação aos indígenas.

Vejamos o que Lima (2016) tem a dizer diante dos fatos em relação as imagens de indígenas em livro didático:

Percebe-se hoje a necessidade de um diálogo interétnico com os povos indígenas, porém, numa rápida folheada nos livros didáticos, constata-se que são poucas as imagens sobre eles. Após 2008, com a aprovação da Lei 11.645, que torna obrigatório o ensino da História e da cultura indígena nas instituições de ensino que oferecem educação básica em nosso país, não houve um acréscimo considerável de imagens dos povos indígenas nos livros didáticos. (LIMA, 2016, p. 14).

Quando se trata de livro didático em relação à História de povos indígenas de Roraima, praticamente se torna escasso esse material didático, ou simplesmente não é divulgado. Mas a obrigatoriedade pode até causar desconforto, pois em Roraima, em sala de aula, há uma repulsa em relação aos indígenas por ser um reflexo da indiferença e desconhecimento, ou simplesmente da ignorância em relação a realidade vivida pelos povos indígenas, bem como reflexo das ideias anti-indígena propagadas nos meios de comunicação.

Em contrapartida se criarmos possibilidades para utilizar a Lei Federal, para divulgar o modo de vida e a luta dos povos indígenas, em particular de Roraima, vamos contribuir para a formação da consciência do alunado em relação a história das diversas etnias que vivem no Estado de Roraima.

A fotografia, enquanto imagem, tem um papel de suma importância em sala de aula de história, no entanto, ainda não é correspondida ao seu potencial enquanto uma ferramenta didática que possibilita inúmeras funções e colocações em relação ao fato histórico. Desta forma, Zouein argumenta sobre a imagem fotográfica:

A imagem fotográfica parece possuir a capacidade de tomar lugar do que foi representado na história. Detentora da memória criada, fruto da tecnologia capaz de subverter a verdade, recriar a verdade ou se colocar como verdade, a imagem fotográfica passou a ser uma demanda social (ZOUEIN, 2016, p.19).

De fato, a fotografia pode tomar lugar do que foi representado na história, mas também, devemos ter a preocupação em verificar se a fotografia de fato corresponde ao acontecimento registrado, mesmo porque o avanço tecnológico permite fazer uma série de modificação da fotografia, ou seja, manipular a verdade dos fatos. Vejamos o que afirma Brodbeck (2012, p.39), em relação a manipulação da fotografia:

como vivemos na era da cultura visual exacerbada pelo intenso uso da tecnologia na produção das imagens, sabemos por exemplo que na atualidade uma fotografia pode ser amplamente manipulada e modificada através do trabalho de edição e os alunos desde muito cedo interagem com vários tipos de mídias, com computadores e videogames. (BRODBECK, 2012, p.39).

Por isso, a necessidade de aplicar métodos capazes de identificar se houve ou a modificação da imagem visando manipular, principalmente a opinião pública, como ocorre em época de eleições gerais.

Para Maria Helena W. Rossi (2003, p.09), a manipulação das pessoas via imagens publicitárias, nos indica o que devemos fazer, ou seja:

o que devemos necessitar, o que devemos valorizar ou desejar. Moldam pensamentos e comportamentos. Portanto, a leitura da imagem feita por uma pedagogia crítica pode ajudar a construir uma consciência sobre o fato de que somos destinatários de mensagens que pretendem impor valores, ideias e comportamentos que não escolhemos. (ROSSI,2003, p.09).

Temos dado destaque, principalmente, a imagem fotográfica, pois a mesma predomina em jornais utilizados para realizarmos o nosso trabalho de pesquisa em relação a TI RSS. No entanto, uma outra imagem, a charge, se encontra presente em jornais também, mas não em grande quantidade, quanto a imagem fotográfica.

A charge, assim como a imagem fotográfica, é um importante recurso didático/pedagógico. Devemos fazer o uso de tal ferramenta, pois tudo que possa possibilitar no ensino/aprendizagem, temos que ter a visão de utilizar em ensino de História.

A charge, assim como a fotografia, expressa uma mensagem. Também é uma portadora de informações, mas se faz necessário aplicar a metodologia para extrair as devidas informações que porventura constam. Em termos práticos, podemos utilizar os mesmos procedimentos

metodológicos utilizados em relação a imagem fotográfica. Devemos motivar os estudantes, assim como, os professores a perceber a importância da charge enquanto uma ferramenta metodológica de estudo em ensino de História.

Caminhar com os primeiros passos a serem dados em relação a utilização de charge, como a aplicação da descrição, ou seja, observar a presença de elementos que possam fazer parte da charge como imagem, gestos, cenários, roupas, expressões faciais, símbolos, objetos, pessoas, entre outros. No entanto, ficar atento em relação a parte escrita, como expressões, gírias, frases escritas, falas etc., lembrando a metodologia de Panofsky em relação a iconografia.

É uma atividade que possibilita que os estudantes presentes em sala de aula da disciplina de História possam participar, em virtude da própria facilidade, pois o método que utiliza a descrição permitirá uma aula que abra o debate em torno da questão indígena como um todo e, em particular, sobre a TI RSS. E à medida em que o debate avance, pode-se abrir espaço para debater se a charge tem um caráter ideológico ou não.

Macêdo e Souza, em A Charge no Ensino de História, afirmam que “o historiador que empregar a imagem como fonte histórica precisa ver além da imagem, decifrar seus códigos, fazer uma leitura crítica”. Para alcançarmos o dito acima, podemos aplicar o recomendado por Peter Burke, Boris Kossoy, Maria Borges, entre outros autores.

A própria charge presente em jornais, principalmente os que dominam o mercado local, representa uma posição política ideológica, assim como uma concepção de mundo. Mas por outro lado, jornais como os que tem posições opostas, sem ter o mesmo espaço dos senhores do capital, veiculam suas posições, sejam políticas ou ideológicas como meio de alcançar o maior número de pessoas, principalmente, as que estejam envolvidas diretamente em suas lutas e interesses sociais. Visto dessa forma, a charge é uma representação de forças sociais organizadas socialmente. Por ter uma característica de satirizar e provocar risos, também pode causar ódio para outros e não deixa de ser uma certa arte, ou mesmo uma arma política.

O trabalho utilizando charge pode garantir possibilidade aos estudantes de perceber que há outras formas de compreender a história via outros meios e, dessa maneira, debater sobre determinado fato histórico contextualizando, e mesmo debater sobre a própria realidade vivida pelos estudantes, assim, tomar consciência e poder expressar o seu próprio ponto de vista sobre a história.

Gomes e Pereira (2017), em artigo intitulado de Produção de Charge na Aula de História: Posicionando-se Criticamente ao Interagir com o Conhecimento, descrevendo a contextualização do estudante como do mundo das tecnologias da comunicação e da inquietação em não mais aceitar um papel passivo no processo ensino-aprendizagem, afirmam

que,

neste contexto, considera-se a importância do estabelecimento de ligações e o acionamento de empatias na esfera da educação e defende-se que as aulas de História podem se tornar mais interessantes ao transformar a sala de aula num ambiente de socialização do conhecimento, através da participação ativa dos alunos na edificação de seu saber ao criarem charges no processo de ensino-aprendizagem da História.

A charge, entre outros recursos didático-pedagógicos, pode ser utilizada em sala de aula de História, em atividade em que os estudantes são os próprios autores de suas charges. E a partir desse momento, abrir espaço para os estudantes fazerem a exposição de suas criações e também poder expressar a sua própria opinião e debater a respeito do fato histórico levado para sala de aula.

A nossa proposta de Dimensão Propositiva Educacional (DPE) para o nono ano do Ensino Fundamental II, como parte do trabalho de pesquisa sobre A Luta dos Indígenas da TI RSS e a Contribuição das Imagens no Ensino de História, segue em forma de Caderno Temático de Atividades contendo cinco partes com pequenos textos ou não, que servem para auxiliar as imagens apresentadas para realizar as atividades conforme a orientação contida em cada questão.

Este caderno temático de atividades é dirigido ao nono ano, pode ser aproveitado pelo Ensino de história indígena dos povos indígenas do Estado de Roraima, assim como, aos demais Estados da Federação, que tenham interesse em utilizá-lo em sala de aula da disciplina de História, como parte da história dos povos indígenas do Brasil.

A proposta apresentada do DPE em forma de Caderno Temático de Atividades não é um trabalho pronto e acabado. Ele pode sofrer mudanças conforme o interesse do professor em fazer adaptações para o nono ano, ou mesmo adaptar para outros anos do ensino de História. Desta forma, a contribuição se soma a outras que tem como temática os indígenas. No entanto, a aplicação da Lei Federal 11.645/2008, enfrenta uma série de barreiras. Vamos tratar do assunto, na sequência.

### 3.3 AS BARREIRAS CONTRA A LEI 11.645/2008

Podemos refletir a respeito da Lei Federal 11.645/2008 que garante a inclusão, de forma legal e legítima, da temática da História e Cultura indígena no currículo da Educação Básica. Mas o que acontece de fato em relação a aplicação da Lei 11.645/2008?

Desde o encerramento do período ditatorial militar (1964-1985), os movimentos sociais, entre eles o movimento indígena, participaram ativamente para conquistar na escrita da nova

Constituição Federal de 1988, direitos vitais de interesses dos povos indígenas do Brasil. Os artigos dão garantia aos indígenas ao direito de continuarem sendo eles mesmos com sua cultura, seus valores, suas línguas, suas tradições, seus modos de ser, assim como a LDB e toda legislação subsequente garantem aos povos indígenas o direito a uma educação diferenciada.

O resultado alcançado até a promulgação da Constituição de 1988 reflete uma luta permanente dos povos indígenas do Brasil. No entanto, estas conquistas exigiram uma vez mais ações para torná-las concretas, isto é, reais. Duas décadas se passaram e, uma nova lei foi garantida na área da educação, a Lei 11.645/08. Mais um avanço em termos de legislação em favor dos interesses dos povos indígenas. Entretanto, a sua aplicação, assim como outras garantias constitucionais, enfrenta a sua materialização até os dias de hoje. Já se passaram quinze anos desde que a Lei 11.645/08 foi aprovada em Congresso Nacional.

O impedimento de tal materialização da Lei 11.645/08 faz parte de uma situação de alta complexidade do rol histórico que envolve a luta dos povos indígenas do Brasil. Esta luta se encontra inserida na luta de outras minorias e, que fazem parte de uma luta maior, a luta da classe trabalhadora do país.

A própria crise do sistema predominante, ou seja, o modo de produção capitalista, se choca contra os interesses dos povos indígenas, bem como os da classe trabalhadora. Por outro lado, cada vez mais a situação exige o confrontamento direto contra a estrutura responsável pela manutenção dos interesses dos capitalistas, o denominado Estado de Direito, isto é, o Estado Burguês.

Circe Maria Fernandes Bittencourt, em Apresentação da obra A Lei 11645/2008: Uma década de Avanços, Impasses, Limites e Possibilidades (2019, p.10), faz as seguintes observações:

Autores tecem reflexões sobre ampliação da produção historiográfica em diferentes momentos de contato das populações nativas com os europeus, além de destacar a diversidade dos povos indígenas e as formas peculiares com que se aproximavam, negociavam ou se afastavam dos invasores brancos e como, ainda, constituem suas histórias de relações com a sociedade nos dias atuais. Entretanto, nas análises, há advertências também sobre o predomínio de interpretações baseadas nos modelos eurocêntricos de produzir e escrever História e apresentam os pressupostos de decolonização histórica que merecem reflexão, notadamente sobre procedimentos metodológicos decorrentes de introdução de novas fontes por parte dos que se dedicam a essa temática. (BITTENCOURT,2019, p.09).

A concepção predominante que reina em ensino de História, ou seja, o eurocentrismo, faz parte do processo histórico do Brasil. Enquanto sobreviver as estruturas que foram montadas ao longo do tempo, para atender aos interesses da classes dominante, o desafio de constituir um sistema democrático capaz de garantir a aplicação da Lei 11.645/08 permanecerá como parte

da pauta de todos aqueles que tem compromisso em contribuir para materializar de fato e de direito a lei conquistada pelos povos indígenas do Brasil.

Amilcar Araujo Pereira, em Prefacio de A Lei 11.645/2008: Uma Década de Avanços, Impasses, Limites e Possibilidades (2019, p.06), afirma:

a Constituição de 1988 marca um início de um processo no qual o próprio Estado brasileiro passa a reconhecer nossa sociedade como uma sociedade plural étnica e racialmente e passa a possibilitar a institucionalização das discussões sobre essa pluralidade, inclusive, com a criminalização do racismo, outra conquista dos movimentos sociais durante aquele período histórico. Todavia, entre a existência do texto constitucional e a sua implementação no contexto educacional, há uma série de enormes desafios. Por exemplo, superar o racismo, esse elemento estruturante de nossas desigualdades tão marcantes, e o eurocentrismo, que, como diversos autores já demonstraram, embasou historicamente a própria construção do nosso sistema educacional. Isso somente para ficarmos em dois desafios. Tanto o racismo quanto o eurocentrismo, que se retroalimentam inviabilizando a construção de uma perspectiva democrática na educação em nosso país, dificultam, em muito, a implantação do que dizia o texto constitucional desde 1988. (PEREIRA, 2019, p.06).

Se faz necessário aprofundar os debates em torno dos desafios que impendem a aplicação da Lei Federal 11.645/08, entre outras que beneficiariam diretamente os povos indígenas. Os dois desafios levantados acima, entre outros, são produtos de uma estruturação em prol de interesses econômicos e políticos da classe dominante, que tem interesses em não modificá-la. O máximo que os movimentos sociais, entre eles, o movimento indígena, conseguem são algumas concessões que com o passar do tempo são inclusive ameaçadas de serem suprimidas pelo mesmo Congresso Nacional, que há trinta e cinco anos aprovou os direitos dos povos indígenas.

Nas últimas décadas, uma série de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) foram direcionadas contra os interesses dos povos indígenas, como foi o caso da PEC 215 de 2000, apresentada pelo deputado federal Almir Sá (Roraima) que tinha como objetivo incluir nas competências exclusivas do Congresso Nacional as decisões sobre aprovar, demarcar e ratificar as terras indígenas, assim como modificar os artigos 49 e 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Muitas das vezes, as propostas só não são aprovadas em virtude das circunstâncias políticas históricas, como ocorrido a partir das eleições gerais de 2002, que elegeu o ex-operário, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil.

Além da situação política, há de se considerar que há vários fatores envolvidos no impedimento da aplicação de forma que atenda aos interesses dos povos indígenas. Há de se destacar toda labuta que os professores e professoras da disciplina de História enfrentam diariamente, com jornada longa, classes superlotadas, ausência de materiais pedagógicos,

enfim, baixos salários.

Isso antes da pandemia da covid-19, mesmo porque agora o profissional ou a profissional, passaram a utilizar seu próprio espaço, seus aparelhos celulares, computadores, impressora, papel etc., ou seja, os seus bens estão agora a serviço do governo. E não há nenhuma reposição por parte do governo.

Considerando que o salário do professor da rede pública é o menor entre os que alcançaram o ensino superior, ainda tem, muitas das vezes, que bancar a sua própria formação continuada, enfrentando toda uma máquina burocrática para conseguir seu afastamento, que seria o seu direito.

Bittencourt (2009) emenda: “Na sociedade brasileira contemporânea novas exigências são acrescentadas ao trabalho dos professores. Com o colapso das velhas certezas morais, cobra-se deles que cumpram funções da família e de outras instâncias sociais; que respondam à necessidade de afeto dos alunos”. Entre outros problemas como as drogas, a violência, a indisciplina etc.

Um outro fato que podemos debater é de cunho histórico, não foram poucas as vezes que profissionais em História foram perseguidos e presos por exercer sua profissão de historiador. Em época de governos ditoriais e negacionista, a disciplina de História e as demais ligadas as Ciências Humanas (Filosofia, Sociologia, Artes) sofrem todos os tipos de ataques. Nos últimos anos estão diminuindo cada vez mais as aulas de História, vejamos o caso do ensino médio, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Medida Provisória 746/2016 suprimiu a obrigatoriedade do ensino da disciplina de História no Ensino Médio. Sem falarmos no prejuízo em relação aos alunos e a diminuição em menor escala de contratação de profissionais da área, consequentemente, gerando mais desemprego. De modo geral atingindo as demais áreas das Ciências Humanas.

O trabalho com imagens de indígenas tem uma relação com os contextos histórico do Brasil, principalmente, em se tratando da utilização de imagem em sala de aula. Já que a própria imagem foi negada por longos períodos, enquanto uma evidência histórica, ou seja, uma fonte histórica, pela ditadura da escrita, não somente no Brasil.

O que nos resta diante o cenário, simplesmente, é a continuação da luta permanente dos povos indígenas do Brasil, bem como, de todos que participam com estudos, com apoio, seja direto ou indiretamente por suas reivindicações e, principalmente, pelo cumprimento dos direitos constitucionais.

O trabalho apresentado visa contribuir com propostas de metodologias com a utilização de imagem (fotografia e charge) a serem aplicadas em nono ano do ensino fundamental II, que

tem como pano de fundo a pequena parcela da história dos povos indígenas no Brasil, em particular a luta dos indígenas em TI RSS.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho foi direcionado para a contribuição de imagem enquanto recurso didático em sala de aula da disciplina de História do nono ano, do ensino fundamental II. Tendo como corte histórico o assassinato do indígena macuxi Aldo Mota (2003), atravessando a Homologação da TI RSS (2005) e se expandindo até o julgamento da maioria dos embargos, com base na Petição 3388, quando o STF (2013) fechou o período marcado por grande tensão política social em Estado de Roraima.

O processo histórico de Roraima marcou os conflitos com os povos indígenas, conforme documentos escritos na primeira metade do século XVIII, quando as expedições adentravam no rio Branco, principal rio do atual Estado de Roraima, para escravizar os indígenas e explorar os produtos da região.

A segunda metade do “século das luzes” foi marcada pelas tentativas de realizar os aldeamentos ao longo dos rios, principalmente, no rio Branco. De certa forma houve um fracasso relativo, pois dos aldeamentos feitos pelos portugueses, somente um resistiu, as revoltas constantes por parte dos indígenas, que obrigaram os portugueses a utilizar outras estratégicas, como a introdução de gado bovino, feita por Manoel Lobo D’Almada em 1789. Assim, surgiram as três fazendas do rei no extremo norte da América do Sul, do domínio português.

O século XIX será marcado por ausência de investimentos na região, pois não havia civis suficiente para viver nas regiões do rio Branco. A presença militar é uma marca constante, por ser uma região de fronteira, mesmo assim, uma presença minoritária. Durante muito tempo, incentivaram a miscigenação com os indígenas. Com aparecimento das fazendas de propriedade privada aos poucos surgiram as oligarquias em Roraima.

O acesso à região do rio Branco era feito, principalmente, em época de cheia dos rios, quando dava condições de embarcações maiores poderem alcançar outras regiões que ficavam praticamente isoladas. Quando chegava o verão o nível das águas do rio Branco baixava e, desta forma, dificultava muito o acesso à região.

Na década de quarenta do século XX, em plena Segunda Guerra Mundial, o governo federal de Vargas criou o Território Federal do Rio Branco (Roraima) dando-lhe condições a partir de planejamento urbano em forma de leque, com hospital, escolas, saneamento básico, telecomunicação entre outras. Nas décadas seguintes com a ditadura militar, novas estruturas se ergueram em Boa Vista, a atual capital do Estado de Roraima. Neste período, foi construída a BR 174, favorecendo assim, novas levas de civis para o extremo Norte do Brasil. Desta forma,

aumentaram os conflitos pela terra. A parte nordeste de Roraima, onde se localiza a TI RSS, foi cada vez mais sendo alvo dos latifundiários. Primeiro, foram os criadores de gado bovino, seguidos por mineradores. O acirramento se deu principalmente, a partir da introdução de plantio de arroz irrigado. O cenário ficava cada vez mais tenso. A Igreja Católica, na década de setenta, passa a apoiar as organizações dos indígenas, contribuindo na criação de organizações como o CIR. A violência era parte do cotidiano dos indígenas da região do rio Branco, principalmente, na parte do lavrado.

Em 2003 o indígena Aldo Mota é assassinado por capangas de fazendeiro da região do Município de Normandia. A tensão aumentou quando a TI RSS foi homologada em 2005. A classe dominante via seus representantes parlamentares em Brasília, entrou com uma Petição 3388, que iria se arrastar até 2009, quando o STF julgou em favor das etnias a demarcação em terra contínua da TI RSS. Mas o processo só se encerrou em 2013, quando a maior parte dos embargos feitos com base na Petição 3388 foram julgados improcedentes.

O trabalho com as imagens envolve este período de 2003 a 2013, quando em Roraima foi marcado por grande tensão político-social. Os jornais da época, no que toca os interesses dos latifundiários e dos arrozeiros, ou seja, da classe dominante local, noticiavam quase todos os dias as notícias oficiosas e de caráter pejorativas contra os indígenas.

Considerando a imagem como portadora de informações, servirá como recurso didático para atividades em sala de aula da disciplina de História do nono ano do ensino fundamental II, aplicando os métodos criados por Panofsky (descrição e interpretação), bem como, as contribuições de Peter Burke, Boris Kossoy, Maria Borges, entre outros autores.

O trabalho com as imagens em ensino de História, ainda é muito insipiente, pode ser que seja a falta de cursos relacionados ao uso das imagens ou por desconhecimento de como utilizá-las, aplicando metodologias como as de Panofsky, Kossoy, Borges, Joly, entre outros autores.

Em relação a aplicação da Lei Federal 11.645/2008, praticamente, dependerá de todos que estejam preocupados em divulgar e aplicar em aula da disciplina de História. Os movimentos indígenas e seus apoiadores não podem deixar cair em esquecimento.

Ao final do trabalho, apresentamos um Caderno Temático com atividades com imagens (fotografia e charge). Buscamos apresentar uma metodologia utilizando imagens, por entender que poderá motivar ou estimular os estudantes do nono ano do ensino fundamental II. Desta forma, contribuir para elevar o senso crítico dos estudantes, assim como, o nível de consciência para combater os estereótipos, os preconceitos e a discriminação que afetam historicamente os indígenas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988).** Brasília.

Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. 2006.

Lei Nº 11.645, de março de 2008 – Institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena.

### Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil.** 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Povos Indígenas & Educação.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História – fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez Editora. 2009.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia.** Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

BRAGA, Olavo Viana. **Momentos da história de Roraima.** Manaus, Editora Silva, 2002.

CARTIER – BRESSON. Ver é um Todo – Entrevistas e Conversas 1951 – 1998. Gustavo Gili. São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_. O Imaginário Segundo a Natureza. São Paulo. Gustavo Gili, 2013.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a História – Metodologia de Ensino da História.** Curitiba: Base Editorial, 2012.

BROWN, Dee. **Enterrem Meu Coração na Curva do Rio.** Porto Alegre. L&PM. 2015.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular** – o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo, Editora Unesp, 2017.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo. Editora UEP. 1992.

CALDEIRA, Jorge. Mauá – Empresário do Império. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia.** São Paulo, 17<sup>a</sup> ed., Editora Brasiliense, 1984.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil. São Paulo. Claro Enigma, 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**, 2<sup>a</sup> ed., São Paulo, Atlas, 1985.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo. 2<sup>a</sup> ed. Escala.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões:** os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FERRARINI, Sebastião Antonio. Encontro de Civilizações. Manaus, Editora Valer. 2013.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2001.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A Temática Indígena na Escola**. São Paulo, Editora Contexto, 2020.

GIANNOTTI, Vito. O que é Jornalismo Sindical. São Paulo. Brasiliense, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

JOAQUIM, Jupira Simões Sandoval. **Raposa/Serra do Sol: Demarcação Territorial. Disputa Ideológica dos Atores nas Notícias da Imprensa Roraimense**. 2003. 186 f.. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

JOLY, Martine. Introdução à Análise da Imagem. São Paulo. Papirus, 1996.

KONDER, Leandro. A Questão da Ideologia. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

KASSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo. Ateliê Editora. 2003.

LEAL, Maria do Socorro Pereira. **Raposa Serra do Sol no discurso político roraimense**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

LIMA, Jorge Ferreira. **O Indígena no Livro Didático: Possibilidades e Desafios no Uso da Linguagem Imagética no Ensino de História**, Dissertação de mestrado, Araguaína, 2016.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **O Índio na Mídia Impressa em Roraima**. 2001. 160 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes, Unicamp, Campinas, 2001.

MAGALHÃES, Dorval. **Roraima: informações históricas**, 4<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec.1989.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo. Editora Escala.

\_\_\_\_\_. **A Sagrada Família.** 1<sup>a</sup> ed. Revista. São Paulo: Boitempo. 2011.

MARX, Karl. **Sociologia.** Coleção Grandes Cientistas Sociais. Org. Octavio Ianni. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** Os Pensadores. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo. Abril Cultural. 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **História.** Coleção Grandes Cientistas Sociais. Org. Florestan Fernandes. São Paulo. Editora Ática. 1988.

MORAES, José Vilela de. **Índios Em Luta Pela Vida.** São Paulo: Chiado Books. 2018.

OLIVEIRA, Dennison de. **Professor – Pesquisador em Educação Histórica.** Curitiba. Editora IBPEX. 2011.

PAIVA, Adriano Toledo. **História Indígena na sala de aula.** Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais.** 4<sup>a</sup> ed. São Paulo. Perspectiva. 2017.

PLEKHANOV, Guiorgui. **A Concepção Materialista da História:** da filosofia da história, da concepção materialista da história, o papel do indivíduo na história. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FUNAI, PPTAL, GTZ Macuxi – Wapixana, Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Demarcando Terras Indígenas II,** Brasília, 2002.

SANTILLI, Paulo. **Pemongon Pata:** território Macuxi, rotas de conflitos. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **As Fronteiras da República:** história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1994.

SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. **Entre cultura política, memórias e política de identidade:** sujeitos históricos em ação – Boa Vista, Roraima (1970 – 1980). São Paulo: Manuscrito, 2020.

SILVA, Aracy L; Luís D. B. (Orgs.) **A Temática Indígena na Escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Global, Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995.

SILVA, Paulo Sérgio Rodrigues da. **A violência contra os povos indígenas em Roraima – uma análise histórica a partir do jornal Folha de Boa Vista (1996 a 2005).** Dissertação de mestrado, Boa Vista, UFFR, 2014.

Silveira, Thais Elisa Silva da. **Identidades (in)visíveis: indígenas em contexto urbano e ensino de história na região metropolitana do Rio de Janeiro.** Dissertação de mestrado, São Gonçalo, 2016.

Solidariedade Ibero-americano. **A Batalha de Roraima.** 2007.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo. Companhia das Letras. 1977.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra**. Boa Vista: Editora UFRR. 2007.

\_\_\_\_\_. **Ditadura Militar, Povos Indígenas e a Igreja Católica na Amazônia**. Manaus: Editora Valer. 2012.

XAUD JUNIOR, Jamil Moisés. A Construção da Realidade Macuxi Segundo a mídia. Boa Vista. DLM. 199.

ZOUEIN, Maurício Elias. **A Ideia de Civilização nas Fotografias, Cartões Postais e Álbuns Oficiais dos Governos do Amazonas e Pará entre 1865 E 1908**, Dissertação de doutorado, Rio de Janeiro, 2016.



Roraima/Fonte: Agência Câmara de Notícias.

## A CONTRIBUIÇÃO DAS IMAGENS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

A LUTA DOS INDÍGENAS DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL  
(2003 -2013)

Leopoldo Nogueira Júnior

Boa Vista  
2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**Leopoldo Nogueira Júnior**

Graduação em História – UFRR

Especialização em História da Amazônia – UERR

Professor de História da Rede Estadual de Educação do Estado de  
Roraima

Mestrando Profissional em Ensino de História (2023)

**ORIENTAÇÃO**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Fernandes**

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

**Universidade Federal de Roraima**

**UFRR**

Boa Vista

2023

## **SUMÁRIO**

**APRESENTAÇÃO**

**INTRODUÇÃO**

**UNIDADE I**

**ICONOGRAFIA – DESCRIÇÃO**

**UNIDADE II**

**ICONOLOGIA – INTERPRETAÇÃO**

**UNIDADE III**

**CHARGE**

**UNIDADE IV**

**OUTRAS INFORMAÇÕES**

**UNIDADE V**

**ASPECTO IDEOLÓGICO**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## **APRESENTAÇÃO**

Este Caderno Temático de atividades é parte integrante do trabalho de pesquisa A Luta dos Indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TI RSS) e a Contribuição das Imagens no Ensino de História, e visa apresentar imagens relacionadas aos indígenas no período de 2003 a 2013 e contribuir com a práxis em aperfeiçoar o uso das imagens com metodologias na disciplina de História.

Utilizamos imagens veiculadas em jornais como o Anna Yakaré, Porantim, Vira Volta, Folha de Boa Vista, Roraima Hoje e o Jornal Brasil Norte. Analisamos como esses jornais se posicionaram no referido período da pesquisa.

Estamos em pleno século XXI e o processo do desenvolvimento na área da telecomunicação, principalmente devido a revolução ocorrida com a internet, nos compactou diariamente com imagens em uma velocidade extremamente rápida. Em se tratando da utilização das imagens como recurso didático se faz necessário termos a preocupação em utilizar métodos capazes de auxiliar com manuseio das imagens que chegam em sala de aula de História.

Mesmo que façamos uma simples descrição de imagens, acompanhada de texto escrito ou não, devemos nos preocupar em fazer uso de métodos que possam contribuir na melhoria no tratamento com as imagens em sala de aula de História, buscando extrair o máximo da veracidade dos fatos históricos.

Sabemos que a imagem há muito tempo se desenvolveu e caminha lado a lado como parte do processo de mudanças da humanidade. No entanto, a diversidade de imagem, seja de artes visuais, charges, fotografias, cinema entre outras, são parte de um determinado tempo. Por isso, devemos ter a preocupação em usar parâmetros teóricos, principalmente, em se tratando do uso de imagem em aula de História.

Embora o uso da imagem esteja presente há muito tempo na sala de aula de História, não tem sido acompanhado devidamente de métodos que possam contribuir na competência de explorar e demonstrar a importância de investir na prática de descrever, interpretar e analisar a imagem. Daí a nossa contribuição rumo a suprir essa necessidade de compreender dentro de algumas metodologias.

Boa Vista, fevereiro de 2023

## **INTRODUÇÃO**

O Caderno Temático aqui posto e, direcionado aos professores do nono ano do ensino fundamental II, da disciplina de História, traz contribuição com propostas de metodologias em relação a utilização de imagens. Em nosso caso, imagens relacionadas sobre os indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TI RSS), no período de 2003 a 2013, veiculadas em jornais impressos como Anna Yakaré, produzido pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR); Porantim, jornal de caráter indigenista, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Vira Volta, jornal de cunho popular tendo apoio da Igreja Católica. Estes três primeiros jornais se posicionaram em favor da homologação em área contínua da TI RSS. Folha de Boa Vista, jornal de propriedade de Getúlio Cruz; Roraima Hoje, jornal (criado em 2006, por Flávio Rabello) e o jornal Brasil Norte (fundando em junho de 1997), são jornais que se colocaram contra a homologação em área contínua da TI RSS. O trabalho visa, também, contribuir para melhorar a compreensão e elevar o nível de consciência histórica, assim como para combater a visão estereotipada, do preconceito e a discriminação em relação aos indígenas.

Estamos presenciando a profusão de imagem, nunca vista na história. Isto só foi possível graças ao processo revolucionário que ocorreu na área das comunicações, principalmente com a internet. No entanto, tratando-se da imagem como fonte histórica, assim como ocorreu com a escrita, se faz necessário utilizarmos métodos capazes de contribuir com análises críticas que possam possibilitar a interpretação da imagem que chega ou é levada para sala de aula pelo professor no ensino de disciplina de História.

Para Martine Joly (1996, p.9), em sua obra *Introdução à Análise da Imagem*, “a opinião mais comum sobre as características de nossa época, já repetida há mais de trinta anos, é que vivemos em uma ‘civilização da imagem’. [...], quanto mais essa constatação se afirma, mais parece pesar ameaçadoramente sobre nossos destinos”.

Sabemos que há muito tempo a imagem é usada como meio de comunicação. No entanto, com o desenvolvimento da escrita, a imagem passou a ser um mero apêndice ou uma ilustração de textos escritos.

Consideramos que a imagem é histórica, portanto, portadora de ideologia(s) e, ao mesmo tempo de informações de uma determinada época. Mas não podemos ser ingênuos frente a imagem. Esta não é portadora de imparcialidade, pelo contrário, carrega uma posição diante de fatos históricos de um determinado período.

Se referindo ao processo pedagógico, Litz (2009, p.5), em relação ao uso de imagens, afirma: “deve-se avaliar a importância da influência ideológica que as aplicam, em que o próprio processo de cognição e codificação da história seja o viés pelo qual os alunos [...] entendam que também são atores sociais e tomem consciência de seus atos”.

Colocar à disposição do alunado que há formas diferentes de se lidar com a ideologia, através de atividades que não sejam somente a tradicional, ou seja, a escrita, é um dos objetivos com atividades com imagem, que possa contribuir para esclarecer a ideologia presente nelas. No entanto, a imagem pode carregar outras informações, além da ideológica.

À medida que os estudantes vão tomado consciência da importância do uso da imagem, seja como ilustração ou não, poderá contribuir para entender a luta dos povos indígenas da TI RSS, assim como, desnaturalizar preconceitos, discriminação e estereótipos em relação aos indígenas.

De certa forma, vamos contribuir com a possibilidade de romper com aula estritamente com texto escrito, onde geralmente a imagem é um mero ilustrador da escrita e, muitas das vezes, passa despercebida em sala de aula de história. Pois é sempre positivo usar a imagem em aula de História, para que a mesma não se torne monótona. Portanto, estamos apresentando a possibilidade de modificar o dia a dia na aula de história, trabalhando com imagem e aplicando métodos que possam contribuir para quebrar e modificar tal cenário no ensino de história.

Quando o alunado acessar atividades com imagem que possibilitem desenvolver e, ao mesmo tempo, instigar o poder de observação e a sua capacidade de percepção, associar as informações que carrega sobre o assunto, enfim, ter a oportunidade de aperfeiçoar o seu conhecimento, através do uso da imagem, estará fortalecendo a sua consciência e o seu senso crítico diante dos fatos históricos.

A imagem como fonte de pesquisa, ou seja, de conhecimento e informação, pode criar um imaginário, mesmo uma ficção, pois as fontes imagéticas contribuem e favorecem a criatividade do alunado possibilitando a motivação, principalmente, aquele que acessa músicas, sons e imagens diariamente.

Autores, como Erwin Panofsky, contribuíram com estudos no ramo da história da arte que trata da iconografia. De início, com a descrição, isto é, registro de tudo que aparece na imagem. Panofsky (2019) afirma que qualquer pessoa pode fazer esta atividade. E de fato é um exercício preliminar com o uso da imagem. Na sequência, dispõe sobre a iconologia e a necessidade do conhecimento histórico, ou seja, o contexto e, para além do contexto, para realizar a interpretação de maneira mais profunda, indo além da descrição da imagem.

Acreditamos que a imagem, quando trabalhada com métodos que contribuem para elevar o interesse do alunado, possa ampliar a possibilidade de inúmeras atividades, desenvolvendo o gosto em estudar história via informações imagéticas.

Estamos criando possibilidade de incrementar a aula de História com o uso de imagens relacionadas aos indígenas da TI RSS, que foram veiculadas em jornais pesquisados e, em geral, jornais que utilizavam fotografia, principalmente, e charge. Conforme Peter Burke (2017, p.36), “há muito tempo os jornais utilizam fotografias como evidência de autenticidade”. Portanto, vamos fazer o uso dessas fontes de informações, buscando a utilização da descrição, da interpretação e da identificação de ideologia presente na imagem.

Para Maria Eliza Linhares Borges em sua obra, História & Fotografia (2003, p.16), “por mais de uma vez temos presenciado o uso da fotografia, como um recurso pedagógico destinado a despertar o interesse de alunos do ensino fundamental pelo estudo da história de sociedades passadas”.

A “ditadura” da escrita em aula de história, de certa maneira, acaba contribuindo para falta de interesse por parte do alunado para com a disciplina de História. Embora haja esforços em mudar este cenário, a ausência de conhecimento em lidar com a imagem por meio sistemático de métodos é real.

Embora Borges (2003, p.16) reconheça o esforço como louvável, no entanto, “tal procedimento acaba por reforçar nos alunos a idéia de que os homens e mulheres de ontem viviam exatamente como se apresentam nas respectivas fotografias”, ou seja, passando a idéia como algo natural ou, ainda segundo Borges (2003, p.16), “como testemunho e/ou bruto dos fatos sociais”. [...] “Os que assim procedem, encaram a fotografia como duplicação do real. Transformada em espelho do real, a fotografia dispensa o emprego de metodologias capazes de fazê-la falar”. E, desta forma, acaba reforçando o entendimento de que o que está apresentando é algo natural.

Segundo Boris Kossoy (2003, p.107), “a fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele.” Mesmo porque o que foi capturado pela lente da câmera fotográfica é apenas uma fração do local onde ocorreu o fato fotografado. No entanto, para o autor, “A imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como fonte histórica”.

Conforme Borges (2017, p.30), “cada indivíduo define não apenas o que merece ser registrado, mas também sob que ângulo as ações sociais de seus cotidianos devem ser imortalizadas”.

A imagem fotográfica pode ser o resultado de uma ação pessoal ou uma encomenda por particulares ou contratado, ou mesmo por jornais interessados no fato ocorrido e fotografado. Kossoy (2003, p.107) afirma que:

reside nesta primeira manipulação/interpretação da realidade, seja ela consciente ou inconsciente, premeditada ou ingênua, esteja ela a serviço de uma ou de outra ideologia política (denunciando tensões sociais ou, pelo contrário, “testemunhando a normalidade” de uma mesma situação apenas pela escolha de um outro ângulo mais conveniente para o falseamento dos fatos). (KASSOY, 2003, 107).

O falseamento é um dos expedientes usado por aqueles que buscam falsificar a história. Na antiga União Soviética, o ditador Josef Stálin ordenou que banisse os seus opositores das fotografias históricas do período revolucionário da época da Revolução Russa de 1917 e, um de seus principais opositores, senão o principal, Leon Trotsky, foi banido em todas as fotografias do período revolucionário.

Daí a necessidade da utilização de metodologias em imagem em ensino de história. Como já foi dito anteriormente, a imagem não é imparcial. Ela corre o risco de sofrer alterações em detrimento da verdade. Assim, Boris Kossoy (2003) questionava em relação à questão da “fidedignidade” das fontes fotográficas: em que medida esses documentos visuais são ou não fidedignos? Ou em que medida os fotógrafos-autores desses registros faltaram com a verdade?

Segundo Peter Burke (2017, p.49), “as pinturas têm sido frequentemente comparadas a janelas e espelhos, e imagens são constantemente descritas como “refletindo” o mundo visível ou o mundo da sociedade”. No entanto, como já foi dito acima, as fotografias não correspondem a totalidade da realidade do momento registrado pela lente da câmara. Porém, não deixam de ser uma fonte histórica.

Para Peter Burke (2017, p.25), as “imagens, assim como os textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica”. Mas se faz necessário ficarmos atentos, pois a imagem pode sofrer alterações conforme o autor, ou ao pedido de terceiros.

Além das fotografias, estamos propondo utilizar charges veiculadas em jornais que foram pesquisados como recurso pedagógico em aula de história. Conforme Litz, a “charge é um estilo de ilustração que tem por finalidade satirizar, por meio de uma caricatura, algum acontecimento atual com uma ou mais personagens envolvidas” (LITZ, 2017, p.32). Não podemos esquecer que as charges devem passar pelo mesmo tratamento que as demais imagens, ou seja, a descrição, anotações de detalhes como escritos presentes, análise e interpretação.

Conforme Litz (2017, p.32), “as charges foram criadas no princípio do século XIX por pessoas opostas a governos ou críticos políticos que queriam se expressar de forma jamais apresentada, inusitada”. Veio para ficar, sendo utilizadas por profissionais da área, assim como jornais e as mídias eletrônicas.

A seguir, vamos apresentar as unidades com as sugestões enquanto atividades com o recurso didático que são as imagens. Estas poderão sofrer modificações conforme o interesse do professor e adequá-las para qualquer ano do ensino da disciplina de História. Buscando desenvolver o interesse do alunado pela aula de história, tornando-a participativa e criando espaço ao alunado para expressar a sua opinião sobre os fatos históricos.



Indígena em frente ao Supremo durante o julgamento sobre a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol em 2009 (foto: Sérgio Lima/Folhapress-19/3/2009)

## **UNIDADE I**

### **ICONOGRAFIA - DESCRIÇÃO**

**“Iconografia é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma” (Erwin Panofsky)**

Erwin Panofsky (1892-1968) é considerado um dos pioneiros a desenvolver estudos sobre a imagem. Como vamos direcionar as atividades-roteiros, presentes neste Caderno Temático, ao nono ano do ensino fundamental II, vamos no momento propor a aplicação do que afirmou Panofsky, ou seja, que qualquer pessoa pode praticar a descrição de uma determinada imagem.

Os estudos de historiadores como Panofsky, embora voltado para a história da arte, contribuíram para as pesquisas de outros historiadores preocupados em desenvolver métodos voltados para explorar a imagem do ponto de vista histórico. E a aproximação com outras áreas do conhecimento humano (antropologia, sociologia, artes, literatura entre outras) fortaleceram os trabalhos e foi criando o próprio espaço dos historiadores.

Neste primeiro momento, o objetivo é desenvolver a percepção do alunado em relação à descrição de imagem, ou seja, fazer um apanhado, uma espécie de inventário da imagem. Usar toda a sua habilidade em identificar o que se encontra presente na imagem. Enfim, o que está ao alcance de sua visão, em relação a imagem apresentada.

Nunca é demais enfatizar, conforme Litz (2017, p.16), “que nenhum documento é neutro”. Toda criação humana carrega em si informações, mas não é de maneira alguma imparcial. O mesmo serve para o documento iconográfico, a imagem. Nem tão pouco é portadora da verdade absoluta, pois no campo da história há uma diversidade de interpretações, ou até mesmo versões para os acontecimentos. No entanto, o importante, é situá-la e investigá-la no contexto histórico da época de sua criação.

Vamos apresentar imagens para exercitar o ato de descrevê-las. Desta forma, acreditamos que as imagens irão chamar a atenção do alunado, bem como oportunizar a prática de registrar o que encontra-se nas imagens. Desta forma inserindo-o na busca do entendimento dos fatos ocorridos na TI RSS.

Figura 01 – Homologação é Contínua da TI RSS.



Fonte: capa jornal Porantim, Ano XXXI, nº314, Brasília-DF, Abril – 2009. Foto: Maíra Heinen.

O Porantim é a publicação indigenista mais antiga e em circulação no Brasil. O jornal tem 44 anos. Nasceu seis anos depois da fundação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização responsável por fazer com que a publicação chegue às aldeias e aos espaços onde a causa indígena precisa ecoar.

### Sugestões de atividades

A partir da imagem acima faça uma descrição em conformidade com a sua observação, não esqueça de registrar tudo o que for possível identificar na imagem, por exemplo, quem são as pessoas, suas vestimentas, suas expressões faciais, enfeites, bem como, as inscrições presentes na imagem. Enfim, é possível identificar o local onde eles se encontram?

Figura 02 – ponte obstruída.



Fonte: jornal Folha Boa Vista, 01 de abril de 2008, página 03b. Foto de Jader Souza.

Com a Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em 2005, os arrozeiros reagiram a desintrusão prevista conforme a legislação federal, ou seja, a retirada dos não-indígenas da TI RSS.

Figura 03 – Estradas federais obstruídas em Roraima.



**Fonte:** Jornal Brasil Norte, ano VII, nº 2062, 07 de janeiro de 2004, página 03. **Fotos:** Reynesson Damasceno.

E desta forma, os proprietários de plantio de arroz nas terras indígenas se negavam a deixar a TI RSS e, iniciaram uma série de ações, como interditar a BR 174, Boa Vista a Manaus e pontes que davam acesso à Vila Surumu.

Faça a descrição das imagens acima, fazendo um esforço no sentido de registrar tudo que esteja presente na imagem fotográfica. A primeira é de janeiro de 2004 e a segunda de abril de 2008. O que há de comum entre as imagens fotográficas? Comente.



Figura 04 – Auto-sustentação.

**Fonte:** capa jornal Anna Yakaré, ano III, ed.21, janeiro/fevereiro de 2010. **Crédito:** arquivo CIR.

O jornal Anna Yakaré foi fundado em abril de 1990, em caráter de Circulação Interna, passou por diversas modificações, é o elo de comunicação entre o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e as diversas etnias que habitam a TI RSS em nordeste do Estado de Roraima.

Após o julgamento da Petição 3388 em 2009, confirmando a demarcação da TI RSS em área contínua, os povos indígenas que vivem na região passaram a se preocupar com a autossustentação, garantindo condições melhores para as futuras gerações.

### Sugestões de atividades

Com base na imagem acima, faça a descrição identificando as pessoas que estão presente na imagem do jornal Anna Yakaré. Na sua opinião, por que a criança de colo encontra-se em primeiro plano? Tem algum significado para os povos indígenas.

Figura 05 – “O dia da mentira”.



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, 26 de março de 2009, página 02. Crédito: Marco.

Conforme a charge acima, faça a descrição, buscando registrar e identificar os personagens presentes na imagem. E o que representa o barril de pólvora? E quanto aos diálogos, o que podemos considerar em relação ao primeiro de abril citado no diálogo? Não esqueça de sua opinião sobre o assunto tratado na charge.



Índios de Raposa Serra do Sol, fazem manifestação diante do Supremo Tribunal Federal, onde se realiza o julgamento que vai balizar critérios para a demarcação da terra indígena (Foto: Antonio Cruz/ABr)

## UNIDADE II

### ICONOLOGIA – INTERPRETAÇÃO

Fotografia quer dizer “arte de fixar a luz de objetos mediante a ação de certas substâncias”  
(Roger Bellone)

Uma vez mais vamos citar o historiador de artes, Erwin Panofsky, em seu trabalho sobre a iconologia ou interpretação iconológica. Diferentemente do método iconográfico, pois este, praticamente se limita a fazer a descrição, que qualquer pessoa pode realizar, a iconologia serve para fazer a interpretação, podendo avançar a partir da própria iconografia. No entanto, exige um grau maior de conhecimento que envolve o objeto estudado, no caso pode ser uma imagem.

Panofsky (2019, p.54) é taxativo em relação a iconologia, e concluir afirmando que: “iconologia é um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise”.

O historiador Peter Burke (2017) realiza uma série de críticas ao método do historiador de arte Ervin Panofsky. Uma dessas críticas está relacionada ao enfoque iconográfico, por falta de dimensão social, assim como sua indiferença ao contexto social, como se fosse hostil à história social da arte e não tinha a preocupação de levantar a questão do significado para quem, já que estava em busca de descobrir o significado da obra. Segundo esta linha de críticas, “um outro problema do método iconográfico é o que seus praticantes não têm prestado suficiente atenção à variedade de imagens”. (BURKE, 2017, p. 66).

Burke à medida que faz as devidas críticas a Panofsky, acrescenta a necessidade de se preocupar com o contexto social, ou seja, é fundamental que se faça a contextualização, no nosso caso, da imagem a ser trabalhada.

Para Boris Kossoy (2012), autor de *Fotografia & História*, toda imagem tem uma história.

Considerando que a imagem é portadora de informações e ela carrega, em si, uma história, podemos assim aproveitá-la como recurso didático em aula de História, do fundamental II. Há pelo menos três décadas que se debate e se busca desenvolver propostas em torno da disciplina de História, procurando modificar os procedimentos no ensino de História. Concordamos que a imagem seja uma evidência histórica e que pode contribuir com a aula de História através de sua utilização de forma organizada e sistemática, dando assim, um salto qualitativo com análise de imagem relacionada aos povos indígenas da TI RSS, durante o período de 2003 a 2013.

A fotografia se tornou comum nos dias de hoje, e não podemos esquecer que ela detém algo a informar, mas esse algo pode passar a ser uma evidência histórica, pois capturou aquela fração de tempo e ficou registrado para a posteridade. A imagem fotográfica é portadora de informações, tanto do momento quanto de quem fotografou, ou seja, como afirma Kossoy (2012. p. 50), “Qualquer que seja o assunto registrado na fotografia, esta também documentará a visão de mundo do fotógrafo. A fotografia é, pois, um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos

informa acerca de seu autor”.

Assim, Burke (2017, p. 234) diz que os “produtores de imagens são intérpretes do passado”. Já para Kossoy (2012, p. 115), “cabe ao intérprete compreender a imagem fotográfica enquanto informação descontínua da vida passada, na qual se pretende mergulhar”.

Figura 06 – Clima de Guerra em Raposa Serra do Sol.



Fonte: capa Jornal Roraima Hoje, ano III, nº356, 07 de maio de 2008. Fotos: Eduardo Andrade.

A disputa pela terra entre os povos indígenas e os rizicultores (arrozeiros) no extremo Norte do Brasil, na região nordeste do Estado de Roraima, onde habitam diversas etnias, gerou momento de grande tensão e violência, tanto no lavrado, quanto na capital do Estado, Boa Vista. Envolvendo forças federais e a força de segurança nacional para realizar a retirada dos não indígenas da TI RSS. Os arrozeiros mais capitalizados, sob a liderança do, a época, prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, criaram diversas ações para intimidar os agentes do governo federal e principalmente, os indígenas da TI RSS.

### Sugestões de atividades

Com base na imagem acima descreva, conforme a sua observação, sobre o que apresenta a capa do jornal Roraima Hoje. Registre tudo o que se pode observar nas imagens fotográficas e, o

que mais chamou a sua atenção em relação aos escritos. Enfim, qual o seu entendimento sobre o que estava acontecendo em TI RSS?

A luta dos povos indígenas durou em torno de quatro décadas, onde mais de vinte indígenas foram mortos e centenas feridos durante sua luta para garantir as terras onde viviam seus ancestrais.

Figura 07 – A marca da violência contra os indígenas da TI RSS.



**Fonte:** Jornal edição especial Raposa Serra do Sol, p.05, abril de 2010. **Fonte:** arquivo do CIR.

A imagem acima apresenta um indígena vinculado ao CIR, ferido por arma de fogo por jagunços do arrozeiro Paulo César Quarteiro.

Figura 08 – “Homem Bomba”.



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, ano XXIV, edição 5380, 07 de abril de 2008, página 05. Foto: Andrezzo Trajano.

Já esta imagem fotográfica acima, apresenta um indígena mascarado disposto a usar bombas contra os policiais da Polícia Federal.

Em sua opinião, com base nas imagens fotográficas, qual dele representa os interesses coletivo dos povos indígenas e qual defende os interesses do patrão? Por quê? Justifique a sua resposta.



Maquinários dos rizicultores impedindo o acesso pela ponte sobre rio Surumu (Foto: Roosevelt Pinheiro/ Agência Brasil)

## UNIDADE III

### ASPECTO IDEOLÓGICO

“Uma imagem fala por mil palavras” (Roland Barthes)

Em sociedade de classes como do atual modo de produção, que predomina em todos os continentes e, que atingiu as fronteiras do extremo Norte do Brasil, onde se localizar a TI RSS, a classe dominante utiliza os meios de comunicações de massa para impor sua ideologia e atacar principalmente os povos oprimidos, como é o caso das diversas etnias que vivem na TI RSS.

Almeida (2021, p.98), se referindo ao silêncio dos movimentos indígenas em Roraima no jornal Folha de Boa Vista, afirma o seguinte: “o silenciamento dos movimentos indígenas pode ser apontado como uma ação deliberada da editoria do jornal Folha de Boa Vista, ao adotar uma posição deliberadamente contrária à demarcação das terras indígenas, especialmente a TIRSS”.

Os jornais de propriedade de membros da classe dominante eram utilizados para atacar os indígenas, principalmente, no período que ocorreu a demarcação e se materializou como a homologação da TI RSS em 2005. Abrindo um período de grande tensão político-social em Roraima.

Fábio Almeida (2021, p.71) afirma: “Quando o tema é demarcação das terras indígenas, as fontes dos povos originários desaparecem, assumindo lugar uma narrativa de contestação e resistência de fazendeiros”. E, ainda transformam os indígenas responsáveis pelo atraso da região, ou seja, pela ausência do desenvolvimento do Estado de Roraima.

O principal jornal impresso na época, como diz Almeida (2021, p.65) “o jornal Folha de Boa Vista assume uma vanguarda [...] na construção de uma narrativa jornalística de apoio aos criadores de gado e plantadores de grãos”. Desta forma, a ideologia da classe dominante se mantinha quase todos os dias, durante o período de grande tensão em Roraima. Conotando uma luta de extrema desigualdade, entre a classe dominante e os povos oprimidos pelos que denominam de “elite local”. Logo abaixo, apresentamos mais algumas atividades.

Figura 09 – choupana de desintrusado.



Fonte: jornal impresso Roraima Hoje, 13-14 de outubro de 2007, página 03. fonte: Secomale-RR

Entre os desintrusados, havia não indígenas descapitalizados. Segundo a imagem fotográfica acima, seria a habitação de um deles. Dê a sua opinião com base na fotografia, considerando que ela é de origem da Secretaria de Comunicação da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima (SECOMALE-RR). Quais ideias que a imagem fotográfica pode informar?

Figura 10 – O arrozeiro.



Fonte: capa do Jornal Folha de Boa Vista, ano XXV, edição 5625, 22 de janeiro de 2009. Foto: arquivo/Folha.

Acima, um dos desintrusados, ex-prefeito do município de Pacaraima, Paulo César

Quarteiro, aparece em campo de plantação de arroz com suas máquinas. Na sua opinião os maquinários que estão presente na fotografia representam alguma ideia em relação ao seu proprietário? Justifique sua resposta.

Figura 11 – “marionetes”

Fonte: Jornal Porantim, ano XXX, junho/julho de 2008, página 02. Crédito: Mariosan.



Em relação à charge veiculada pelo jornal impresso Porantim, tem algum significado ideológico? Em sua opinião qual seria? Conforme a sua resposta, faça um comentário.

Figura 12 – depois dos gafanhotos



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, ano XXI, Edição 4090, página 02, 07 de janeiro de 2004. Crédito: Marco.

Figura 13 – Estado sobre pressão



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, 21 de agosto de 2007, página 02. Crédito: Marco.

Era comum no período estudado, haver diversas denúncias de que várias Organizações Não Governamentais (ONG's) eram representantes de países estrangeiros interessados nas riquezas das terras indígenas, principalmente, minérios. Na sua opinião, o que significa ou que mensagem a charge tenta transmitir?

Figura 14 – Caos total



Fonte: jornal Folha de Boa Vista, ano XXI, edição 4090, em 07 de janeiro de 2004.

Descreva a imagem fotográfica no centro do jornal Folha de Boa Vista. Faça o máximo de esforço em que você pode observar em mais uma manifestação dos arrozeiros e seus apoiadores contra a área contínua da TI RSS. Quais os tipos de prejuízos podem causar à população roraimense que conta somente com a estrada BR 174.



Placa informando sobre terra protegida (TI RSS) por Lei Federal e do Código Penal.

## UNIDADE IV

### OUTRAS INFORMAÇÕES

Foto é um termo que vem do grego, *phôs*. Significa luz. (in História & Fotografia de Maria Eliza Linhares Borges, 2003, p.37)

Figura 15 – Fogo em maloca.



Fonte: Jornal Brasil Norte, ano VII, nº 2090, 11 de fevereiro de 2004, página 09. Fotos: Marcelo Mora.

O jornal impresso Brasil Norte é categórico em informar que “índios ateiam fogo em maloca no Contão”. Contão é uma das comunidades indígenas em que há indígenas que defendiam a permanência dos arrozeiros e eram contrários ao posicionamento do CIR, que defendia área contínua da TI RSS.

O fato provocou uma situação extremamente tensa, pois gerou um clima de confronto entre os indígenas, jornais chegaram a afirmar que poderia ocorrer uma guerra entre os indígenas. Nas imagens fotográficas acima, o que se pode descrever e registrar e, é possível imaginar o que os indígenas estariam conversando ou debatendo? Dê a sua opinião sobre o assunto.

Figura 16 – Ponte queimada.



A fotografia acima é parte de uma ponte de madeira que foi alvo dos que defendiam a demarcação das terras indígenas em “ilhas”. A ponte de madeira é muito comum na região interiorana do Estado de Roraima.

Faça a descrição da imagem fotográfica, assim como, da implicação do que poderia causar aos que transitavam na RR 171, se caso fosse incendiada por completa. Não esqueça de emitir a sua opinião sobre o acontecimento.



Figura 17 – Prédio incendiado.

**Jornal Folha de Boa Vista, 20 de setembro de 2005, página 06. Crédito: Arquivo/Folha.**

Na região do Surumu, que faz parte da TI RSS, foi construída a Missão São José no início do século XX. E com a demarcação/ homologação, passou a fazer parte do patrimônio dos indígenas, mas não só dos indígenas, fazia parte da história do Estado de Roraima. O prédio foi incendiado de forma criminosa e, ainda aterrorizaram os moradores e os estudantes que moravam no prédio.

Descreva a imagem fotográfica acima. E sempre que possível, dê a sua opinião sobre o acontecimento.

Figura 18 – Estrada bloqueada.



**Fonte:** Jornal Folha de Boa Vista, 11de abril de 2008, página 11. Crédito: Arquivo/Folha.

Uma das ações que os arrozeiros e seus apoiadores faziam era interditar a BR 174, bem como a de número 171. A BR 174 é a única rodovia que liga Boa Vista, capital do Estado de Roraima, à capital do Estado do Amazonas, Manaus. O único grande centro urbano mais próximo. Observe as fotografias e, faça a descrição. E se for possível, também registre algum escrito que faça parte das imagens fotográficas.



Figura 19 – Missão Incendiada. Revela intolerância e preconceito

**Fonte:** Jornal Folha de Boa Vista, 10 de outubro de 2005, página 03b. **fotos.** Crédito: Arquivo do CIR.

As imagens fotográficas acima dão uma real dimensão do que foi destruído pelo incêndio criminoso praticado por aqueles que agiram por se colocarem do lado oposto da homologação da área contínua da TI RSS. Descreva as fotografias e, o que você ver? Dê a sua opinião sobre o acontecimento.



Figura 20 – Ação destruidora.

Fonte: capa Jornal Vira Volta, ano 11, Edição 79, outubro/novembro de 2004.

O jornal impresso Vira Volta veiculou, em sua capa, cinco fotografias, registrando uma vez mais as ações violentas dos arrozeiros que ocupavam a TI RSS. Destruíram e incendiaram as moradias dos indígenas das comunidades, deixando todos desabrigados e um rastro de destruição.

Faça a descrição das imagens fotográficas, registrando tudo o que se pode notar e, se possível registrar o que as pessoas poderiam estar sentindo diante de tanta violência.

Figura 21 – Operação Upatakon.



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, 30 de março de 2009, página 02. Crédito: Marco.

A charge acima apresenta três personagens envolvidos na questão da homologação da TI RSS: A Força Nacional de Segurança (FNS) e a Polícia Federal (PF), assim como a figura que representa os desintrusados.

Descreva e interprete as figuras presentes na imagem. A figura do desintrusado acompanhado de um cão representam de fatos a totalidade deles? Quanto aos policiais como você interpreta as figuras deles? A sua opinião é de suma importância, não deixe de fazê-la.

Ainda nos tempos de hoje, é possível presenciar prática que nos levam ao preconceito, ao estereótipo e a discriminação em relação aos indígenas, seja os que habitam grandes cidades ou interiorana e, principalmente, os que vivem suas comunidades. Pensarmos sobre o racismo e a antipatia por pessoas que consideramos “diferentes”, contribuirá para tomarmos consciência histórica, que tal prática e que suas raízes estão assentadas em processo histórico que construiu o nosso país. Construção essa que permanece até dias de hoje.

Figura 22 – Instrução de estereótipos.



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, ano XXII, 4779, 13 de abril de 2006. Crédito: Marco.

Na charge acima é possível reconhecer nela traços de estereótipo e preconceito racial? Com base na imagem faça a descrição, identificando os personagens que constam na charge. Dê a sua opinião sobre o assunto.

Quando aconteceu o julgamento final da Petição 3388, no Supremo Tribunal Federal (STF), no ano de 2009, foi criada uma série de condicionantes aos povos indígenas da TI RSS. O que chama atenção, é que só serviu para a TI RSS. Conforme o parecer do STF.

As 19 condicionantes, formuladas em 2009 num voto em separado do ministro do STF Menezes Direito, estabeleciam uma série de restrições aos direitos indígenas sobre a TI Raposa Serra do Sol.

Entre outras dúvidas questionadas nos embargos de declaração que foram julgados em 2013, a principal era sobre a abrangência das condicionantes, se valeriam ou não para o conjunto das terras indígenas. Embora dez das dezenove estão previstas na Constituição Federal de 1988, assim

como no Estatuto do Índio e no Decreto de número 1775/1996. No entanto, as demais dependem de lei complementar com base no sexto parágrafo do artigo 231 da Constituição de 88.

Figura 23 – Acorrentados



Fonte: Jornal Porantim, ano XXXI, nº 314, abril de 2009, página 02. Crédito: Mariosan.

Com referência na charge acima, faça a descrição acompanhada de seu entendimento sobre o que a imagem quer nos transmitir sobre o que ocorreu com os indígenas da TI RSS. Lembrando que a sua opinião é muito importante para debatermos sobre a questão indígena.

Sabemos que a questão indígena vem se arrastando por séculos no Brasil. Poucos governos fizeram algo pelos povos indígenas, principalmente, em relação aos seus direitos, ou seja, criar condições para que os indígenas possam se beneficiar da terra de seus ancestrais. Há diversas falas que denuncia as ações de ONG's acompanhadas de profissionais em antropologia. Por muito tempo e, ainda nos dias atuais, se houve falar em “muita terra para pouco índio”.

Figura 24 - Ilusão



**Fonte:** Jornal Folha de Boa Vista, 23 de dezembro de 2009, página 02. Crédito: Marco.

Tendo como base a charge acima, qual a mensagem pretendida pela imagem veiculada em jornal impresso Folha de Boa Vista? Dê a sua opinião sobre o assunto.

# ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA



Natalina da Silva Messias, gestora da escola Estadual Indígena Padre José de Anchieta, Imagem:  
Wilson Dias/Agência Brasil

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular** – o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo, Editora Unesp, 2017.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, 17<sup>a</sup> ed., Editora Brasiliense, 1984.

JOLY, Martine. Introdução à Análise da Imagem. São Paulo. Papirus, 1996.

KASSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo. Ateliê Editora. 2003.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo. Perspectiva. 2017.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo. Companhia das Letras. 1977.

<https://domtotal.com/noticias/index.jsp?id=1318681>

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-04-16/indigenas-usam-educac>

<http://www.dominionpaper.ca/images/2055?size=preview>

<https://pib.socioambiental.org/>